

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA PRÓ-REITORIA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE E PÓS-  
GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

**GABRIEL SANTOS PAIXÃO**

**Jornal Imprensa Evangélica e sua postura diante da escravidão**

**Niterói**

**2019**

Gabriel Santos Paixão

**Jornal Imprensa Evangélica e sua postura diante da escravidão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pósgraduação em História da  
Universidade Salgado de Oliveira, campus  
Niterói, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Mestre em História  
Orientadora: Karoline Carula

**Niterói**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

S237 Paixão, Gabriel Santos  
Jornal Imprensa Evangélica e sua postura diante da escravidão /  
Gabriel Santos Paixão. – Niterói, RJ, 2019.  
vii, 1-118p.  
[Numeração da publicação: [1] -vii, 1-118]  
Referências: P. 110-117

Orientadora: PhD Karoline Carula  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de  
Oliveira, 2019.

1. Imprensa evangélica (Jornal) – História. 2. Imprensa protestante -  
História. 3. Escravidão. I. TÍTULO.

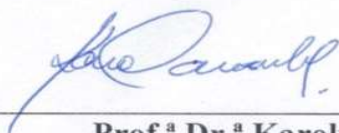
CDD 079.8108828

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a  
responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

GABRIEL SANTOS PAIXÃO

**“JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA E SUA POSTURA DIANTE DA  
ESCRAVIDÃO”**

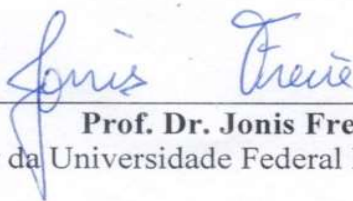
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 07 de novembro de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karoline Carula**

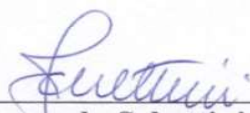
Professora Colaboradora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira  
(UFF/UNIVERSO)



---

**Prof. Dr. Jonis Freire**

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vitória Fernanda Schettini de Andrade**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

## **Agradecimentos**

Aproveito aqui para fazer meus agradecimentos em primeiro lugar ao Deus Todo Poderoso que é a razão maior de minha existência, tendo toda convicção de que sem Ele não chegaria jamais onde cheguei pois conheço mais do que ninguém as minhas fragilidades.

Agradeço ao meu pai Marco Antônio Paixão, cuja trajetória de vida é um grande exemplo por ser aquele que esteve comigo nos momentos mais difíceis de minha vida.

Agradeço a minha querida orientadora Karoline Carula por ter participado de minha formação de forma tão singular me mostrando aquilo que meus olhos não eram capazes de enxergar, por abrir minha mente e me fazer ter uma visão mais ampla dentro e fora de minha pesquisa

Agradeço ao meu amigo Júlio Cezar Aguiar por ter me auxiliado muitas vezes em meu trabalho sendo muito importante nessa trajetória.

Agradeço ao meu amigo Rafael Crispino Pinto ser aquele a quem posso expor meus dramas mais profundos e por ter sempre uma palavra de conforto nos momentos mais turbulentos.

Agradeço meu Amigo Marcel Antão Macedo por ter me motivado a fazer mestrado, mesmo antes de eu ter convicção de que era esse o caminho que deveria seguir em minha trajetória.

Obrigado a todos

## **Resumo**

O presente trabalho tem como propósito apresentar a postura do jornal Imprensa Evangélica em relação à escravidão no Brasil. Fundado pelo pastor presbiteriano americano Ashbel Green Simonton, o Imprensa Evangélica foi o primeiro jornal protestante do Brasil. Durante a análise, o contexto político e social, assim como a conturbada relação entre católicos e protestantes, também foram observados, considerando tais grupos dentro do tecido social brasileiro da segunda metade do século XIX.

**Palavras Chave:** Protestantismo, presbiterianismo, catolicismo, escravidão.

## **Abstract**

The purpose of this dissertation is to present the attitude of the newspaper Imprensa Evangélica towards slavery in Brazil. Founded by the American Presbyterian minister Ashbel Green Simonton, the Imprensa Evangélica was the first protestant newspaper in Brazil. The political and social context, as well as the troubled relationship between Catholics and Protestants, who are considered as groups inside the Brazilian social fabric of the second half of the 19th century, are also considered in this analysis.

**Keywords:** Protestantism, Presbyterianism, Catholicism, slavery.

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Presbiterianos Imprensa Evangélica.....	5
1.1 Considerações sobre liberdade religiosa no Brasil do séculoXIX.....	5
1.2 Chegada dos protestantes no Brasil do século XIX.....	12
1.3 Os protestantes e a imprensa no Brasil do século XIX.....	18
1.4 Considerações sobre o jornal Imprensa Evangélica.....	20
1.5 A estrutura do jornal Imprensa Evangélica.....	21
1.6 Presbiterianismo e Maçonaria.....	29
Capítulo II – Jornal Imprensa Evangélica e a luta contra a escravidão.....	42
2.1 Jornal Imprensa Evangélica diante da escravidão.....	42
2.2 Da lei Eusébio de Queirós à “lei do ventre livre”.....	44
2.3 Do “ventre livre” à abolição.....	57
Capítulo III – Antagonismo entre presbiterianos e católicos.....	81
3.1 Cenário que envolvia o catolicismo na segunda metade do século XIX.....	81
3.2 Debate entre o jornal O Apostolo e o jornal Imprensa Evangélica.....	90
Considerações finais .....	104
Bibliografia.....	106
Lista de fontes primárias.....	112



## Introdução

Esta dissertação visa analisar a postura do *Imprensa Evangélica*, primeiro jornal protestante brasileiro pertencente especificamente aos presbiterianos, em relação à escravidão no Brasil, tendo como recorte temporal o período de 1864 a 1888. A pesquisa começa em 1864, por este ser o ano em que teve início a circulação do jornal, e finda em 1888, quando foi assinada a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.

É importante para a pesquisa saber que, considerando os meios de comunicação existentes na época da criação do jornal *Imprensa Evangélica*, seria um passo importantíssimo para os missionários presbiterianos, rumo à propagação de suas crenças, em um país que, além de ter a maioria esmagadora de católicos, também tinha o catolicismo como religião oficial do Império.

Do ponto de vista estrutural, vale dizer que *Imprensa Evangélica* continha editoriais doutrinários da reforma evangélica na religião Romana, controvérsias com a Igreja Católica, defesa de reformas legais necessárias à liberdade completa de cultos, noticiário positivo da vida evangélica mundial e traduções de publicações norte-americanas e europeias.

Consideramos, contudo, que o jornal, em sua primeira edição, especificou o seu propósito exclusivamente religioso e estranho a qualquer ingerência política, embora ao longo dos anos tenha saído um pouco do propósito inicial, abordando temáticas políticas, mesmo que procurando fazer sempre uma ligação com questões religiosas.

Este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como em particular do individuo, estranho a toda e qualquer ingerencia em politica, a todos é consagrado, porem com muita particularidade o dedicamos áquelles para quem a religião de Jesus Christo ainda não se tornou cousa indifferente, e, no meio da perversão universal dos principios divinos, não trahirão ainda o dom mais precioso de Deos – a liberdade de consciencia no evangelho.<sup>1</sup>

São levantados no trabalho questionamentos sobre se houve posicionamento do *Imprensa Evangélica*, por meio de seus artigos, contra a escravidão ou não. Caso tenha existido um posicionamento contrário, avaliaremos as circunstâncias de tal posicionamento,

---

<sup>1</sup> *Imprensa Evangélica*, 5 de Novembro de 1864.

assim como o modo e a intensidade em que ocorreu. Também apresentaremos os redatores do *Imprensa Evangélica*, levantando aspectos de suas biografias que possam elucidar o trabalho.

Em nossa análise avaliamos fatores relacionados aos contextos social, político e religioso que possam ter impedido ou motivado o posicionamento do jornal *Imprensa Evangélica* em relação ao tema, sendo de grande valia a análise do contexto, tendo em vista que o protestantismo e, especificamente, o presbiterianismo eram recentes em terras brasileiras, a não ser que fossem considerados episódios bastante específicos, como a invasão francesa na baía de Guanabara e a empreitada holandesa no Nordeste.

O fato de haver uma religião oficial do Estado brasileiro também é um tema importante para a análise, uma vez que isso pode ter trazido barreiras para a atuação presbiteriana no Brasil, incluindo o uso de seus meios de comunicação, como o jornal *Imprensa Evangélica*, principalmente em relação a temas polêmicos, como era o caso da abolição, que talvez possa ser considerado como o tema político mais polêmico do período que abrangemos no recorte temporal.

A existência de aliados e de grupos hostis aos presbiterianos é parte da análise, considerando a tonalidade de cooperação ou oposição ao grupo que temos em foco, assim como a expressão de tais grupos dentro do tecido social do Brasil da segunda metade do século XIX.

Outro foco de nossa análise será o jornal católico *O Apóstolo*, contemporâneo ao *Imprensa Evangélica*, com o qual manteve frequente embate, tanto de natureza doutrinária, quanto não doutrinária, chegando ao ponto crítico em que foi pedida providência de caráter judicial contra o jornal presbiteriano, que estava em posição vulnerável no Império Católico.

Como referencial teórico metodológico, foi privilegiado o conceito de representação de Roger Chartier, pensada quer como algo que permite “ver uma coisa ausente”, quer como “exibição de uma presença”, sendo nesse sentido que a análise do jornal *Imprensa Evangélica* em relação à escravidão e ao embate entre católicos e presbiterianos, por meio de seus jornais, será feita.

Na pesquisa buscou-se perceber de forma profunda as intenções por detrás daquilo

que era escrito nos periódicos levando em consideração todo o contexto que envolvia os responsáveis pelo jornal, a igreja de que faziam parte, os seus aliados, a classe social a que pertenciam, quem eram os leitores e que tipo de relação havia com a religião oficial.

É importante expor que as questões iniciais que se propõem à análise de um periódico são fundamentais para o direcionamento da pesquisa. Quem foram os seus proprietários? Quando foi produzido? A qual público foi direcionado? Quais seus objetivos e intenções? Como **se constituiu** enquanto força ativa no seu período de circulação? Como **se constituiu** enquanto sujeito? Qual sua relação com as conjunturas de seu tempo e seus campos de atuação? Quais seus aliados e opositores? As respostas para essas questões guiam o historiador para a metodologia de análise do jornal em suas diferentes partes, como os editoriais, as colunas sociais, os classificados e as propagandas, tendo em vista que a imprensa não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade.<sup>2</sup>

Cabe aqui dizer que no ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, sendo desta maneira que estes afetam o leitor e o conduzem a uma norma de compreensão de si próprio e do mundo.<sup>3</sup> Segundo Chartier, as modalidades do agir e do pensar devem ser sempre remetidas aos laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos, e que são moldados de diferentes maneiras e em diferentes situações pelas estruturas do poder.

Nesse sentido, será abordado o jornal *Imprensa Evangélica* enquanto instrumento de regulação das relações entre indivíduos que, por sua vez, foram moldados em seu conteúdo pelas estruturas da época.

É importante considerar que a leitura como um ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo, de interpretação, seja encarado como situado no cruzamento entre, de um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizadas pela sua prática do ler, e, de outro lado,

---

<sup>2</sup> LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *História e Imprensa: A importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico*. p. 825.

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 24.

textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais.<sup>4</sup>

No capítulo 1 são abordadas as características gerais do jornal *Imprensa Evangélica*, sendo necessário antes situar o leitor sobre o contexto social que envolvia as igrejas de protestantes, especificamente a igreja presbiteriana, da qual eram membros os fundadores do jornal. Tratamos do início do presbiterianismo no Brasil, situando o leitor sobre quem eram os seus fundadores, quais eram suas formações, suas nacionalidades e seus ideais. Sobre as características da publicação, falamos de seu formato, seus propósitos, sua regularidade e sua postura referente à religião e à política da época. Os aliados e adversários religiosos e políticos também têm espaço importante em nossa análise, para que possamos alcançar com êxito nosso objetivo.

O segundo capítulo analisa o posicionamento do jornal *Imprensa Evangélica* por meio de seu noticiário sobre a escravidão no período de 1864 a 1888, fazendo relação com o debate sobre a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e a Lei Áurea. Serão levantados aspectos religiosos, políticos e sociais que nos levam à maior compreensão do contexto que envolvia os presbiterianos e seu jornal.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a relação dos protestantes, especificamente os presbiterianos, em relação ao catolicismo, demonstrando o ambiente hostil no qual **se encontravam** frente à religião oficial do Império. As circunstâncias em que os presbiterianos **se encontravam** é a chave para entender os riscos assumidos pelos protestantes ao tocarem em um tema polêmico, como a abolição, em um país onde eram uma minoria irrisória e onde por vezes sofriam hostilidades.

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 25-26.

## Capítulo I – Os Presbiterianos e o jornal *Imprensa Evangélica*

### 1.1 Considerações sobre liberdade religiosa no Brasil do século XIX

Quando falamos sobre protestantismo no Brasil é necessário dizer que no início do século XIX não havia neste país uma presença, pelo menos expressiva, do protestantismo. Nenhum dos que haviam passado por aqui chegou a deixar suas “marcas” no sistema religioso. As tentativas por parte de franceses e holandeses de fortalecer a fé reformada somente serviram para o protestante ser identificado como invasor. Entre os que estiveram em terras brasileiras no período colonial, tivemos os huguenotes<sup>5</sup>, derrotados no Rio de Janeiro em 1567, e os holandeses, que depois de sua aventura no Nordeste, foram embora sem deixar no país uma igreja reformada, provocando com o tempo o desaparecimento dos sinais de catequese nos índios.

Contudo, com a vinda da família real para o Brasil em 1808, mesmo antes da abertura dos portos, estrangeiros começaram a chegar no país, havendo entre eles protestantes, como no caso de alguns suecos que foram para São João de Ipanema, em São Paulo, em 1810. Ainda naquele ano, feito o Tratado de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, foi aberta uma brecha para a entrada de imigrantes, o que possibilitou a penetração do protestantismo no Brasil.<sup>6</sup>

A partir desse momento, estrangeiros de países protestantes foram chegando no Brasil. Entre eles, a maioria dos norte-americanos, suecos, dinamarqueses e escoceses se instalou na corte, mas alguns destes também foram para outros lugares do país, especialmente para Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.<sup>7</sup>

O processo imigratório, no geral, passou por várias fases. A primeira se deu logo após a abertura econômica da colônia, como uma das consequências dos tratados que foram contraídos entre Portugal e Inglaterra com a vinda da família real para terras brasileiras.

---

<sup>5</sup> Recebia o nome de huguenote todo seguidor da religião protestante na França. Eram, na maioria, calvinistas (acreditavam nos ensinamentos de João Calvino).

<sup>6</sup> RIBEIRO, *Ibidem*, p.15.

<sup>7</sup> RIBEIRO, *Ibidem*, p.25.

Esses acordos, que puseram fim no pacto colonial, trouxeram a presença inglesa para a vida econômica e social brasileira.<sup>8</sup>

Um diplomata irlandês chamado Lord Strangford, embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda em Lisboa na época das guerras decorrentes da invasão napoleônica na Península Ibérica, preocupou-se com a liberdade religiosa dos ingleses, pois eles estariam em um país no qual o catolicismo era a religião oficial, assim como a única permitida até o momento. Apesar das resistências que existiam contra o protestantismo, em grande medida vindas do núncio papal, devido a toda a história que envolvia essas duas religiões, foi concedida para os ingleses a liberdade de culto no Brasil, embora este devesse ser realizado em espaços domésticos ou privados.<sup>9</sup>

Os britânicos não tinham a prática proselitista, com essa postura sendo diferente do que no futuro veio a ser conhecido como protestantismo de missão, quando missionários estrangeiros, principalmente norte-americanos, vieram para o Brasil com o propósito explícito de evangelização. Nesse cenário, o protestantismo praticado pelos ingleses ficou conhecido como protestantismo de imigração.<sup>10</sup>

A partir do momento em que foi concedida a liberdade aos britânicos para suas práticas particulares de culto, o anglicanismo se caracterizou por “capelanias” no Brasil, ou seja, atendimento religioso aos ingleses em sua forma tradicional de liturgia, inclusive com a utilização do idioma inglês. Antes de ser construído o primeiro templo anglicano, tornaram-se comuns os cultos prestados nas residências, assim como a bordo dos navios. Estes orientavam-se liturgicamente pelo *Livro de Oração Comum*, o primeiro livro protestante de orações usado na Escócia, na América do Norte e também no Brasil.<sup>11</sup>

Contudo, cabe dizer que foram criadas condições jurídicas na legislação imperial para a aceitação do protestantismo no Brasil, modelando um sistema que os protestantes pudessem considerar satisfatório. Conforme surgiam problemas, tanto para os protestantes

---

<sup>8</sup> SANTOS, Sérgio Ribeiro. *O Protestantismo e a Construção do Estado Laico Brasileiro: Uma breve abordagem do processo histórico*. Fides Reformata. XXI, Nº 1 (2016) p. 72.

<sup>9</sup> SANTOS, *Ibidem*, p. 73.

<sup>10</sup> SANTOS, *Ibidem*, pp. 73-74.

<sup>11</sup> SANTOS, *Ibidem*, p. 74.

de colônia<sup>12</sup> como para os brasileiros que aderiram ao protestantismo, iam sendo feitas mudanças nas leis, que deram segurança à sociedade brasileira. Por sua vez, a Igreja Romana era prejudicada com restrições legais que enfraqueciam seu poder de decisão e sua reação a respeito da presença e do estabelecimento de protestantes no sistema religioso brasileiro.<sup>13</sup>

Ao ser consolidada a união entre Estado e Igreja Católica, trazida do tempo da colônia, a Constituição Imperial de 1824 procurou estabelecer alicerces para a legitimação da sociedade política, fundada em uma concepção de verdade objetiva, ou seja, de uma concepção de bem universal e avessa ao pluralismo político e religioso, cuja maior guardiã era única e exclusivamente a Igreja Católica. Esta, por sua vez, contava, em terras brasileiras, com a proteção do poder estatal, sendo que, com o intuito de controlar e proteger a Igreja, o Estado a sufocou, diminuindo a própria liberdade que ela tinha.<sup>14</sup>

A Constituição de 1824<sup>15</sup> instituiu o catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro, e em todo o período imperial, a união entre o Estado e a Igreja Católica seria determinante para a legitimidade da monarquia, influenciando diretamente a vida cotidiana dos brasileiros. Ao lado do regime escravista, a Igreja Católica colocava-se como um dos grandes pilares da cultura e das estruturas política, social, econômica e jurídica brasileira do século XIX. Uma crise do catolicismo implicaria, portanto, o abalo dos próprios alicerces da sociedade.<sup>16</sup>

Diante desse contexto, podemos entender o que significava o avanço protestante em terras brasileiras, principalmente quando levamos em consideração a experiência histórica vivenciada em países europeus como Holanda, Suíça, Suécia e a própria Inglaterra, onde o

---

<sup>12</sup> O termo “protestantes de colônia” refere-se aos imigrantes que praticavam a mesma religião de seus países de origem, mas que não tinham um propósito específico de evangelização, como era o caso dos missionários protestantes.

<sup>13</sup> RIBEIRO, *Ibidem*, p.18.

<sup>14</sup> CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. Estado, Igreja e Liberdade Religiosa na “Constituição Política do Império do Brasil”, de 1824. Fortaleza: Anais do XIX Encontro Nacional do Conpedi, 2010. p. 6169.

<sup>15</sup> A Constituição Política do Império do Brasil, vulgo Constituição de 1824, foi a primeira e única constituição do Brasil Imperial, bem como a primeira a reger o território brasileiro (Portugal adotou sua primeira constituição em 1822). Outorgada pelo imperador D. Pedro I e vigente até a declaração da república em 1889, essa Constituição foi a mais longeva e estável do Brasil, sendo marcada por peculiaridades como o Poder Moderador.

<sup>16</sup> CASAMASSO, *Ibidem*, p.6169.

avanço das igrejas reformadas modificou a estrutura social dos países.

A penetração do protestantismo na América Latina durante o século XIX fez parte da grande expansão protestante que ocorreu no período, sendo produto dos mesmos fatores que são verificados na Ásia ou na África. As igrejas protestantes passaram nesse século por um forte despertar missionário para que houvesse a expansão das suas crenças pelo mundo, impulsionando um grande crescimento do número de adeptos. Contudo, a atividade dos missionários na América Latina foi mais tardia do que na África ou na Ásia e de menor intensidade. Para grande parte dos protestantes, tanto europeus quanto norte-americanos, os espaços que se abriam para as missões não incluíam a América Ibérica, descoberta e colonizada por católicos anteriormente<sup>17</sup>.

No Brasil, a Igreja Católica gozava de vantagens e prerrogativas não apenas de cunho material. O *status* de religião oficial proporcionava alguns benefícios, cuja mensuração dependerá não de critérios propriamente quantificáveis, mas de avaliações que poderão ressaltar, por exemplo, o prestígio e o sucesso por ela adquiridos junto à sociedade. Neste sentido, pode-se afirmar que os efeitos do incontestável domínio da Igreja Católica exercido no Brasil Império estendem-se até os nossos dias.<sup>18</sup>

O art. 5º da Constituição de 1824 estabelecia uma liberdade religiosa com restrições:

Art. 5º – A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo<sup>19,3</sup>

Referente ao art. 5º, Casamasso nos fornece uma opinião relevante a respeito da liberdade de culto no Império:

Uma rápida análise dos dois enunciados do art. 5º é capaz de revelar o tênue e frágil compromisso assumido pelo Estado brasileiro em relação à liberdade religiosa no decorrer de quase todo o século XIX. Primeiramente, deve-se pôr em relevo, de um lado, o tratamento dispensado à religião Católica, e, de outro, às outras religiões. O primeiro enunciado versa sobre um reconhecimento, ao

<sup>17</sup> ROSI, Bruno Gonçalves. Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países. p. 17.

<sup>18</sup> CASAMASSO, *Ibidem*, 6169.

<sup>19</sup> BRASIL. Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição Política do Império do Brasil*. 25 mar. 1824.



afirmar que a Igreja Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião oficial do Império, ao passo que o segundo dispõe sobre uma permissão, quando estabelece que todas as outras religiões serão permitidas. O emprego de verbos distintos no cerne de cada um dos enunciados do art. 5º obedece a uma lógica: o verbo continuar será a senha para o reconhecimento de um autêntico direito; já o verbo permitir corresponderá, antes, a uma autêntica concessão do poder estatal, e não propriamente ao reconhecimento de um pleno direito. Avaliada a distinção, não constitui exagero afirmar que, no tocante à liberdade religiosa, a Carta de 1824 oscila entre a constitucionalização de um direito destinado à Igreja Católica e a constitucionalização de um regime de tolerância dirigido às demais religiões, com a desigualdade de tratamento, neste caso, salta aos olhos.<sup>20</sup>

Ainda sobre o tema, o autor prossegue dizendo que outro ponto a ser observado em relação à fragilidade da liberdade religiosa no Brasil Império diz respeito à liberdade de culto, que, no contexto do art. 5º, coloca-se como uma especificação da desigualdade de tratamento dispensado em favor da Igreja de Roma em detrimento das outras confissões religiosas. Por contraste, evidencia-se o direito de os católicos cultuarem publicamente a sua fé em templos destinados especialmente a este fim. Aos que não eram católicos só seriam permitidos os cultos domésticos, ou seja, em caráter estritamente privado e em lugares sem a aparência externa de templo. Torres, sinos ou qualquer tipo de fachada que pudesse indicar um local direcionado a estes cultos eram proibidos. Mas as limitações à liberdade de culto para aqueles que não confessavam a religião oficial do Império não paravam por aí. Até por volta de 1860, a interpretação corrente da Carta de 1824 permitia que fosse exigido aos não católicos a prática de cultos somente em língua estrangeira e para não brasileiros.<sup>21</sup>

O art. 5º não nega aos não católicos a liberdade de crença, sendo este um dos aspectos fundamentais da liberdade religiosa. Mas, as restrições religiosas acabaram ultrapassando as fronteiras daquele dispositivo constitucional, chegando a atingir a própria crença. Para os católicos, tais limites mostravam-se bem claros. Era comum, à época do Império, a ideia de que o brasileiro não podia mudar de religião. Ou seja, proibia-se, na prática, a apostasia por parte dos brasileiros que eram católicos.<sup>22</sup>

Em relação à cidadania, pode-se verificar outra importante consequência da união que se estabelece entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil do século XIX. Adotou-se

---

<sup>20</sup> CASAMASSO, *Ibidem*. p. 6070.

<sup>21</sup> CASAMASSO, *Ibidem*. p.6071

<sup>22</sup> *Idem*.

como um dos fundamentos da ordem constitucional monárquica o princípio *idem cives et christianus*, no qual o cidadão e o cristão coincidem, ou seja, o bom cidadão teria de ser necessariamente o bom cristão, ou mais especificamente o bom católico. Esse cidadão era uma figura que mesclava a sujeição política com a consciência religiosa. O ingresso na sociedade nacional católica do século XIX se dava pelo batismo. Assim, era difícil viver integrado no Brasil sem seguir ou pelo menos respeitar a religião católica.<sup>23</sup>

No que se refere à imigração, esta foi incentivada pelo governo brasileiro, mas, mesmo com os esforços do imperador em promover a vinda de católicos, o governo imperial teve que aceitar a entrada de pessoas de outras religiões. Contudo, os imigrantes deveriam se submeter a uma série de exigências, dentre elas, a de que os não católicos que se destinavam ao Brasil deveriam respeitar a religião oficial, a católica.<sup>24</sup>

O brasileiro que não fosse católico certamente experimentaria, em muitas ocasiões ao longo de sua vida, um forte sentimento de exclusão diante da sociedade brasileira. Três importantes momentos da vida humana (nascimento, casamento e morte) só podiam ser registrados e oficializados por meio de solenidades e certidões fornecidas pela Igreja Católica. Como se não bastasse, o ensino, a saúde e as obras assistenciais ficavam também sob o domínio católico.<sup>25</sup>

Era responsabilidade da Igreja executar atividades de registros de nascimento e de casamento (com todas as suas vicissitudes jurídicas) até a morte. Era uma função eclesiástica até o Decreto nº 3.069, de 17 de abril de 1863, que substituiu os registros eclesiásticos por civis, e o Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, que criou o Regulamento de Registro Civil, o qual entrou em vigor em 1º de janeiro de 1889, por força do Decreto nº 10.044, de 22 de setembro de 1888. Com isso, fizeram novas avaliações sobre nascimentos, comprovação da idade, nome e filiação das pessoas naturais, bem como sobre os óbitos e os casamentos.<sup>26</sup>

Somente décadas depois da chegada das primeiras levas de protestantes, em 1888,

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> CASTRO, Elisiana Trilha. *Algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX*. *Revista inter-legere*. Janeiro a junho de 2013. p. 159.

<sup>25</sup> CASAMASSO, *Ibdem*, p. 6171.

<sup>26</sup> CASTRO, *Ibdem*, p. 159-160.

os registros passaram a ser feitos de forma mais abrangente para toda a população, incluindo os que não eram católicos. Para os imigrantes chegados nas primeiras décadas do século XIX, professar uma fé contrária à católica tornou-se um obstáculo para vivos e mortos. Além dos problemas relacionados ao registro civil, na hora de morrer não conseguiam terra para fazerem sepultamentos nos campos-santos, mais precisamente nos interiores de capelas e templos, visto que estes estavam sob a tutela da Igreja.

Com a vinda de imigrantes, independentemente de seu credo, tanto para o trabalho quanto para povoamento, o Império não pareceu preocupado com o fato de a Igreja ter controle sobre as diferentes etapas da vida e da morte e com os conflitos arrolados por esse fato. Estabeleceram normas religiosas para os não católicos, mas não garantiram, de forma efetiva, os direitos básicos de sepultar os mortos e professar os seus ritos fúnebres. Parecendo querer evitar conflitos com a Igreja Católica, o governo imperial tomou providências para não ultrajar os praticantes da religião oficial, sem tomar conhecimento das necessidades de culto das outras religiões que chegavam com os imigrantes.<sup>27</sup>

Entre os que não tinham cova, estavam os não católicos, suicidas, usurários, escravos, condenados, natimortos sem batismo, maçons, dentre outros. A estes, a sepultura, em muitos casos, era negada pela Igreja Católica. Aos mortos protestantes caberia um enterro destinado aos pecadores em geral, no entorno das capelas e das igrejas; o que criou situações constrangedoras.<sup>28</sup>

Em relação à cidadania ativa ou direito de participar da política dos cidadãos, a Constituição de 1824 impedia expressamente a possibilidade de eleger não católicos para a Assembleia Geral. Conforme o disposto no *caput* do art. 95 e no seu inciso III, todos os eleitores eram considerados habilitados para serem nomeados deputados, com exceção daqueles que não professavam a religião do Estado e, de acordo com o art. 141, tampouco poderiam os não católicos participar do Conselho de Estado.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> CASTRO, *Ibidem*, p. 160.

<sup>28</sup> CASTRO, *Ibidem*, p. 161.

<sup>29</sup> CASAMASSO, *Ibidem*, p. 6171-6172.

## 1.2 Chegada dos protestantes no Brasil do século XIX

Com as novas condições políticas, posteriores ao Tratado de Aliança e Amizade, as missões protestantes passaram a ser interessantes, mas nem todos os europeus e norte-americanos que seguiam esta vertente do cristianismo estavam convencidos de que era necessário empreender essa obra.<sup>30</sup>

O período moderno das missões protestantes ocorreu paralelamente expansão capitalista da segunda metade do século XIX. Este período trouxe para o Brasil, além de outras formas de cristianismo, também ideias do Iluminismo contidas no protestantismo da época. Essas missões modernas eram a representação de uma parcela cultural do que foi transplantado entre os hemisférios norte e sul na segunda metade do século XIX.<sup>31</sup>

Os protestantes tiraram proveito da expansão comercial e da colonização, promovidas pelo hemisfério norte, para lançar o seu período mais abrangente no que diz respeito a missões de cunho religioso, que se classificariam em pelo menos dois modelos: o de “igreja oficial” e o de “mercado aberto”. Nos países africanos e asiáticos que estavam sob domínio colonial europeu, as igrejas protestantes se tornaram a expressão religiosa da presença do colonizador, caracterizando o primeiro modelo. Os missionários aproveitaram a infraestrutura colonial (principalmente dos sistemas de transporte e de comunicações exportados para as colônias) para expandir o seu trabalho religioso, espalhando não só templos nas nações do hemisfério sul, como também redes educacionais e hospitalares que influenciaram o desenvolvimento dessas colônias. Dessa forma, as igrejas protestantes se tornaram participantes no estabelecimento de uma nova ordem social nos países colonizados.<sup>32</sup>

Nos que estavam sob domínio colonial europeu, existiu uma completa exportação da cultura e dos costumes da sociedade colonizadora para a sociedade colonizada. A forma de governo, a organização econômica, o modelo de religião, o sistema de educação e o sistema de saúde foram organizados dentro dos mesmos moldes da nação dominante. Já nos

---

<sup>30</sup> ROSI, *Ibidem*, p.19.

<sup>31</sup> CAVALCANTI, H. B. *O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista*. *Revista de Estudos da Religião*. Nº 4, 2001. p. 61.

<sup>32</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*, p. 62.

países soberanos, as igrejas se estabeleceram ao seu próprio custo e lutaram para conseguir espaço. No caso das igrejas dos Estados Unidos, que empreendiam missões, não existiu a vantagem de operar em colônias. Os missionários, nesse caso, foram enviados para países que mantinham relações comerciais com a América, sendo que essas nações usufruíam de soberania política. Dessa forma, os “custos” eram maiores, especialmente em países como o Brasil, com um passado arraigado na religião católica, conforme vimos anteriormente.<sup>33</sup>

No século XIX, as igrejas protestantes norte-americanas trouxeram para o Brasil uma fé “jingoísta”<sup>34</sup>, que trazia ideias do Iluminismo, como interpretado pelos norte-americanos, que viam nos Estados Unidos a expressão de uma nação moderna. Para os missionários, a sua pátria era “abençoada” com liberdades políticas e civis e com associações voluntárias que colaboravam para o alto senso de integração comunitária e de identidade nacional devido à fé protestante. A nação americana foi apresentada no Brasil como baseada em princípios de tolerância religiosa, de iniciativa privada e de igualdade política. Por outro lado, o Brasil era visto como um país carente dos ideais modernos do iluminismo e do protestantismo e ainda sobrecarregado pela sua herança ibérica, que era profundamente católica, oligárquica e patrimonial.<sup>35</sup> Em outras palavras, podemos dizer que na mentalidade protestante, os Estados Unidos eram associados ao avanço, ao mesmo tempo em que o Brasil era associado ao atraso em variados aspectos.

Do ponto de vista religioso, os missionários representaram uma força cultural invasora na América Latina. O protestantismo representava o questionamento do que estava estabelecido e a possibilidade de uma nova forma de prática religiosa, o que criou conflitos com o sistema religioso vigente nos países latino-americanos, como era de se esperar por parte dos representantes do catolicismo.<sup>36</sup>

Na época da chegada dos missionários protestantes ao Brasil, o país desfrutou de um contexto social que era aberto às inovações da época. Contou-se com um grande número de centros urbanos, de acesso relativamente fácil por meio da nova rede ferroviária, e com um sistema de comunicações que lhes garantiu um contato mais próximo com suas

---

<sup>33</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*, p. 63.

<sup>34</sup> Jingoísmo se refere ao nacionalismo exacerbado no que diz respeito à política externa.

<sup>35</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*. p. 64.

<sup>36</sup> *Idem*.

igrejas de origem e uma maior integração dos pontos missionários estabelecidos pelo Brasil. É nesse contexto que a fé protestante vai encontrar solo fértil em meio a um pequeno segmento da população brasileira.<sup>37</sup>

A criação de espaços para a fé protestante num país que era profundamente católico foi uma tarefa difícil. Os primeiros missionários protestantes chegaram ao Brasil em uma época em que o catolicismo estava inserido desde a chegada dos portugueses nas terras brasileiras. Já nos tempos de colônia, o país foi considerado oficialmente católico, tendo o rei de Portugal como defensor da fé na colônia. Cabe aqui dizer que, contudo, o padroado enfraqueceu a Igreja Católica durante a maior parte do século XIX. Com o controle do governo, a Igreja se viu incapaz de manter até mesmo as suas funções mais básicas, como a formação e a sustentação de um corpo de clérigos competente e a catequese eficaz, que garantisse a pureza ortodoxa e doutrinária no Brasil. Isso criou uma erosão da fé e da prática católica que se estendeu por quase todo o século.

O padroado tratava-se de uma proteção, tutela ou apadrinhamento, tendo sido uma concessão dos papas aos monarcas católicos. Estes foram investidos de “poderes pontifícios” para administrarem nos seus territórios a instituição eclesiástica, com o propósito de promover e sustentar as obras religiosas.<sup>38</sup> Embora tenha nascido para favorecer a Igreja, o padroado degenerou-se num sistema opressivo, perdendo, assim, seu significado religioso.<sup>39</sup> O estado colocou obstáculos à ação da Igreja na segunda metade do século XIX, criando dificuldades para a criação de novas dioceses, pagando mal o clero e impedindo a livre comunicação com a Santa Sé.<sup>40</sup>

Quando os missionários presbiterianos<sup>41</sup> chegaram, na segunda metade do século XIX, viram a Igreja Católica já enfraquecida. Quando os batistas chegaram, trinta anos

---

<sup>37</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*. p. 69.

<sup>38</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 1, Período Colonial*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 101.

<sup>39</sup> MATOS, *Ibidem*, p. 107.

<sup>40</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 2, Período Imperial e transição republicana*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011. pp. 79-80.

<sup>41</sup> O termo “presbiterianos” refere-se aos membros das igrejas cristãs protestantes que aderem à tradição teológica reformada (calvinismo) e cuja forma de organização eclesiástica se caracteriza pelo governo de uma assembleia de presbíteros ou anciãos.

depois, também se depararam com o mesmo cenário. Os missionários da Igreja Batista<sup>42</sup> se aproveitaram dessa fraqueza para realizarem a expansão das suas igrejas. Os missionários criticavam a mediocridade moral e intelectual dos padres e as práticas “semipagãs” e “supersticiosas” do catolicismo popular. Para eles, os brasileiros não eram católicos por convicção de fé, mas por tradição.<sup>43</sup>

Esse período de fraqueza da Igreja Católica facilitou a implantação das igrejas protestantes no Brasil. Os missionários protestantes encontraram espaço para plantar suas igrejas em certas camadas sociais urbanas e rurais que estavam insatisfeitas com a presença pastoral da Igreja Católica. Foram esses novos fiéis que usaram a sua identidade protestante como escudo para efetuar uma desvinculação do catolicismo e para atacá-la pelos seus defeitos catequéticos.<sup>44</sup>

O aumento expressivo da imigração europeia e norte-americana do último quarto do século XIX foi outro fator que contribuiu para a propagação da crença protestante no Brasil. As demandas de uma economia de exportação na época requeriam uma quantidade maior de mão de obra especializada. Com a necessidade de expandir a colonização no interior brasileiro e satisfazer as elites econômicas pelo aumento do número de trabalhadores rurais e urbanos, acontece esse surto imigratório, que faz com que o imperador busque nos países europeus e nos Estados Unidos o contingente que considera necessário para o desenvolvimento da nação.<sup>45</sup>

O recrutamento de imigrantes começou por volta de 1820, mas atingiu o seu apogeu na segunda metade do século. Boa parte desses estrangeiros era de origem europeia e católica, mas um número pequeno deles era protestante e vinha dos Estados Unidos. Foram esses imigrantes norte-americanos que contribuíram para a implantação das missões protestantes no Brasil. Dentre os motivos para isto, podemos citar o seu modo de vida, com a tecnologia e os costumes norte-americanos. Com isso, ficou estigmatizado que tudo vindo do hemisfério norte (inclusive a religião) chegava com uma metodologia mais “moderna”

---

<sup>42</sup> A Igreja Batista é uma denominação histórica do protestantismo, cujas origens remontam à Inglaterra no início do século XVII. Tornou-se, com o tempo, uma das mais importantes denominações dos Estados Unidos.

<sup>43</sup> CAVALCANTI, *Ibdem.* p. 70.

<sup>44</sup> CAVALCANTI, *Ibdem.* p. 71.

<sup>45</sup> CAVALCANTI, *Ibdem.*, p. 71-72.

ou mais “desenvolvida”.<sup>46</sup>

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes protestantes, em geral, buscaram junto ao imperador proteção para o exercício religioso. Obtida, pediram junto às suas igrejas de origem o envio de líderes religiosos para a comunidade, os quais se tornariam os primeiros missionários em terras brasileiras. Conforme mais protestantes se mudavam para o Brasil, indo para diversas regiões do país, e se dedicando a variados ofícios, o governo se perdeu na tarefa de controle das religiões não católicas, motivando, com isso, o envio de mais missionários e a sua expansão no território brasileiro.<sup>47</sup>

Dentro desse contexto, os anglicanos e episcopais acreditavam que o continente já era cristão por ser católico, e que era um erro empreender missões entre católicos enquanto haviam pessoas na Ásia e na África que nem sequer tinham ouvido falar no nome de Jesus. Já as igrejas presbiterianas, nos EUA, possuíam uma ala contrária a essa visão. Para elas, o catolicismo era tão cristão como o paganismo encontrado na Ásia ou na África.<sup>48</sup>

O grupo de presbiterianos que acreditava que deveriam ser estabelecidas missões entre católicos enfrentou oposição dentro de sua própria denominação, o que resultou em poucos recursos financeiros e de pessoal, mas conseguiu, por fim, organizar missões para o Brasil, assim como para outros países da América Latina. Em muitos casos, os missionários enviados para a América Latina foram antecidos por colportores<sup>49</sup> bíblicos. Os primeiros protestantes que empreenderam missões entre a população americana de língua espanhola e portuguesa não procuraram fundar igrejas, mas difundir a bíblia, preparando o caminho para os que viriam depois.<sup>50</sup>

Ideologicamente, os presbiterianos identificados com a sua cultura de origem pregavam no Brasil a importância da liberdade religiosa, da supremacia da economia de mercado e da educação como processo de formação de uma cidadania responsável e o progresso através do uso da ciência. O código moral da Igreja Presbiteriana, baseado nos

---

<sup>46</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*, p. 72.

<sup>47</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*, p. 72-73.

<sup>48</sup> ROSI, *Idem*.

<sup>49</sup> Pessoa que colporta, que faz distribuição de literatura, geralmente religiosa, de porta em porta.

<sup>50</sup> ROSI, *Idem*.



ensinos de Calvino<sup>51</sup>, enfatizava a importância de uma vida santa e de retidão teológica. O fiel procurava pautar a sua vida pela doutrina correta e viver separado dos seus aspectos pecaminosos. Isso significava evitar todas as formas de “vício e depravação” (tais como o cigarro, a bebida ou a dança) e observar todas as virtudes, como o respeito e honra aos pais, a fidelidade conjugal, a honestidade no mundo dos negócios, o valor do trabalho árduo como sinal de caráter e decência, e uma forte aceitação do individualismo norte-americano.<sup>52</sup>

Por exemplo, em um artigo do jornal *Imprensa Evangélica*, em 1867, foi feita uma comparação explícita entre os Estados Unidos e o Brasil, vinculando tais países a suas crenças religiosas. Os norte-americanos eram expostos como cristãos não afeitos ao absolutismo, e sim como amigos da liberdade, além de amantes do trabalho e respeitosos em relação às mulheres. Enquanto os norte-americanos, segundo o artigo, não maldiziam o exercício do juízo privado, as liberais crenças políticas tinham a sanção da religião e os ministros religiosos eram os primeiros a animar o patriotismo, mesmo sem ganhar um vintém dos cofres públicos, no Brasil tudo mudava de figura<sup>53</sup>.

Também é importante ressaltar que, desde o princípio, a maior parte dos missionários protestantes procurou testemunhar uma mensagem que se ocupava não apenas da salvação eterna, mas também de outros aspectos da vida. Por isso, o protestantismo na América Latina se destacou com escolas, hospitais e outras instituições que fundou, beneficiando muitas pessoas que nunca abraçaram o protestantismo.<sup>54</sup>

Na segunda metade do século XIX, muitos grupos estavam em atividade no Brasil, sendo que alguns tinham nível avançado de organização. Durante esse período, missionários provenientes especialmente dos Estados Unidos criaram relacionamento com autoridades brasileiras e inseriram-se no cenário nacional, envolvendo-se em diferentes

---

<sup>51</sup> João Calvino foi um teólogo cristão francês. Teve uma influência muito grande durante a Reforma Protestante, que continua até hoje. Portanto, a forma de protestantismo que ele ensinou e viveu é conhecida por alguns pelo nome “calvinismo”. Calvino foi inicialmente um humanista, nunca foi ordenado sacerdote. Depois do seu afastamento da Igreja Católica, este intelectual começou a ser visto, gradualmente, como a voz do movimento protestante.

<sup>52</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*, p. 74.

<sup>53</sup> O antagonismo entre as instituições políticas e religiosas do país. *Imprensa Evangélica*. Vol. III, n.3, 02/02/1867, pp. 17-18.

<sup>54</sup> ROSI, *Idem*.

questões brasileiras, como a escravidão, o republicanismo e a liberdade religiosa<sup>55</sup>.

### 1.3 Os protestantes e a imprensa no Brasil do século XIX

Quando falamos de imprensa protestante no Brasil Império, é necessário começarmos dizendo que foi a partir da terceira década do século XIX que a divulgação e a circulação de impressos protestantes passaram a ser realizadas por meio da atividade editorial da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS) e da Sociedade Bíblica Americana (ABS), fundadas, respectivamente, em 1804 e 1816.<sup>56</sup>

As Sociedades Bíblicas não se limitaram a oferecer as escrituras sagradas, embora isso já tenha sido um passo fundamental para a propagação do protestantismo. Paralelamente, dois grandes agentes dessas sociedades, Daniel Parish Kidder<sup>57</sup> e James Cooley Fletcher, foram além da distribuição de bíblias e buscaram defender legalmente os protestantes das autoridades do Estado.<sup>58</sup>

Fletcher era pastor da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, e sua presença no Brasil pode ser considerada um antecedente da chegada de outros missionários que se dirigiram para o país nos anos seguintes. Ele se tornou amigo de membros da alta sociedade brasileira, entre os quais, vários letrados e políticos liberais. Frequentou também a mansão imperial de Dom Pedro II, com quem teve proximidade, atuou como secretário da delegação norte-americana no Rio de Janeiro e promoveu uma exposição industrial de produtos norte-americanos. Um dos destaques de sua atuação entre os dois países foi a autoria do livro *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo* (1857), uma versão ampliada do livro *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* (1845), de Daniel Parish Kidder, no qual expôs seus planos e ideais sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Com seu livro, Fletcher foi um propagandista dos valores protestantes e anglo-saxões como

---

<sup>55</sup> ROSI, *Ibidem*, p. 64.

<sup>56</sup> CRUZ, K. J. C. Cultura impressa protestante no Oitocentos: *um diálogo luso-brasileiro*. *Convergência Lusíada*, n. 32, 2014, pp. 112-120.

<sup>57</sup> Daniel Parish Kidder (Darien, 1815 – Evanston, 1891) foi um missionário metodista norte-americano. Esteve no Brasil em duas oportunidades, de 1836 a 1837, e de 1840 a 1842, em viagem de propaganda evangélica pelo Nordeste e pela Amazônia.

<sup>58</sup> ROSI, *Idem*, p. 68.

instrumentos para alcançar o “progresso”.<sup>59</sup>

O caso de Fletcher tem semelhança com a atuação de outros missionários em outras partes do mundo. Como exemplo, o inglês William Carey<sup>60</sup>, que foi missionário batista na Índia e contribuiu para o despertar de um interesse pelos indianos do protestantismo. O que anteriormente eram apenas relações comerciais tornou-se também uma espécie de compromisso civilizatório entre Inglaterra e Índia. Fletcher e Carey chamaram a atenção de seus contemporâneos para partes distantes do mundo e para a possibilidade de uma interação mais profunda com elas, sendo este um padrão de ação missionária dos séculos XVIII e XIX.<sup>61</sup>

Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros chama atenção para o fato de a imprensa no século XIX ser o espaço privilegiado para a propagação de diversas ideias de cunho tanto político quanto religioso. A partir da segunda década do Oitocentos, as discussões de viés religioso se tornaram ainda mais exaltadas. O choque entre católicos e missionários protestantes fez com que diversos temas viessem a ser discutidos com fervor, com destaque para o problema da união entre o Estado e a Igreja.<sup>62</sup>

No século XIX, ganharam importância a ampliação e a divulgação de uma cultura impressa religiosa de uma forma geral, considerando o aumento do mercado editorial, o intercâmbio entre o velho e o novo mundo e o grande número de tipografias que passaram a ser estabelecidas no Brasil. Permitiu-se, então, a propagação de impressos de toda ordem, que promoveram novas ideias e edificaram em torno de si comunidades de leitores.<sup>63</sup>

Desde a chegada do primeiro missionário protestante, a imprensa foi utilizada para exposição da mensagem evangélica, com Robert Kalley<sup>64</sup> publicando em torno de trinta e

---

<sup>59</sup> ROSI, Idem.

<sup>60</sup> William Carey foi um ministro evangelista batista missionário inglês, conhecido como o “pai das missões modernas”. Carey foi um dos fundadores da Sociedade Batista Missionária de Londres, na Inglaterra.

<sup>61</sup> ROSI, Ibidem, p. 68-69.

<sup>62</sup> MEDEIROS, Pedro H. C. de. *Pelo progresso da sociedade: a imprensa protestante no Rio de Janeiro imperial (1864-1873)*. 2014. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. Cit. p. 1.

<sup>63</sup> CRUZ, K. J. C. Ibidem, p. 119.

<sup>64</sup> Robert Reid Kalley foi pastor e médico. Nasceu em 1809, na Escócia, e estudou farmácia e medicina em Glasgow. Robert chegou ao Rio de Janeiro em 1855, onde fundou a Igreja Evangélica Fluminense. Oliveira, Rui A. Costa. Dr. Robert Reid Kalley e o estabelecimento do Presbiterianismo em Portugal e no Brasil. *Revista lusófona de ciência das religiões* – Ano V, 2006.

cinco artigos no jornal *Correio Mercantil*, além de outros artigos no *Jornal do Commercio*. Em cinco de novembro de 1864, o primeiro jornal protestante brasileiro, chamado *Imprensa Evangélica*, foi criado por Ashbel Green Simonton, missionário norte-americano da Igreja Presbiteriana que desembarcou no Rio de Janeiro em 1859 e foi gestor e principal redator nos três primeiros anos de publicação do jornal.<sup>65</sup>

#### 1.4 Considerações sobre *Imprensa Evangélica*

Ashbel Green Simonton nasceu em 1833 no norte dos Estados Unidos, na cidade de West Hanover, no estado da Pensilvânia, onde passou a maior parte de sua infância. Era neto de um pastor presbiteriano do lado materno e filho do deputado federal e médico Willian Green Simonton, sendo o caçula de nove irmãos. Graduiu-se no Colégio Universitário de Princeton, atualmente conhecido como Universidade de Princeton, em 1852, tornando-se apto ao magistério, e também no Seminário Teológico de Princeton. Posteriormente, decidiu se tornar missionário em outro país, e em 1859, candidatou-se e foi designado para a cidade do Rio de Janeiro.

Simonton teve alguns ajudantes na criação do *Imprensa Evangélica*, sendo estes Alexander Latimer Blackford<sup>66</sup>, Domingos Manoel de Oliveira Quintana, Antônio José dos Santos Neves<sup>67</sup> e José Manoel da Conceição<sup>68</sup>.

Além do jornal, as atividades de Simonton incluíram a organização da primeira

---

<sup>65</sup> MEDEIROS, *Ibidem*, p. 27.

<sup>66</sup> Alexander Latimer Blackford, também americano, era cunhado de Simonton e serviu como missionário no Brasil. Foi também um dos editores do jornal *Imprensa Evangélica*. SANTOS, Silas Daniel dos. *Jornal Imprensa Evangélica e as origens do protestantismo no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

<sup>67</sup> O brasileiro Antônio José dos Santos Neves também foi colaborador do *Imprensa Evangélica*, embora não fosse missionário. Era baiano, poeta e ingressou na igreja presbiteriana em 1863, quando era taquígrafo do Senado e funcionário do Ministério da Guerra. Ele também foi membro do Partido Liberal. SANTOS, Silas Daniel dos. *Jornal Imprensa Evangélica e as origens do protestantismo no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

<sup>68</sup> José Manoel da Conceição era um padre convertido ao protestantismo. No dia dezessete de dezembro de 1865, com 43 anos de idade, foi consagrado como o primeiro pastor presbiteriano brasileiro. Realizou muitas cruzadas evangélicas no Rio de Janeiro, em São Paulo, e no interior do Brasil. MARTINS, Mario Ribeiro. *Missionários americanos e Algumas Figuras do Brasil Evangélico*. Goiânia: Kelps, 2007. p. 263.

Igreja Presbiteriana do Brasil, em 1862, a tradução de obras presbiterianas para o idioma português e a organização de um seminário de preparação de jovens para o Ministério evangélico, em 1867, no Rio de Janeiro.<sup>69</sup>

Cabe dizer que o trabalho presbiteriano no Brasil foi financiado pelas duas maiores igrejas presbiterianas dos Estados Unidos, a igreja do norte e a igreja do sul (divisão gerada durante a guerra civil americana), e que o primeiro Presbitério (conselho regional de congregações locais) foi formado no Rio de Janeiro, em 1865.<sup>70</sup>

Tendo em vista os meios de comunicação existentes na época da criação do *Imprensa Evangélica*, implementar esse jornal seria um passo importantíssimo para os missionários protestantes em direção à propagação de suas crenças em um país que, além de ter a maioria de católicos, também tinha o catolicismo como religião oficial do Império.

Muitos meses antes da criação do jornal *Imprensa Evangélica*, os missionários queriam um periódico protestante que pudesse ser um púlpito para eles, atingindo todo o território brasileiro, além de auxiliar no ensino de recém-convertidos ao protestantismo e também no de seus filhos.<sup>71</sup>

Cabe aqui dizer que, assim como acontece nos dias de hoje, também existiam católicos que não eram praticantes no Brasil daquela época, e que algumas outras crenças podem ter contado com um grande número de simpatizantes que se diziam católicos.

### **1.5 A estrutura do jornal *Imprensa Evangélica***

Em relação aos presbiterianos do Rio de Janeiro, constatamos que o impresso era o seu principal meio de publicidade doutrinária, mantendo os membros informados e originando certa sensação de pertencimento a uma comunidade religiosa, além de oferecer o espaço necessário para discussão e defesa dos ideais evangélicos.<sup>72</sup>

O jornal *Imprensa Evangélica* era semanal e contava com oito páginas. Sua tiragem era de quatrocentos exemplares e tinha editoriais doutrinários da reforma evangélica na

---

<sup>69</sup> MEDEIROS, op. cit., p. 27.

<sup>70</sup> CAVALCANTI, *Ibidem*, p. 74-75.

<sup>71</sup> SANTOS, *Ibidem*.

<sup>72</sup> CRUZ, K. J. C. *Ibidem*, p. 119.

religião romana, defesa de reformas legais necessárias à liberdade aperfeiçoada de cultos, noticiário positivo da vida evangélica em vários locais do mundo e traduções de publicações norte-americanas e europeias.<sup>73</sup>

A primeira edição do *Imprensa Evangélica* entrou em circulação no dia 5 de novembro de 1864, com uma tiragem de 450 exemplares, e custando \$ 520 réis.<sup>74</sup> O jornal não citou o nome de todos os seus editores ao longo de sua existência, o que se explica pelo fato de que a lei em vigor no Brasil, na ocasião de sua fundação, não obrigava os editores a informar a autoria dos artigos publicados.<sup>75</sup>

Vale dizer que foi feita propaganda do *Imprensa Evangélica* em outros jornais ao longo dos anos em que este teve circulação, como no *Correio Mercantil*:

Desta folha religiosa sahi o primeiro numero do quarto volume no dia 5 do corrente mez. Cada numero consta de oito paginas, é illustrado com uma ou mais gravuras. Publica-se aos primeiros e terceiros sabbados de cada mez. Assigna-se no escriptorio da typografia Perseverança, rua do Hospicio n. 91, na livraria Largo do Paço n. C, junto á ucharia, n.C, ou por carta á redacção, dirigida á caixa n. 254 do correio geral. Na cidade de S. Paulo recebem-se assignaturas na loja de W. D. Pitt, rua Direita n. 46. Preço por anno 48, para a côrte e as provincias. Dos volumes I, II e III existem alguns exemplares encardenados á venda na livraria universal de Laemmert, rua da Quintanda n. 77, e na loja de papel, rua do Ouvidor n. 36.<sup>76</sup>

No periódico *A Reforma* também temos exemplos de como era feita a propaganda do *Imprensa Evangélica* em outros jornais:

A IMPRENSA EVANGELICA  
Publicou-se hoje o 10º numero do volume 5. desta folha religiosa, contendo os seguintes artigos:  
O tesouro escondido no campo  
A filha do vaqueiro  
Factos sobre a prata  
Aflôr do mar  
Scenas de superstição  
Ajudai-vos uns aos outros (com gravura)  
História ecclesiastica (continuação)  
Coragem maternal  
A Imprensa Evangelica, folha de oito paginas, publica-se aos primeiros e terceiros sabbados de cada mez. Assigna-se, ou na livraria universal de Laemmert, rua do Ouvidor n. 68, ou por carta á redacção, dirigida á caixa 254 do

<sup>73</sup> MEDEIROS, Ibidem, p. 33.

<sup>74</sup> SANTOS, Ibidem, p. 89.

<sup>75</sup> SANTOS, Ibidem, p. 98.

<sup>76</sup> *Correio Mercantil*, dia 16/01/1868.

correio geral da côrte. Preço, por anno 48000, por semestre 28000.<sup>77</sup>

Outro jornal em que podemos ver referência ao *Imprensa Evangélica* com propósito propagandístico é no *Constitucional*.

A Imprensa Evangélica é folha periodica que se distribuirá aos sabbados por seus assignantes.

(...)

A existência da Imprensa Evangélica é o resultado desta convicção, e ella se dedicará á explicação e disseminação dos preceitos e doutrinas do Evangelho, - única fonte quer da moral quer da religião, - unico código, que bem entendido e fielmente observado pôde promover e assegurar a felicidade individual e social de qualquer povo.<sup>78</sup>

Contudo, não devemos confundir o fato de existir propaganda em outros jornais com uma aliança entre o *Imprensa Evangélica* e outros jornais. O mesmo *Correio Mercantil* que faz propaganda do jornal evangélico também publica textos hostis contra ele:

Ao Sr. Manoel Leite Machado.

E' tal a subtileza da propaganda protestante em mutilar as produções de autores catholicos e colorir as suas para acomodal-as aos seus fins e illudir aos incautos, que não nos admiramos que os ignorantes em materia de religião ou os analfabetos achem sublimes as doutrinas da Imprensa Evangelica; mas o que nos admirou foi o Sr. Manoel Leite Machado, moço modesto, catholico e autor de varios dramas e romances publicar um communicado no Jornal do Commercio, no qual faz os melhores eucomios ao sobredito periodico. Estamos certos que S. S. foi illudido pelos cantos da sereia; e por isso rogamos-lhe de confrontar as obras do conselheiro Rodrigues Bastos com os ultimos numeros da Imprensa Evangelica, e dizer-nos se está ou não arrependido do que tão ingenuamente disse do mesmo periodico.<sup>79</sup>

O custeio do jornal partiu inicialmente da Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América. Contudo, conforme passou o tempo, as publicações começaram a contar com o dinheiro nacional, como podemos ver na busca por novas assinaturas, nos apelos para que os assinantes pagassem por suas assinaturas, que estavam atrasadas, e pelas campanhas nas igrejas para arrecadação de dinheiro para manter o jornal.<sup>80</sup>

Entre as finalidades de Simonton com as publicações do jornal, estava alcançar a

<sup>77</sup> *A Reforma*, 15/05/1869.

<sup>78</sup> *Constitucional*, 05/11/1864.

<sup>79</sup> *Correio Mercantil*, 30/12/1864.

<sup>80</sup> MEDEIROS, *Ibdem*, p. 33.

classe dominante com condições de influenciar as modificações legais para permitir a liberdade da prática protestante. O conflito direto com a religião oficial do Estado foi, durante os primeiros anos, na medida do possível, evitado, pois como ele era de outro país, poderia ter seu visto de permanência cancelado.<sup>81</sup>

O jornal teve circulação até 2 de junho de 1892. Ao longo de seus 28 anos passou pela administração de vários editores. No início, A. G. Simonton administrou a revista, de 1864 até sua morte, em 1867. Logo após, assumiu o missionário A. L. Blackford, que ficou de 1868 a 1876. Em seguida, o editor foi o missionário G. W. Chamberlain, de 1877 a 1885. Na última fase de sua circulação, houve um esforço que incluiu vários missionários americanos e pastores brasileiros na gestão do jornal.<sup>82</sup>

Um dos mecanismos utilizados pelo *Imprensa Evangélica* para fazer críticas ao romanismo ocorria quando eram dadas notícias, principalmente na seção intitulada “Noticiários”. Nela eram apresentadas notícias relacionadas geralmente à religião em diversas partes do mundo, com destaque para os Estados Unidos e para a Europa, onde constantemente eram levantados aspectos negativos do catolicismo em outros países, assim como aspectos positivos do protestantismo.

Na edição do dia 5 de setembro de 1868, temos um bom exemplo da utilização das notícias estrangeiras pelo *Imprensa Evangélica*, pois percebemos certa ironia quando este se refere ao Papa como Rei de Roma, considerando que não era o termo mais usual e que haviam críticas constantes à união da igreja com o estado por parte dos católicos. A expressão “exército papal” também é claramente irônica devido à conhecida disciplina militar por parte dos jesuítas. Por fim, há mais uma ironia ao perguntar se o papa era falível, considerando que o tema da infalibilidade papal estava em voga.

Noticiou-se, ha algum tempo, que o Rei de Roma tinha aceito com mui especial agrado as offertas dos prelados romanos dos Estados Unidos, para levantar naquelle paiz e sustentar á sua custa um regimento para o exercito papal. O governo de Washington prohibiu por illegal o alistamento destes santos guerreiros, e os arcebispos publicaram um manifesto em que, com seu costumado jesuitismo, negaram ter feito ou authorisado alguém para fazer a offerta que seu Soberano em Roma com tanta galhardia aceitára. Será o papa fallivel? ou os prelados norte-americanas incriveis?<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> MEDEIROS, *Ibidem*, p. 33.

<sup>82</sup> SANTOS, *Ibidem*. p. 93.

<sup>83</sup> *Imprensa Evangélica*, 05/09/1868.



Em relação aos pontos positivos dos protestantes apresentados no jornal, ao comentar sobre determinados países, temos a seguinte notícia sobre a Inglaterra:

Na camara dos lords tinha tido 2ª leitura o projecto apresentado por lord Clarendon, para revogação do bill Aberdeen.  
Apresentou-se ainda na camara dos commons um projecto dispensando do juramento os que nas universidades tomam grãos em qualquer sciencia profana. O fim da lei, que sem duvida passaria, era tornar a instrucção superior accessivel aos sectarios de todas as religiões.  
Mais um exemplo de intolerancia protestante.<sup>84</sup>

Também eram apresentadas no jornal *Imprensa Evangélica* notícias sobre movimentos cismáticos na Europa, talvez com o propósito de mostrar como determinadas posições do catolicismo eram contestadas ao redor do mundo, podendo, dessa forma, levar questionamentos aos brasileiros em relação à religião oficial do Estado.

No dia 21 de Maio teve lugar no salão da Reforma, a sexta conferencia do padre Jacintho, que continua a sua propaganda schismatica, propondo varias alterações no ritual e na disciplina da Igreja catholica. Uma das innovações é a cessação da lectura do evangelho em latim, por ocasião da missa, introduzindo o uso do francez.  
A curia fulminou excommunhão maior contra os fieis, que assistissem aos officios divinos ou ás conferencias do sectario da doutrina dos intitulados reihos catholicos. Mais de 20,000 Suissos do cantão d'Genebra ficam, pois, interdictos, sem que mostrem muito sentimento pela punição a que foram sujeitos.  
Ainda mais. Bastantes pessoas influentes requereram ao conselho do estado, que poz esse á disposição dos velhos catholicos a igreja de S. Germano: e acredita-se que a corporação propende para deferir a petição, a despeito dos protestos ultramontanos.<sup>85</sup>

Notícias sobre a Itália parecem ter sido um dos principais meios de criticar o catolicismo através de notícias relacionadas a países vinculados a essa religião, uma vez que neles estava o centro do poder católico

Foram expedidas instrucções ao arcebispo de Napoles para reagir contra os frades dominicos dissidentes dirigidos pelo apostata Prota, redactor de um periodico heretico. São accusados de receber dinheiro dos protestantes inglezes para prégar o schisma, citando se os artigos de um arcediago protestante reproduzidos na folha italiana.

E' certo que o clero anglicano, opulento e propagandista, lisongea-se de aumentar os proselytos em Napoles. A emancipação do clero catholico por via do casamento multiplica-se nas provincias meridionaes de modo inquietante para a

---

<sup>84</sup> *Imprensa Evangélica*, 03/04/1869.

<sup>85</sup> *Imprensa Evangélica*, 21/06/1873.

cúria. São ás duzias os frades casados.  
 Suppõe-se que o concilio prescreverá alguma cousa para entravar a marcha do protestantismo na Italia do Sul.<sup>86</sup>

Tal artigo parece querer demonstrar uma crise no catolicismo, até mesmo nos lugares mais centrais da religião, mostrando a dissidência por parte de seguidores de um homem chamado Prota, e a contestação por parte de dúzias de frades casados que se emancipavam por via do casamento.

Outra modalidade de crítica que encontramos nas páginas do *Imprensa Evangélica* ao catolicismo se dá ao criticar condutas morais de figuras importantes, que eram vinculadas ao catolicismo. No texto que trata de rainhas da Espanha, o autor diz de forma irônica que estas são galardoadas como exemplos de virtude e piedade pelos papas, que são referidos como reis de Roma em uma clara crítica à mistura entre Igreja e Estado.

Uma carta particular de Madrid, diz: Trez successivas rainhas de Hespanha tem vivido escandalosamente. A avó de Izabel fez de um principe seu favorito, a mãe fez o seu de um duque, e Izabel é uma das pessoas mais ricas da Europa, e acumulou a sua grande fortuna partilhando os lucros do commercio de escravos na Ilha de Cuba. Com tudo, os papas reinantes de Roma têm honrado e galardoado estas mulheres como se tivessem sido modelos de piedade e de virtude!

Percebe-se aqui também que o acúmulo de riqueza por meio do comércio de escravos era apresentado como algo imoral pelo jornal presbiteriano, comparável ao adultério, conforme fica claro no trecho em questão, parecendo fazer uma crítica implícita ao sistema vigente no Brasil.

Portugal não poderia ser deixado de lado no propósito de desconstrução do catolicismo por meio de notícias estrangeiras.

Escreve-nos um nosso assignante queixando-se do administrador do cemiterio occidental ter negado sepultura ao cadaver de uma criança, só porque fôra baptisada segundo o rito protestante, apesar de lhe ser apresentada a certidão de obito e o bilhete do registro. O Sr. administrador entendeu, porém, contra o que dispõe o regulamento dos cemiterios, que não podia dar sepultura ao cadaver por não ir acompanhado da certidão do parochio. Só depois de muito batalhar e das ordens terminantes do Sr. commisario de policia é que o Sr. administrador se resolveu cumprir a lei. Parece incrivel, mas é a verdade.<sup>87</sup>

O texto de forte apelo emocional, por envolver a morte de uma criança, toca em

---

<sup>86</sup> *Imprensa Evangélica*, 19/09/1868.

<sup>87</sup> *Imprensa Evangélica*, 20/09/1873.

uma questão que esteve em pauta no Brasil: o sepultamento dos não católicos. A matéria parece ter o propósito de mostrar um lado cruel da união do Estado com o catolicismo e termina colocando a questão como algo inacreditável devido ao caráter desumano.

A circulação do *Imprensa Evangélica* foi noticiada em outros jornais do Rio de Janeiro. Segundo Hélio de Oliveira Silva, o periódico teve boa aceitação pública e os sacerdotes católicos liam e assinavam o jornal presbiteriano. Porém, isso não deve ser entendido como aprovação por parte deles, que provavelmente o faziam para entender melhor o “inimigo” com o qual estavam lidando no campo religioso.<sup>88</sup>

Um dos que noticiaram a circulação do *Imprensa Evangélica* foi o periódico *Correio Mercantil*, em uma seção intitulada “Notícias diversas”, observando que ele se dedicaria a explicar e difundir preceitos e doutrinas do evangelho, que considera única fonte quer da moral, quer da religião.<sup>89</sup> É interessante notar que o anúncio fala de preceitos e doutrinas do evangelho, e não protestantes, talvez por soar agressivo falar de protestantismo dentro de um Brasil esmagadoramente católico. O próprio nome do jornal parece se propor a falar do cristianismo de uma forma mais “genérica” ao se chamar *Imprensa Evangélica*, e não *Imprensa Protestante* ou *Imprensa Reformada*, que seriam nomes que apresentariam de forma mais clara a procedência do jornal. *Imprensa Evangélica* poderia ser perfeitamente o nome de um jornal católico.

O jornal instruía, edificava (trazia crescimento espiritual) e incentivava as pequenas comunidades interioranas que tinham ausência de pastores. Nesses lugares, por muitas vezes, um dirigente leigo empregava os sermões e os estudos do *Imprensa Evangélica* para instruir a congregação. Por exemplo, em Ubatuba, a igreja nasceu como decorrência da sua leitura, antes da chegada dos primeiros pregadores.<sup>90</sup>

O periódico também expressava a visão dos missionários protestantes acerca dos acontecimentos seculares no Brasil e no mundo.<sup>91</sup> Tinha também a finalidade de oferecer aos letrados do centro-sul brasileiro o ideário protestante por meio de estudos bíblicos, confissões de fé e discussões sobre os acontecimentos contemporâneos. Além disso, ao

---

<sup>88</sup> SILVA, *Ibidem*, p. 13.

<sup>89</sup> *Correio Mercantil*, 04/11/1964.

<sup>90</sup> MEDEIROS, *Ibidem*, p. 35.

<sup>91</sup> MEDEIROS, *Ibidem*, p. 36.

exercer um papel de orientação para os cultos domésticos, o jornal procurava conservar uma uniformidade e homogeneidade da fé presbiteriana em terras brasileiras.

O jornal foi o principal meio de comunicação da Igreja Presbiteriana no século XIX, sendo a sua finalidade mais explícita representar a comunidade protestante, mostrando seus ideais e sua opinião sobre variados assuntos, mas tendo ênfase naqueles de cunho religioso, teológico e espiritual.<sup>92</sup>

É necessário destacar também que o jornal teve importância como meio de socialização e para o desenvolvimento de uma rede de contatos entre os leitores protestantes. Segundo Medeiros, essa rede construiu um conjunto de ideais, comportamentos, condutas, posturas, posicionamentos, visões e interpretações de mundo que viriam a sedimentar um *ethos* protestante no Brasil.<sup>93</sup>

O propósito pedagógico de muitas matérias publicadas nas suas páginas chama atenção. O jornal foi utilizado para transmitir ideias e veicular concepções de vida consideradas adequadas aos cristãos genuínos, discutir questões muito variadas, como a política imperial (e, posteriormente, republicana), a “decadência moral” do catolicismo brasileiro, a ética do trabalho, o modelo ideal contido na família nuclear, cuidados para com a infância e a juventude, além de discussões teológicas que descaracterizavam o catolicismo enquanto religião cristã, sendo o protestantismo apresentado como o único agente capaz de levar o Brasil ao caminho do progresso, da modernização e da moralidade.<sup>94</sup>

Cabe aqui dizer que o *Imprensa Evangélica* também contribuiu para que fosse feita uma discussão relacionada à educação das mulheres, pois elas eram as educadoras no seio familiar. Sendo sua influência grande na formação do caráter infantil, elas já não poderiam mais ser “ignorantes”, “supersticiosas” ou “alienadas”. O papel delas seria colaborar para que as próximas gerações se apegassem ao trabalho, ao progresso e à moralização da sociedade.<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> SEIXAS, *Ibidem*, p. 346.

<sup>93</sup> MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *O processo de nacionalização do presbiterianismo: transformações no discurso protestante brasileiro*. pp. 5-6.

<sup>94</sup> SEIXAS, *Ibidem*, p. 346-347.

<sup>95</sup> SEIXAS, *Ibidem*, p. 352.

Neste período, o convívio entre católicos e protestantes era extremamente espinhoso. Na segunda metade do século XIX, tudo indicava que os católicos viam os protestantes como um grupo que ameaçava a situação confortável em que estavam no Império brasileiro, de modo que poucos grupos religiosos conseguiam fazer um contraponto capaz de abalá-los. Hélio de Oliveira Silva argumenta que o catolicismo estava de tal modo entrelaçado com a cultura imperial brasileira que qualquer mudança religiosa implicaria sérias perdas sociais para as famílias aristocráticas da época.<sup>96</sup>

É ilustrativo o fato de o jornal católico *O Apóstolo*, em 1866, fazer uma série de considerações contra a acusação dos protestantes de intolerância. Segundo o artigo intitulado “A tolerância religiosa”, se havia intolerância, ela partia dos protestantes para com os católicos, injuriando-os em seu próprio país, nas suas leis, nos seus costumes e até nas suas igrejas. Nesse mesmo artigo é dito que o verdadeiro propósito dos protestantes seria o triunfo sobre o catolicismo.<sup>97</sup>

## 1.6 Presbiterianismo e maçonaria

O protestantismo, desde o princípio, foi encarado como uma nova religião considerada como radical e ameaçadora à tradicional sociedade brasileira. No momento em que as possibilidades de sua implantação ganhavam corpo, a fiscalização passou a ser feita de forma mais rígida, não só por conta da possível ameaça à hegemonia católica, mas por incorporar um conteúdo inovador.<sup>98</sup>

Percebemos que havia uma preocupação por parte do jornal católico *O Apóstolo* em relação aos protestantes, com ênfase no que dizia respeito a uma possível expansão dessa crença. Na edição de 4 de março de 1866, o jornal comenta sobre o casamento misto, que viam de forma negativa. Esse tipo de matrimônio estabeleceria, segundo o jornal, uma luta de crenças entre os contraentes, o que poderia trazer a morte espiritual de uma geração

---

<sup>96</sup> SILVA, Hélio de O. *A Igreja Presbiteriana do Brasil e a escravidão: breve análise documental*. *Vox Faifae: Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama*. Vol. 3, N. 2, 2011. Fascículo Crer é Pensar.

<sup>97</sup> A tolerância religiosa. *O Apóstolo*, ano 1, nº. 4, 28/01/1866.

<sup>98</sup> BARBOSA, *Ibidem*, p. 188.

inteira. Nesse aspecto, fica claro que a preocupação estava relacionada à educação dos filhos.<sup>99</sup>

Nunca foi demasiada a repetição da verdade á força de clamar contra o vicio vem sempre algum beneficio. Por isso não se enfadem os leitores se continuamos a fallar-lhes em casamentos de protestantes no Brasil; a questão é da actualidade, e quando gritão os corypheos da emigração protestante contra a intolerancia religiosa, é absolutamente preciso para fazel-os callar mostrar a pilula dourada que querem dar ao povo desprevenido. Somos nós os intollerantes, entretanto temos apontado todos os actos dos protestantes entre nós, tendentes a conspirar contra a lei e costumes, sem que achem quem ao menos lhes diga: - Parem ahi que é demais, nem tanto. Pelo contrario, sem quem os advirta vão por ahi praticando despropositos, ilegalidades, só porque caprichosamente entendem que se lhes deve conceder tudo. Já não contentes em desobedecer á lei de 11 de Setembro de 1861, estão agora celebrando casamentos mixtos nos consulados respectivos. Nestes casamentos, como todos sabem, estabelece-se a luta de crença entre os contrahentes, e luta tão renhida que pôde trazer a morte espiritual de uma geração inteira. Para minorar este mal a Igreja Catholica, sempre solicita pela salvação de seus filhos, mesmo daquelles que sem proveito, e menos excrupulosos procuraram-se alliar-se e formar famílias com dissidentes, estabeleceo regras e condições para conceder taes uniões, uma vez que a parte Catholica quer guardar intacta a fé em que nasceo. Condições tão rasoaveis, que só podem repugnar á um coração endurecido. Logo que a parte Catholica permanece sob a guarda de sua religião; que cumpre ao Pastor supremo fazer, senão resguardal-a e á sua prole da infidelidade da parte dessidente? E como fazel-o senão exegindo do protestante todo respeito á fé do Consorte e toda a abstenção na educação religiosa dos filhos? O que ha de violento, intolerante e deshonoroso nisto para alguém? Se é o amor, se é o desejo ardente de unificar-se o protestante com a Catholica, e não a vontade de corromper a fé da esposa, crear novos sectarios nos filhos, em que pôde ser obstaculo o que exige a Igreja? Não, aqui não ha somente o desejo de formar a família, ha uma cousa occulta, um fim sinistro, que a reluctancia em obedecer, ás condições exigidas pela Igrejarevela. Todos sabem os esforços que empregão constantemente os desidentes para crear proselitos. Envião occultamente seus ministros para corromperem o povo, empregão leis que coagem os subditos e os constringem á permanecer no erro; espalhão, por meio da famosa sociedade Biblica, livros, folhetos, impressos cheios de erros, Biblias viciadas, e traduzidas em todas as linguas conhecidas; tudo isto para protestantisarem o mundo.<sup>100</sup>

É interessante chamar atenção para a forma como os protestantes eram vistos pelos católicos, que chegam a dizer que os protestantes queriam campo livre e desimpedido para lavrar a vinha de Satanás, a quem vivem sujeitos ao clamarem pelo fim das restrições aos casamentos mistos. Esta fala nos faz pensar sobre o quanto era contundente dizer que um outro cristão estava sujeito a Satanás.

Na verdade é este um grande meio de propaganda, é por isso que não querem

<sup>99</sup> *O Apostolo*, Ano I, 04/03/1866, Nº. 9.

<sup>100</sup> *Idem*

condições, nem limites para estas alianças. Querem campo livre e desempedido para lavrar a vinha de Satanaz, á quem vivem sujeitos. Os que clamão contra as condições impostas aos casamentos mixtos são de alguma maneira mais escrupulosos, do que aquelles, que aceitando-as o fazem com intenção de não cumpril-as. Então á pretexto de melhor educar os filhos, mandão-nos para a Europa, entregão-nos aos parentes, e por estes são educados no protestantismo. Muitos nestas circumstancias conhecemos nós, e por ahi andão por sua vez fazendo proselitos e apregoando-se protestantes Brasileiros: eis a boa fé que satisfazem as promessas. Por ultimo rebelarão-se completamente e não contentes de celebrarem actos nulos, casando entre si com desprezo da lei de 11 de Setembro de 1861; os Consules casão por acto civil em seus consulados protestantes com Catholicos. Onde vamos parar? Até onde chegará o arrojo de nossos hospedes, despresadores de nossas leis, perturbadores da ordem das famílias Catholicas?!! Ahi estão os actos do Consul Britanico e da Suissa no Pará.

Segundo Medeiros, os presbiterianos perceberam que deviam fortalecer os laços com os maçons brasileiros, convidando-os a abandonar a Igreja Católica ao invés de lutar contra ela, ainda pertencendo a essa instituição. Os maçons deveriam se integrar à igreja evangélica, pois eles poderiam manter-se como maçons e cristãos.<sup>101</sup> Por meio do jornal *Imprensa Evangélica*, os presbiterianos procuravam exaltar o valor da maçonaria devido a seu altruísmo, às suas escolas e bibliotecas. A Questão Religiosa<sup>102</sup> foi importante para estreitar as conexões entre maçons e protestantes diante da hegemonia da Igreja Católica no Império. A partir desse momento em que aconteceu o estreitamento entre protestantes e maçons, as reuniões das igrejas evangélicas passaram a ser frequentadas por homens ilustrados curiosos, e o pedido de assinaturas do *Imprensa Evangélica* para regiões que não tinham recebido ainda a visita de nenhum missionário protestante também aumentou.<sup>103</sup>

O *Imprensa Evangélica* chegou a fazer defesa dos maçons frente ao catolicismo, chamando atenção para suas obras sociais:

O vigario de Bragança, padre Ezechias Galvôda Fontoura, em uma recente predica procurou fulminar a maçonaria brasileira e aconselhou a seus parochianos que se nao queriam soffrer as chammas infernaes, fugissem d'eses antros de perdição, as lojas maçonicas.

Em quanto os fanaticos as amaldiçoam, as lojas maçônicas paulistas, nao contentes de dar o obulo da caridade aos pobres, procuram curar as classesmenos abastadas da cegueira do espirito, fundando escolas nocturnas e bibliothecas.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> MEDEIROS, *Ibidem*, p. 7.

<sup>102</sup> Questão Religiosa foi um conflito ocorrido no Brasil, na década de 1870, que teve como início um enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria, e que, por fim, acabou se tornando uma grave questão de Estado.

<sup>103</sup> MEDEIROS, *Idem*.

<sup>104</sup> *Imprensa Evangélica*, 06/01/1872.

É necessário chamar atenção aqui para o fato de que católicos e presbiterianos trocaram farpas nas últimas décadas do século XIX por meio de seus jornais *Imprensa Evangélica* (protestante) e *O Apóstolo* (católico). Esses ataques recíprocos ocorriam repletos de ironias e com o emprego de termos insultuosos, como na edição do jornal *O Apóstolo* em que o periódico *Imprensa Evangélica* é chamado de “gentil campeão da heresia”.<sup>105</sup>

Com relação à maçonaria, é importante sublinhar que ela se estabeleceu no Brasil no final do século XVIII. Foi difundida e conhecida por estudantes brasileiros na Europa, que passaram pela Universidade de Coimbra, em Portugal, e que foram responsáveis pela entrada dos ideais liberais no mundo colonial. Com a disseminação de tais na sociedade brasileira, o poder colonial começou a se sentir questionado e os princípios maçônicos começaram a influenciar a sociedade da época.<sup>106</sup>

Nesse mesmo período, na Igreja Católica aconteceu uma reforma chamada de romanização durante a segunda metade do século XIX. Esse fenômeno aconteceu quando a Igreja Católica se voltou para a reorganização de sua estrutura interna para fortalecer suas convicções e tradições ortodoxas. A reforma radicalizou a instituição e, dessa maneira, houve uma luta contra o pensamento liberal que os maçons defendiam. Nesse contexto, a maçonaria passou a receber ataques da Igreja Católica, que se caracterizava por sua postura conservadora.<sup>107</sup>

Com a Questão Religiosa, em 1872, a organização maçônica precisou se organizar para entrar em conflito com a Igreja Católica, que queria seu fim. Para tanto, começou a usar como armas o Parlamento e a imprensa, desencadeando essa luta contra os “adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, e, portanto do liberalismo”. Mesmo com a aguda oposição da Igreja Católica, a Ordem Maçônica ainda permaneceu dividida em distintas correntes de pensamento: de um lado estavam os que defendiam o anticlericalismo, a república e a expansão da maçonaria pela

---

<sup>105</sup> *O Apóstolo*, 17/03/1867.

<sup>106</sup> MORAIS, Leo Jaime de Freitas de. *A luta entre a maçonaria e a igreja católica no Brasil do Século XIX*. Juiz de Fora.

<sup>107</sup> MORAIS, *Ibidem*, p. 6-7.



Europa; de outro se colocavam os que defendiam a corrente inglesa, exclusivamente filantrópica.<sup>108</sup>

Observa-se também que, com a expansão do Ultramontanismo,<sup>109</sup> movimento mais radical da Igreja Católica, situado em Roma e representado pelo papa, a maçonaria viu-se condenada em função do endurecimento das novas regras por meio da reforma romanizadora. Como alternativa, procurou fortalecer seus alicerces e princípios, especialmente por meio do regalismo, junto ao Conselho de Estado e do imperador. Pelo sistema regalista, a organização da instituição católica deveria atuar segundo o princípio de subordinação ao Estado.<sup>110</sup>

A Igreja Católica, procurando intensificar sua luta e fortalecer os seus argumentos contra a maçonaria, criou e passou a propalar a ideia de que esta sociedade secreta ocultava algum mal, abrigava segredos por trás de seus ideais, os quais seriam desvendados somente aos homens filiados e escolhidos. A Igreja usava esse argumento a seu favor para abalar os fiéis e para combater a Ordem Maçônica.<sup>111</sup>

Os católicos tentavam mostrar que a maçonaria era um instrumento muito poderoso e perigoso, principalmente considerando-se o fato de agir secretamente, possuindo práticas como a da iniciação de seus membros. Pela crença dos católicos, a iniciação era uma prática criminosa, na qual seriam ameaçados de morte aqueles que revelassem os mistérios da Ordem Maçônica. Assim, os católicos ultramontanos tiveram certa hegemonia, pois se utilizavam do mito do complô e da conspiração política para alcançar essa vantagem. Para eles, a maioria dos maçons eram iguais, inimigos de toda a Igreja Católica e, com isso, não era possível existir uma aliança com a maçonaria. Esta, apesar de manter uma unidade universal, tinha duas vertentes dentro de seu discurso, com uma defendendo o liberalismo clássico, favorável à separação entre Estado e Igreja, e outra defendendo o regalismo, mas sem se afastar em excesso do pensamento liberal. Porém, a Igreja Católica, com a

---

<sup>108</sup> MORAIS, *Ibidem*, p. 7.

<sup>109</sup> Ultramontanismo refere-se à doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Esse movimento surgiu precisamente do lado francês na primeira metade do século XIX e reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

<sup>110</sup> *Idem*.

<sup>111</sup> *Idem*.

propaganda ultramontana, conseguiu o enfraquecimento da maçonaria.<sup>112</sup>

Na visão da Igreja Católica, a maçonaria era um instrumento da conspiração contra os bons costumes, de modo que a fé verdadeira e seus rituais eram feitos para destruir a verdadeira religião. A Igreja, por sua vez, defendia o pensamento conservador para amparar seu confronto contra os pensamentos liberais que se expandiam.<sup>113</sup>

Mesmo com toda a oposição enfrentada durante o processo da Questão Religiosa, a maçonaria tentou a expansão de suas atividades e princípios para os mais variados âmbitos da sociedade. O número de lojas se multiplicou em diferentes regiões do Brasil, e a maçonaria adquiriu um papel pedagógico nas escolas internas, onde transmitia os ideais liberais e racionais para seus membros.<sup>114</sup>

A maçonaria influenciou também, no século XIX, a cultura brasileira. Diferentemente do período antecedente, esta marchou por uma nova fase influenciada pelo Iluminismo e pela ciência, com o surgimento das novas profissões. Entre elas, os economistas ensinavam a ideia de progresso, razão e liberdade. No Brasil, assim como em outras partes do mundo, a maçonaria foi a responsável pela divulgação do liberalismo, mas o ideal liberal já era visto cem anos antes da República, especialmente quando os filhos de famílias ricas foram estudar na Europa, muitos em Coimbra. Depois que tiveram contato com a nova cultura e com os ideais existentes nesse continente, começaram a exigir mais liberdade, fazendo críticas à Igreja Católica.<sup>115</sup>

A eclosão da Questão Religiosa contribuiu para mobilizar toda a organização maçônica, que por meio do Parlamento e da imprensa desencadeou uma batalha contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo e da liberdade religiosa, ou seja, do liberalismo.<sup>116</sup>

A maçonaria, para a Igreja Católica, escondia suas verdadeiras intenções por trás de sua aparência filantrópica, de sua face humanista, do patriotismo dos seus membros e da

---

<sup>112</sup> MORAIS, Ibdem, p. 8.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> MORAIS, Ibdem, p. 10.

<sup>115</sup> MORAIS, Ibdem, p. 12.

<sup>116</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

solidariedade existente entre eles. A tolerância religiosa pregada nas lojas maçônicas, a igualdade e a fraternidade ocultavam ideais e práticas desconhecidas.<sup>117</sup> Segundo esse pensamento, a maçonaria teria suas camuflagens, e seus adversários tentavam revelar que esse não era o real motor que a movia. Nesse sentido, o assistencialismo seria apenas um modo de iludir o público, assim como os próprios maçons.<sup>118</sup>

O regalismo, que se estruturou a partir da noção de subordinação da Igreja ao Estado, entrava em choque com o pressuposto do pensamento liberal clássico, que era a liberdade de consciência. Para os liberais clássicos, a solução da crise só poderia ser alcançada pela separação entre Igreja e Estado.<sup>119</sup>

Todavia, a maçonaria reagiu a esses rumores e pensamentos e começou a criar escolas primárias e bibliotecas para divulgar seus ideais. Até uma sessão extraordinária na Assembleia Legislativa foi feita para discutir uma maior participação das atividades de instrução pública. Isso demonstrou que a maçonaria estava engajada na luta contra a Igreja Católica devido ao catolicismo impedir a difusão do progresso, segundo a visão dos maçônicos.<sup>120</sup>

A maçonaria deu um passo importante por meio da expansão de suas escolas. A Ordem pretendia construir escolas onde o Estado não estava presente, e, dessa forma, ajudaria a suprir as deficiências de ensino no país. Para a maçonaria, alfabetizar os cidadãos das camadas populares era uma obrigação, pois isso elevaria as condições sociais em vigência no país ao mesmo patamar já alcançado em outros países durante o século XIX.<sup>121</sup>

A Igreja Católica, provocada por essa circunstância, também começou a construir escolas nos mais variados lugares do território brasileiro para disseminar seus ideais. Ela via nessa atuação maçônica um ultraje, pois também queria repassar os seus ideais para a população. Entretanto, esse ensino era mais dirigido para a elite, pois assim também arrecadava maiores somas, o que tinha seu lado positivo, como, por exemplo, a concessão de mais subsídios financeiros. A Igreja estendia a sua rede de ensino para a elite, enquanto

---

<sup>117</sup> MORAIS, *Ibidem*, p. 12.

<sup>118</sup> *Idem*.

<sup>119</sup> BARATA, *Ibidem*, p. 98.

<sup>120</sup> MORAIS, *Ibidem*, p. 12.

<sup>121</sup> *Idem*.

a maçonaria ampliava o número de escolas entre os setores mais populares do país. A maçonaria, com isso, tentava aliciar o maior número de membros para perto de si com o intuito de mostrar os problemas que a sociedade passava e como seria a solução.<sup>122</sup>

Para os maçons, o ensino se transformou em uma questão social, um objetivo primordial a ser protegido e um desafio a ser alcançado, além de se constituir, também, na mais forte estratégia de atuação. Dessa forma, a maçonaria teve a sua atuação expandida com relação à etapa anterior, defendendo seus ideais e procurando convencer os cidadãos a aderirem à sua causa. Esse objetivo se transformou em um instrumento usado para defender os ideais liberais na sociedade brasileira, enquanto enfrentava a repressão da Igreja Católica, que permanecia vendo nos preceitos da Ordem uma afronta aos seus domínios e ao pensamento conservador. Entretanto, a maçonaria continuaria a defender seus ideais de liberalismo.<sup>123</sup>

O combate da Igreja Católica ao liberalismo gerou desconfiança em maçons e liberais. O Concílio Vaticano I trouxe com a declaração da infalibilidade pontifícia um aumento de temor ou reserva. A condenação doutrinária contra a maçonaria vinha a atingir a sociedade política e patriótica que se identificava com os anseios das classes mais instruídas desde a independência.<sup>124</sup>

Enquanto isso, o foco dos protestantes era principalmente divulgar a mensagem evangélica e objetivar as doutrinas católicas devido ao fato de o catolicismo ser a religião oficial e predominante do Império. No entanto, os redatores do jornal *Imprensa Evangélica* não se privaram do apoio a todos os discursos liberais que defendessem a separação da Igreja do Estado e a plena liberdade religiosa.<sup>125</sup>

Um dos aspectos relevantes para nossa pesquisa será os embates entre presbiterianos e católicos, que muitas vezes é relatado nas linhas do *Imprensa Evangélica*, e que será de grande importância para entendermos a postura dos evangélicos em relação a outras questões, e especificamente em relação à escravidão.

Um dos embates envolvendo católicos e evangélicos foi relacionado aos registros

---

<sup>122</sup> MORAIS, *Ibidem*, p. 13.

<sup>123</sup> *Idem*.

<sup>124</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. O pensamento católico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975, p. 54.

<sup>125</sup> MEDEIROS, *Ibidem*. p. 8.

civis no Império, pois durante o período colonial e imperial, devido ao regime de padroado, os registros religiosos de batismo, casamento e óbito eram legítimos diante da autoridade civil. Havia, assim, uma simbiose entre o sistema político-administrativo e o religioso, no qual o modelo de organização eclesiástica predominava sobre o modelo de organização administrativa.<sup>126</sup>

Entretanto, a partir do Segundo Reinado, o Estado imperial teria iniciado um processo para diminuir as atribuições burocráticas dos párocos em favor dos juizes de paz; além de, ao trocar os registros eclesiásticos pelos civis, ter a intenção de solucionar as dificuldades dos imigrantes não católicos em oficializar os registros de nascimento, casamento e óbito de suas comunidades. O problema central dessa questão era a incompetência de muitos párocos, que, além de muitas vezes não enviarem as relações de batismo, casamento e óbito, enviavam os registros incompletos. Contudo, deve ser ressaltado que haviam dificuldades da burocracia do Estado em implementar as reformas necessárias para os registros civis.<sup>127</sup>

O artigo intitulado “Os Direitos de Família”, de 1873, do jornal *Imprensa Evangélica*, diz que os sagrados direitos de família estavam à mercê do capricho da sorte, pois haviam dificuldades da parte dos empregados do registro em inscrever no respectivo livro os termos de nascimento, casamento e óbito, tendo ocorrido várias vezes casos em que os escrivães e os juizes de paz se opuseram a lançar registros de nascimento, alegando que os pretendentes ultrapassaram o prazo de dez dias, o que muitas vezes não era possível.<sup>128</sup>

Os sagrados direitos da familia entre nós estão a mercê do capricho da sorte, não obstante as salutareas disposições da lei n. 1164 de 11 de Setembro de 1861 e Reg. n. 3069 de 17 de Abril de 1863, que regularão sempre difficuldades da parte dos empregados do registro, em inscreverem no respectivo livro os termos de casamentos, nascimentos e obitos, tendo-se dado não poucos casos em que os respectivos escrivães dos juizes de paz (alguns, não todos) tem-se opposto a lançar o registro de nascimentos só porque os pretendentes não compareceram no prefixo praso de dez dias, o que muitas vezes não é possível

Segundo o artigo, essa era uma consequência do privilégio dado à **religião** oficial, que deixava os registros civis entregues aos ministros dessa **religião**, sem garantia alguma

<sup>126</sup> MEDEIROS, *Ibidem*. p. 145.

<sup>127</sup> MEDEIROS, *Ibidem*. p. 145-146.

<sup>128</sup> Os direitos de família. *Imprensa Evangélica*, ano IX, n. 17, 06/09/1873, p. 131.

para os interessados, que passaram, não poucas vezes, por embaraços para provar seu estado civil, porque os livros das paróquias, em que se faziam tais assentamentos para os católicos não estavam sujeitos à inspeção de autoridade alguma, visto que os párocos só podiam responder por seus atos aos respectivos preados.<sup>129</sup>

E' esta uma consequencia de privilegio dada a uma religião official, que deixa o registro civil entregue só aos ministros dessa religião, sem garantia alguma para os interessados, as quaes não poucas vezes tem-se achado em serios embaraços, para provarem seu estado civil, porque os livros das parochias, onde se fazem taes assentamentos para os catholicos romanos, não estão sujeitos á inspecção de authoridade alguma, visto como parochos só podem responder por seus actos para com os respectivos prelados.

A crítica continuou afirmando que os funcionários encarregados do registro civil dos que não eram católicos romanos eram surdos às reclamações dos pretendentes, ou para não desagradarem a seus párocos, ou por não confiarem na eficácia de leis que contrariem os interesses da igreja oficial.<sup>130</sup>

[...] os funcionarios encarregados do registro civil dos que não são catholicos romanos, ou porque receiam incorrer no desagrado de seus respectivos parochos, os quaes mais ou menos exercem tal ou qual influencia sobre o espirito de suas ovelhas, ou porque confiem pouco na efficacia de qualquer lei que contrarie os interesses da igreja official, são surdas as justas reclamações dos pretendentes. Seria pois para desejar que o governo regulasse este ramo de serviço publico de modo a tirarem-se todas as duvidas a respeito do estado civil e domestico de cada cidadão.

Outro assunto sobre o qual o jornal *Imprensa Evangélica* se opôs à Igreja Católica foi em relação ao matrimônio, que constituía uma preocupação do Estado imperial, uma vez que haviam dificuldades em regular as uniões celebradas pelos não católicos. Tal dificuldade foi agravada com a imigração protestante, que deixava claro o fato de que as famílias dos imigrantes não eram contempladas pela legislação imperial.<sup>131</sup>

O conflito que ocorreu entre Estado e Igreja sobre tal matéria era motivado pelo modo como cada poder encarava a questão. Para o Estado, o tema era predominantemente legislativo e político. Já para Igreja, a questão era essencialmente espiritual e moral, pois o matrimônio constituía-se em **sacramento** para a **Igreja**, e todos os **sacramentos** da **Igreja**

---

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> MEDEIROS, *Ibidem*. p. 147.

eram essenciais para o cumprimento de sua missão. Dentre as barreiras para o matrimônio, estava a disparidade de religião, a qual somente o papa poderia conceder a dispensa. Entretanto, no caso brasileiro, o papa concedeu amplas faculdades de dispensa aos bispos brasileiros.<sup>132</sup>

O noticiário da *Imprensa Evangélica*, de 21 de abril de 1866, chama atenção para a questão do casamento civil. Segundo o jornal, o ministro da justiça já havia indicado as bases de um projeto sobre o casamento civil entre católicos e não católicos, e era de lastimar que o governo não julgasse a ocasião para cortar pela raiz as dificuldades que tal questão oferecia, estabelecendo o casamento civil para todas as classes e deixando ao arbítrio das partes receber ou não a bênção nupcial depois de casadas civilmente.<sup>133</sup>

Quanto ás discussões que já tiverão lugar, com quanto são importantes, não convém apreciar-as em uma folha que se conserva estranha á lucta dos partidos, nem comprehende seus manejos. O que todos sabem é que o ministerio fortemente aggredido, e arguido de não ter idéas, e principios fixos, responde não só defendendo seus os seus actos passados, mas promettendo propôr importantes reformas com o fim de ampliar as liberdades individuaes e favorecer a vinda de emigrantes. O Ministro da justiça já indicou as bases de uma reforma judiciaria e um projecto sobre o casamento civil entre os catholicos e os acatholicos. Se este projecto vingar, desaparecerá em parte um dos principaes estorvos á colonisação do Imperio. Porém é de se lastimar que o governo não julgue a occasião azada para cortar pela raiz as difficuldades que esta magma questão offerece, estabelecendo o casamento civil para todas as classes, e deixando ao arbitrio das partes o ir ou não, depois de casadas civilmente, receber na Igreja a bênção nupcial. Nisto não haveria offensa à crença de ninguem. E' o systema que, ha muitos annos, está em vigor na França, e a contento geral assegura a paz e estabilidade das familias.

Brasil está em condições excepcionaes, e a maior liberdade compativel com a moral e a ordem publica deve ser assegurada a todos quantos quizerem vir ajudar no rapido desenvolvimento de seus recursos e riquezas materiaes.

A secularização dos cemitérios também foi tema levantado pelo jornal *Imprensa Evangélica* em confronto aos católicos. Embora os cemitérios municipais criados ao longo do século XIX fossem públicos, o eram somente para os católicos, devido à união entre a Igreja e o Estado. A Lei de 1º de outubro de 1828 não previa a separação de áreas no interior dos cemitérios para o sepultamento de não católicos. Somente a partir do Decreto nº 2.812, de 1861, passou a serem previstas áreas separadas por muros ou cercas para os

---

<sup>132</sup> MEDEIROS, *Ibidem*. p. 149.

<sup>133</sup> Noticiário. *Imprensa Evangélica*, v. II, n. 8, 21 de abril de 1866, p. 64.

não católicos. Já o Decreto nº 796, de 1851, tornava obrigatória a bênção da Igreja para o cemitério público passar a ter funcionamento; embora dispusesse que nenhum cadáver poderia ter sua sepultura negada, podendo ser sepultado em áreas que não tivessem recebido as bênçãos da Igreja, no caso dos acatólicos.<sup>134</sup>

No noticiário de 17 de agosto de 1867 vemos o *Imprensa Evangélica* fazer referência à interpelação do deputado maranhense Belfort Duarte, feita a um ministro do Império, do direito de Torquato Martins Cardoso de vender bíblias em Sergipe. O deputado teria desenvolvido a tese das liberdades de religião e ensino, além de mostrar que a proibição da venda de bíblias era uma violação da constituição e um grave erro sob o ponto de vista econômico. O noticiário também ressaltou que, se na Alemanha ou nos EUA fosse contado que ainda era discutida no Parlamento brasileiro a legalidade da venda de bíblias, a impressão em relação ao país seria muito desfavorável, considerando que o livro era vendido em todas as partes do mundo civilizado, a não ser na Espanha e nos estados do papa.<sup>135</sup> Já na edição de 7 de junho de 1868, o caso exposto acima apareceu de forma mais clara, mostrando que Torquato Martins Cardoso foi proibido de vender a bíblia pelo chefe de polícia, que teria sido instigado pelo vigário da capital. Contudo, na resolução do caso Torquato, este teve seu direito reconhecido.<sup>136</sup>

Entre nós, a interpelação feita ao Ministro do Imperio pelo illustre deputado maranhense o Sr. Belfort Duarte, sobre a venda Biblia em Sergipe por Torquato Martins Cardoso, é a principal occorrenca da quinzena finda. O jovem e talentoso deputado esteve na altura da questão e desenvolveu perfeitamente a these das liberdades da religião e do ensino. Depois passou á analyse dos actos arbitrarios das autoridades provinciaes, mostrando que a prohibição da venda da Biblia era uma violação das garantias da constituição ácerca da tolerancia religiosa, e um grave erro sob o ponto de vista economico. O Sr. Belfort Duarte tocou na questão de Biblias falsas, affirmando ser falsa semelhante arguição. O discurso foi bom; porém se na Alemanha os nos Estados Unidos constasse que ainda se discute no Parlamento brasileiro a legalidade da venda Biblia e a veracidade das Biblias da Sociedade Biblica de Londres, em cujo relatório annual se encontram sempre na lista dos contribuintes a Rainha Victoria e o Rei da Prussia, a impressão produzida seria mui desfavoravel ás nossas luzes. O Brazil ha 300 annos recebeu missionarios jesuitas, e ainda não se sabe o que seja uma Biblia. O Ministro da Justiça, lente cathedratico de direito ecclesiastico, sujeitou a questão da genuinidade da Biblias á decisão do conselho de Estado! Esperamos a

<sup>134</sup> MEDEIROS, *Ibidem*. p. 156.

<sup>135</sup> Noticiário. *Imprensa Evangélica*, v. III, n. 16, 17 de agosto de 1867, p. 127.

<sup>136</sup> Decisão do governo na questão da venda de bíblia em Sergipe. *Imprensa Evangélica*, v. IV, n. 11, 7 de junho de 1868, p. 87.



decisão desta respeitável corporação, convencidos de que a questão não houvera ido parar nas suas mãos se não fôra a pressão exercida pelo clero para que não se dê uma decisão franca e justa ao requerimento de Torquato Martins Cardoso. A Bíblia se vende em toda a parte do mundo civilizado, menos na Hespanha e nos Estados do Papa. Estamos bem certos de que o Brazil não quererá figurar na lista das nações retrogradadas e intolerantes junto com a Hespanha e Roma. Ou, se o contrario acontecer, a decisão do conselho do Estado será oportuna, não só para nós mas também para os immigrants que, seduzidos por falsas promessas, demandam os portões deste Imperio.

Diante do exposto, concluímos dizendo que o cenário social e religioso do Império proporcionava aos protestantes e, especificamente, aos presbiterianos, um ambiente relativamente hostil para a propagação de suas ideias devido ao fato de serem um grupo minoritário e de confessarem uma fé diferente da católica.

A liberdade religiosa era relativizada na própria Constituição de 1824, e dentro desse cenário, no qual haviam dificuldades impostas àqueles que não professavam a religião oficial do Império, podemos esperar prudência da parte de qualquer órgão que tivesse como propósito propagar uma religião ainda exótica em terras brasileiras.

A mensagem protestante, já tendo em sua essência a crítica ao catolicismo, necessariamente se colocava em polêmica no campo religioso. Ao abordar assuntos da esfera política que atingissem setores poderosos, o jornal presbiteriano poderia acumular **inimigos** em um contexto em que sua fragilidade deveria ser reconhecida frente a eles.

Ao analisar a postura do *Imprensa Evangélica* em relação ao espinhoso tema da escravidão, conforme faremos em capítulo posterior, não podemos deixar de levar em conta a fragilidade do pequeno jornal protestante diante dos senhores de escravos, em um cenário no qual já existia um confronto necessário a ser feito com a poderosa Igreja Católica.

## Capítulo II – O jornal *Imprensa Evangélica* e a luta contra a abolição

### 2.1 O *Imprensa Evangélica* diante da escravidão

O *Imprensa Evangélica* se posicionou algumas vezes a respeito da escravidão. Na análise, devemos considerar o conteúdo de seu posicionamento, atentando-se para as minúcias do texto e levando em consideração o contexto em que o jornal estava inserido. Assim, se faz necessário expor que o ambiente religioso no qual o periódico circulava era extremamente hostil a quem não professava a fé da religião oficial do Império.

Sendo um meio de comunicação com o propósito de atingir o máximo de pessoas devido ao seu interesse proselitista, e com seu conteúdo se fazendo presente nos diálogos cotidianos de quem o lia, ao tocar em uma questão sensível do país, o jornal poderia estar se colocando na mira de pessoas poderosas que tinham os mais diversos interesses na manutenção da escravidão.

Em relação à postura do *Imprensa Evangélica* a respeito da escravidão, temos opiniões divergentes na historiografia. No livro *Negro não entra na igreja: espia da banda de fora: protestantismo e escravidão no Brasil Império*, José Carlos Barbosa defende que os missionários protestantes norte-americanos, principalmente os imigrantes confederados, não se posicionaram em prol da abolição da escravatura no Brasil. Os protestantes, tais quais muitos abolicionistas de última hora, só se posicionaram a favor do fim da escravidão depois de começarem a existir por todos os cantos do país movimentos em defesa da emancipação. Foi daí que eles ingressaram no movimento, entre os últimos a se posicionarem, quase ao lado dos senhores escravocratas.<sup>137</sup>

Hélio de Oliveira Silva, no artigo intitulado “A Igreja Presbiteriana do Brasil e a escravidão: breve análise documental”, discorda de Barbosa considerando que, em suas posições, o autor impõe imagens e realidades do presente, quase um século e meio depois, à situação vivida pelos primeiros missionários protestantes daquela época, quando a presença numérica e social protestante era praticamente irrisória frente à sociedade brasileira como

---

<sup>137</sup> BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na Igreja espia pela banda de fora: protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

um todo. Silva considera que houve ações positivas dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil frente ao movimento abolicionista brasileiro, e que não é justa a acusação, muitas vezes levantada por escritores contemporâneos, de que o protestantismo de missão foi completamente apático à escravidão. Em sua visão, o envolvimento abolicionista da Igreja Presbiteriana do Brasil não foi maior devido às circunstâncias históricas de sua implantação no país, acontecendo, portanto, de forma crescente e positiva.<sup>138</sup>

Douglas Nassif Cardoso, no artigo “Protestantismo & abolição no segundo império: a pastoral da liberdade”, também discorda dos argumentos de Barbosa, afirmando que sua compreensão generaliza a postura de envolvimento ou omissão culposa das chamadas igrejas históricas protestantes na questão da escravidão. Contudo, Cardoso se prende a analisar a chamada “Pastoral da Liberdade”, um parecer elaborado por Robert Reid Kalley sobre ser certo ou não um cristão possuir escravos. O documento, de caráter normativo eclesiástico, foi emitido em 1865 a partir de um questionamento de Bernardino de Oliveira Rameiro, um senhor de escravos que também era membro da Igreja Evangélica Fluminense. Como resolução, a “Pastoral da Liberdade” decidiu não aceitar como membro quem possuísse escravos e excluir quem não obedecesse às deliberações da assembleia.<sup>139</sup>

Já Andréa Braga Fonseca, em “A imprensa evangélica no Brasil do século XIX e XX: um olhar sobre a questão da escravidão e o progresso”, segue a mesma linha interpretativa de Barbosa ao analisar parte da imprensa protestante, procurando captar algumas representações do pensamento dos presbiterianos e dos batistas. Segundo a autora, a prioridade dos protestantes não era a questão abolicionista, e sim a violência que pode ser produzida sobre o escravo. Portanto, o que está se defendendo nesse primeiro momento é a pregação do “evangelho” que possa desenvolver no escravo a prática da submissão<sup>140</sup>. No entanto, a partir de 1884 os artigos começaram a mudar. Nos jornais *Novo Mundo* e *Imprensa Evangélica* começaram a aparecer artigos abolicionistas e uma extensa

---

<sup>138</sup> SILVA, Hélio de Oliveira. A Igreja Presbiteriana do Brasil e a Escravidão: *breve análise documental*. Fides Reformata, São Paulo, v. XV, nº 2, pp. 43-66, 2010.

<sup>139</sup> CARDOSO, Douglas Nassif. Protestantismo & abolição no segundo império: a pastoral da liberdade. Revista Caminhando, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 105-114, 2009.

<sup>140</sup> A autora em questão parece partir do pressuposto de que os pregadores da época consideravam que, ao ser pregado o evangelho para os escravos, eles desenvolveriam um sentimento de maior conformidade com a vida presente por crerem na vida eterna.

argumentação demonstrando a total incompatibilidade do cristianismo com a escravidão. Para a autora, porém, esses jornais não trazem uma preocupação com a escravidão enquanto um sistema opressor, visto que o escravo aparece como alguém que deve ser evangelizado, “resgatado”, regenerado moralmente.<sup>141</sup>

O estudo do período de lutas pela abolição da escravidão no Brasil nos parece particularmente importante porque comprova que a abolição não foi uma dádiva, mas uma conquista. É o resultado de um longo processo de marchas, contramarchas e tergiversações, nas quais o preço da liberdade (sua e dos seus descendentes) resultou, muitas vezes, no preço da vida. Assim, o longo processo não é, em absoluto, espontâneo, mas dirigido, tendo não apenas a lógica interna, mas várias, contraditórias e conflitantes.

No presente capítulo faremos um percurso sobre momentos marcantes rumo à abolição da escravidão no Brasil e analisaremos matérias do jornal *Imprensa Evangélica* no contexto social da segunda metade do século XIX, quando teve circulação.

## 2.2 Da Lei Eusébio de Queirós à “Lei do ventre livre”

Até meados do século XIX não podemos propriamente falar em movimento abolicionista, pois as críticas que eram feitas à escravidão continuavam encontrando pouca sustentação, e as propostas levantadas em benefício da emancipação dos escravos despertavam pouco entusiasmo.<sup>142</sup> O projeto que propôs a proibição da venda de escravos sob pregão, proibindo, ainda, leilões de escravos e as separações de marido e mulher e de pais e filhos menores de 15 anos, demorou nove anos para ser aprovado, o que indica grande indiferença pelo destino do escravo.<sup>143</sup>

Em 1852, quando um deputado cogitou na Câmara dos Deputados uma lei que emancipasse os filhos que fossem nascendo de escravas, para gradualmente ir acabando com a escravatura no Brasil, não teve seu projeto nem sequer debatido, definido por um dos

---

<sup>141</sup> FONSECA, Andréa Braga. *A imprensa evangélica no Brasil do século XIX e XX: um olhar sobre a questão da escravidão e o progresso*. In: Encontro Regional de História - ANPUH: História e Biografias, 10, 2002, Rio de Janeiro.

<sup>142</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 39.

<sup>143</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 40.

presentes como um sentimentalismo protestante.<sup>144</sup>

Apesar da apatia da Câmara e do Senado, o número de pessoas interessadas no problema do escravo crescia. A escravidão passou a ser assunto literário. Um grupo de escritores nordestinos, entre eles Juvenal Galeno, Trajano Galvão de Carvalho, Francisco Leite Bittencourt Sampaio e Joaquim Serra, colocava o negro e o escravo como personagens de suas obras.<sup>145</sup> Ao apresentar a escravidão como drama, o Romantismo deu forma para a nova sensibilidade e difundiu a compaixão pelo escravo, dando também margem para inverter a temática da ameaça do escravismo de circunstância.<sup>146</sup>

O negro melancólico, saudoso de seu lugar de origem, o negro torturado no eito, mucamas fiéis, quilombolas, a escrava virtuosa apossada pelo senhor, o escravo justiceiro que vingava sua honra ofendida, toda uma série de personagens circulou no cenário rural que serviu de tema de inspiração aos escritores. Entre todos os escritores desse período, foi Castro Alves<sup>147</sup> quem mais se identificou com o dilema do escravo.<sup>148</sup>

Os jornais abolicionistas surgiam e desapareciam rapidamente. Somente nos meios acadêmicos a campanha em favor da emancipação se mantinha, mas seu impacto era fraco fora desse meio. Contudo, a partir dos anos 1860, o movimento ganharia ímpeto nos mais importantes centros urbanos do país.<sup>149</sup> Muitos jornais surgiram como os principais atores no processo discursivo contra o sistema escravista, empreendendo múltiplas campanhas em favor da libertação dos escravos no território brasileiro.<sup>150</sup>

A pressão abolicionista se fortaleceu e vinha tanto de dentro quanto de fora do país. Em 1866, a Junta Francesa de Emancipação remeteu ao imperador um apelo em prol da emancipação, o qual era assinado pelos nomes mais significativos do abolicionismo francês. Contudo, mais impactante do que a carta dos abolicionistas franceses foi a Guerra

---

<sup>144</sup> ALONSO, *Ibidem*, p.29.

<sup>145</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 40.

<sup>146</sup> ALONSO, *Ibidem*. p.96.

<sup>147</sup> Castro Alves foi poeta brasileiro, conhecido como “o poeta dos escravos”. Pertenceu à terceira geração do Romantismo no país. Suas obras expressavam indignação e protesto em relação aos problemas sociais da época, principalmente à crueldade da escravidão.

<sup>148</sup> *Idem*.

<sup>149</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 41.

<sup>150</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900: Mauad X*. Rio de Janeiro, 2010, p. 79.

de Secessão nos Estados Unidos. Com o término da guerra, que pusera fim à escravidão no sul daquele país (1865), o Brasil e as colônias espanholas (Porto Rico e Cuba) eram as poucas nações que ainda mantinham uma instituição universalmente condenada. A maior parte da população culta do país não podia deixar de reconhecer tal realidade incômoda. A escravidão era uma instituição ultrapassada, arcaica e símbolo do atraso do país, com as nações civilizadas já tendo dado seu parecer de condenação.<sup>151</sup>

O número das associações abolicionistas crescia nos centros urbanos, não sendo agora só os estudantes e os poetas que agitavam a questão. Não eram apenas os pasquins que propagavam a emancipação, mas jornalistas ilustres, advogados, médicos e engenheiros, homens e mulheres juntavam-se a eles. A grande imprensa começava a aventar a questão dos escravos. A opinião pública era solicitada a se manifestar e alguns políticos debatiam o assunto no Parlamento. Em 6 de novembro de 1866, o governo assinou um decreto cedendo liberdade aos escravos da nação que eram designados para “o serviço do Exército”. Essa medida, embora de pequeno alcance, teve grande repercussão na opinião pública.<sup>152</sup>

As abordagens verbais dos abolicionistas encontraram reações dos setores escravistas, que não desejavam aceitar alterações que viessem a abalar a ordem estabelecida. Em nome da manutenção dessa ordem, tida como necessária, ainda que não ideal, serviram-se de garantias legais para dificultar a difusão, por meio da imprensa, de ideias consideradas como perigosas e que poderiam de alguma maneira diminuir a solidez dos alicerces do cativeiro.<sup>153</sup>

Nesse cenário, a justiça foi um dos agentes repressivos utilizados para criar obstáculos à propaganda das ideias antiescravistas. O antagonismo entre os abolicionistas e os setores escravistas crescia em função do crescimento da campanha contra o cativeiro.<sup>154</sup>

As calúnias e difamações contra abolicionistas eram comuns, com os defensores do cativeiro considerando-os como elementos que semeavam, através da imprensa, a desordem

---

<sup>151</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, pp. 42-43.

<sup>152</sup> COSTA, *Ibidem*. p.43.

<sup>153</sup> MACHADO, Humberto. *Ibidem*. p.157.

<sup>154</sup> *Idem*.

e a rebelião, ou como criminosos que deveriam ser punidos com deportação e degredo.<sup>155</sup>

As alterações que a sociedade brasileira sofreu desde a abolição do tráfico criaram tensões que repercutiram na arena política. A unanimidade das elites se irrompia. No nível político, a conciliação se tornou cada vez mais difícil.<sup>156</sup> Para passar de um grupo pequeno de adeptos para a casa dos incontáveis, o abolicionismo precisou desmontar esquemas de pensamento e estruturas de sentimento arraigados na sociedade brasileira. Respondeu ao escravismo com a deslegitimação do cativo por meio de um discurso de mudança. Contudo, os movimentos abolicionistas no Brasil não careceram partir do zero, pois movimentos anteriores na Europa, nos Estados Unidos e na América Espanhola tinham delineado argumentos antiescravistas, decantados em um repertório moral abolicionista. No Brasil era necessário adaptá-lo, selecionando elementos compatíveis com a tradição local.<sup>157</sup>

Quando o abolicionismo desabrochou no Brasil, os movimentos da Europa e dos Estados Unidos eram maduros. No século XVIII, seu embasamento era filosófico, sinónimo de liberdade e civilização de costumes. Surgindo tarde, o abolicionismo no Brasil ganhou amparo das novas ciências sociais, como o positivismo e o evolucionismo, que definiam o progresso como movimento irrefreável de industrialização, urbanização e secularização que arrastaria instituições tradicionais, como o catolicismo, o agrarismo, a monarquia e a escravidão, para gerar a sociedade moderna, científica, industrial, republicana e de trabalho livre.<sup>158</sup>

O anseio progressista e reformista parecia ter empolgado muitos liberais que pretendiam levar seu partido a posições mais radicais. Não demorou muito para que no Partido Liberal surgisse um grupo favorável à emancipação dos escravos. Contudo, a resistência foi forte, tanto da parte de outros liberais, como da maioria dos conservadores.<sup>159</sup>

Na Inglaterra e nos Estados Unidos o *ethos* moral antiescravista teve em sua base a

---

<sup>155</sup> MACHADO Humberto. *Ibidem*. p.157-158.

<sup>156</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 41.

<sup>157</sup> ALONSO, *Ibidem*. p.91.

<sup>158</sup> ALONSO, *Ibidem*. p.98.

<sup>159</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 42.

sensibilidade humanitarista, percepção do sofrimento alheio, inclusive dos subalternos. O antiescravismo teve, nesses episódios, quatro fontes: o iluminismo de Montesquieu, com sua tese da escravidão como estorvo para a felicidade humana; a oposição entre escravidão e progresso humano, de Adam Smith; o Romantismo, que recorreu ao primitivismo para vincular o africano ao bom selvagem; e o protestantismo Quaker, que fez a associação entre escravidão e pecado. Tais caminhos desmoralizaram o modo de vida escravista e redefiniram a escravidão, que passou de desigualdade natural e legítima para uma instituição economicamente ineficiente, moralmente indigna e afetivamente abominável. Assim, as vítimas da escravidão passaram de mercadorias a indivíduos.<sup>160</sup>

Contudo, a ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais no caminho da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do partido conservador e a maioria do partido liberal. Outros, principalmente os conservadores “emperrados”, temiam que quaisquer reformas solapassem as instituições políticas e a hierarquia social. O que provocou o confronto entre esses grupos se explicitou na virada da década de 1860 para a de 1870.

A denúncia da escravidão como um regime de trabalho que afetava senhores e escravos, por um lado, e a ênfase na suposta ausência de preconceitos e ódios raciais entre negros e brancos, por outro, satisfaziam objetivos propagandísticos bem precisos. Ao lutar pela abolição e ao mesmo tempo apaziguar os ânimos de uns e outros, era assegurada a possibilidade de uma reformulação pacífica das relações de trabalho e a preservação do poder do grande proprietário.<sup>161</sup>

Foi com a percepção do cativo como elemento de perigo e retrocesso, bem como do imigrante como de paz e progresso, que os abolicionistas defenderam a abolição legal, ou seja, a abolição decretada por ato de governo. Era preciso garantir um rápido e pacífico final de escravidão sem que o país corresse o risco de sucumbir à “anarquia” e à “desordem”. Além disso, se as revoltas de escravos se alastrassem, os trabalhadores

---

<sup>160</sup> ALONSO, *Ibidem*. p.93.

<sup>161</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 96.



européus poderiam buscar outros países sem escravidão para emigrar, como, por exemplo, os Estados Unidos ou a Argentina. Embora muitos abolicionistas tivessem uma mentalidade racista e vissem com bons olhos os projetos imigrantistas de substituição do trabalhador negro pelo branco, almejavam uma solução pacífica e, por isso, percebiam a importância de se debater o destino do escravo.<sup>162</sup>

Em 1865 foi elaborado um **projeto** de lei emancipando os filhos nascidos de mães escravas. O **projeto** também levantou a proposta de criação de Conselhos Provinciais de Emancipação, sugerindo que os escravos pertencentes ao governo fossem libertados em um prazo de cinco anos, e os de organizações religiosas (mosteiros e conventos), em um prazo de sete anos. O **projeto**, no entanto, não encontrou apoio no Conselho de Estado. O imperador também hesitava em fazer sua apresentação. Nesse período, a Guerra do Paraguai atraía todas as atenções para si e ninguém parecia estar disposto a assumir o risco de debater o tema da emancipação dos escravos.<sup>163</sup>

Durante a Guerra do Paraguai, a questão da emancipação dos escravos se colocou de forma mais cristalina. O governo concedeu liberdade aos escravos da nação designados para o serviço do Exército, estendendo esses benefícios para suas mulheres. Ao mesmo tempo, muitos senhores, almejando comendas e títulos, enviaram escravos para o combate. Outros procuravam se desviar do serviço militar ao enviar seus escravos no seu lugar.<sup>164</sup>

A vitória dos não escravistas na Guerra de Secessão norte-americana e a participação do Brasil na Guerra do Paraguai deixam delicada a situação do Brasil no plano mundial. Na Guerra do Paraguai, o exército brasileiro não era apenas composto por negros, que voltam da guerra tão vitoriosos e heróis quanto os brancos, como também há um convívio dos soldados brasileiros – negros e brancos – com os exércitos argentino e uruguaio, formados de homens negros livres. Da mesma forma, o exército paraguaio, inimigo do Brasil, também era composto de negros, os quais foram libertos por Solano Lopes. Tal conjuntura pode ser até mesmo apontada pelo fato de que na rendição, o Conde D'Eu, genro do Imperador, impõe ao Paraguai a declaração (unilateral) de extinção da

---

<sup>162</sup> ALONSO, *Ibidem*, p. 263.

<sup>163</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 96.

<sup>164</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 47.

escravidão.<sup>165</sup>

Esse cenário ofereceu modelos de como lidar com a escravidão. Estado e escravistas tiveram de modular discursos e ações em prol da preservação da instituição para não destoar do resto do Ocidente, e a escala global da abolição abriu a possibilidade de circulação de experiências entre abolicionistas de diferentes países.<sup>166</sup>

Quando os abolicionistas brasileiros começaram sua mobilização, puderam utilizar a experiência abolicionista internacional de duas maneiras. Primeiro, estabeleceram alianças com a rede abolicionista transnacional para comprimir o governo brasileiro. Em excursões ao exterior nos anos 1860, o abolicionista Abílio César Borges utilizou pela primeira vez dessa estratégia, que foi utilizada novamente por Joaquim Nabuco na década de 80 do século XIX. O acesso à rede de ativismo cosmopolita possibilitou construir respaldo político internacional para o movimento brasileiro.<sup>167</sup>

A experiência internacional funcionou também em outro sentido, como um “repertório de confronto” antiescravista. A noção envolve o conjunto de tipos de performances políticas criadas em conflitos, que, se bem-sucedidas, tornam-se modelos para a ação vindoura de novos agentes numa certa cultura em dada época. Retóricas, estratégias e formas de organização vivenciadas por movimentos abolicionistas nacionais anteriores, como o inglês, o francês, o espanhol e o norte-americano, funcionaram como um repertório antiescravista para os brasileiros, sendo modelos para a edificação do ativismo local.<sup>168</sup>

Os abolicionistas brasileiros se inspiraram em formas de organização (associações específicas), espaços de expressão (Parlamento, espaço público, clandestinidade) e estratégias de ação (manifestações públicas coletivas, iniciativas institucionais, ações de confrontação) que estavam disponíveis. Mas a conjuntura nacional e a tradição política brasileira (instituições, valores e práticas de legitimação do *status quo*) circunscreveram suas opções e demandaram ajustes na transposição do repertório antiescravista

---

<sup>165</sup> MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: A construção da liberdade. p. 89.

<sup>166</sup> ALONSO, Angela. O ABOLICIONISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL. p. 123.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> ALONSO, Ibidem, p. 124.

estrangeiro.<sup>169</sup>

A partir da filtragem do repertório abolicionista estrangeiro e de sua adaptação à tradição nacional, os abolicionistas elaboraram três retóricas mobilizadoras. A do direito se associou a abolição como nova Independência. A da compaixão, de origem religiosa, sem contar com a base católica, ganhou o matiz laico do Romantismo, que reforçou o teor artístico e laico da propaganda. A do progresso ganhou coloração científicista que não se vira em abolicionismos precedentes. Juntas, essas retóricas reestruturaram a escravidão, antes socialmente naturalizada, como injustiça, indignidade e atraso e indicaram a possibilidade de mudança por meio da ação política coletiva.<sup>170</sup>

No que diz respeito ao discurso, a ênfase no secular e no científico deu ao movimento brasileiro caráter mais moderno do que teve o anglo-americano, de fundamentação religiosa. O mesmo se passou na utilização do teatro em vez da igreja, o que forçou ajustes de retórica, estratégias e espaços de enunciação pública, de modo que a apropriação da experiência estrangeira culminou em uma reinvenção, em um estilo peculiar de ativismo.<sup>171</sup>

Cabe dizer que ao longo da história foram denunciadas diferentes modalidades de violência a que eram submetidos os negros durante a escravidão. Estas foram denunciadas pelos abolicionistas em grande escala, na época em que ocorriam, e pelos registros históricos que chegaram até os dias atuais.<sup>172</sup>

Liberais e conservadores se juntaram no Parlamento para se opor à discussão do problema, que apresentava representantes favoráveis em ambos os partidos. Os antiescravistas foram temporariamente vencidos e os representantes dos interesses escravistas foram superiores. A questão foi adiada com o pretexto de que, dada a Guerra do Paraguai, não era oportuno discutir a emancipação dos escravos.<sup>173</sup>

Com a perda de poder dos liberais, tendo desfecho em um manifesto acalorado, os liberais organizaram grande propaganda em favor de reformas, entre elas a emancipação

---

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> ALONSO, *Ibidem*, p. 125.

<sup>171</sup> ALONSO, *Ibidem*, p. 125.

<sup>172</sup> ROOS, *Ibidem*, p. 17.

<sup>173</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 45.

dos escravos. As discussões em torno da abolição ganharam ímpeto, e o movimento abolicionista, uma nova força. Vários projetos foram apresentados entre maio e julho de 1869 com o propósito de melhoria das condições de vida dos escravos e a sua emancipação.<sup>174</sup>

Em agosto de 1869 aprovou-se um projeto, que teve origem no Senado, proibindo a separação de casais e de pais e filhos menores de quinze anos. Foram proibidos também os leilões públicos de escravos, salvo poucas exceções, e foi estabelecido o direito de o escravo comprar sua alforria em caso de morte do seu senhor, mas apenas quando não houvesse oposição de eventuais herdeiros ou credores.<sup>175</sup>

Com o fim da guerra do Paraguai, em 1870, não existiam mais razões para adiar a discussão. Os debates feitos no Parlamento e na imprensa e a mobilização popular contribuíram mais para o progresso do abolicionismo que todos os esforços anteriormente desenvolvidos.<sup>176</sup>

Contudo, ainda antes do término da Guerra do Paraguai, em 1º de maio de 1869, o jornal *Imprensa Evangélica*, em seu noticiário, chamou atenção para o fato de a junta revolucionária cubana ter proclamado a emancipação dos escravos com a promessa de indenizar seus senhores posteriormente. Tal notícia parece apontar para os outros países que emancipavam seus escravos com o intuito de trazer de forma sutil o debate sobre o tema.

Em Cuba continuava a insurreição robustecida com o auxílio de armas, munições e voluntários expedidos dos Estados- Unidos e também de algumas repúblicas de origem hespanhola. A junta revolucionária proclamou a emancipação dos escravos, prometendo indenizar os senhores a seu tempo, principiona emitir papel-moeda, resgatável depois de reconhecida a independência da ilha, e enviou um representante seu acreditado junto do governo de Washington que, segundo todas as probabilidades, o receberia.<sup>177</sup>

A Lei de Ventre Livre foi levada ao debate pelo governo com a intenção de declarar livres os filhos de escravas que nascessem após sua reguamentação, como previa e regulamentava outras formas de libertação. A ideia nela contida e que dá o tom daí para

---

<sup>174</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 46.

<sup>175</sup> *Idem*.

<sup>176</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 47.

<sup>177</sup> *Imprensa Evangélica*, 01/05/1869.

frente é a gradualidade do processo, o respeito à propriedade escrava (na medida em que previa a indenização), a ideia de emancipação como caminho e o controle do Estado sobre o processo não só de libertação, como de integração do liberto na sociedade. É clara a preocupação com a segurança do trabalho (não deve faltar mão de obra), bem como com a segurança física dos “cidadãos” diante de uma possível ameaça representada pelo liberto. O projeto da Lei do Ventre Livre sofreu grande oposição, dentro e fora do Parlamento, por extinguir a ideia da hereditariedade da condição de escravo, pois nesse momento enxergava-se um atentado ao direito de propriedade.<sup>178</sup>

O projeto do governo foi apresentado à Câmara em 12 de maio de 1871. É de se notar também que, em maioria, os deputados votaram independentemente de sua filiação partidária. Houve conservadores que votaram contra o projeto, apesar de este ter sido apresentado por um Ministério conservador, e liberais que votaram a favor, apesar de estarem na oposição. Só excepcionalmente liberais favoráveis à emancipação votaram contra por causa de demandas partidárias.<sup>179</sup>

Depois de meses de debates e manobras políticas, e a despeito dos protestos feitos pelos representantes dos interesses escravistas, o projeto foi finalmente aprovado sob os aplausos nas galerias da Câmara.<sup>180</sup>

Suprimindo a doutrina legal do *partus sequitur ventrem* (o princípio de que o filho segue o ventre da mãe), tornavam-se formalmente livres os “ingênuos”, filhos e filhas das mulheres escravas nascidos a partir daquela data. A partir daí, as crianças, que até então permaneciam à margem das páginas dos registros oficiais, passaram a ocupar lugar de destaque na agenda política. No centro do debate que dizia respeito à emancipação gradual, a infância escrava passou a ter espaço nos jornais, nos debates legislativos e nas ações cívicas.<sup>181</sup>

Em matéria de 7 de outubro de 1871, publicada no jornal *Imprensa Evangélica* com o título “A lei sobre o elemento servil”, é dito que a nação aplaudiu a medida e que esse

---

<sup>178</sup> MENEZES, *Ibidem*, p. 90.

<sup>179</sup> COSTA. *Ibidem*, p. 56.

<sup>180</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 55.

<sup>181</sup> Ariza, Marília B.A. Crianças/Ventre livre. In: Schwarcz, Lília M.; Gomes, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*, 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.169.

aplauso encontraria eco nas nações civilizadas, se referindo à escravidão como atraso.<sup>182</sup> No texto em questão, percebemos uma visão negativa da escravidão, exposta pelo jornal em suas entrelinhas, quando diz que o aplauso para tal lei encontraria eco em povos civilizados, deixando subentendido que a escravidão se tratava de uma atraso civilizacional.

A 27 do proximo passado, como nossos eleitores de certo já sabem, passou no Senado o projecto do governo sobre o elemento servil. A 28 recebeu a sanção da Regente, e é pois lei do paiz. Desde o dia 28 de Setembro de 1871, não nascem mais escravos no Brasil. Será esta uma epocha sempre notavel na historia patria. A nação applaude a medida: e este applauso achará echo entre os povos civilizados.<sup>183</sup>

Aqui devemos ter atenção ao quanto pode ter soado agressivo excluir o Brasil do grupo das nações civilizadas em um jornal que circulava no coração do império, principalmente pelo fato de o jornal em questão ter sido fundado por um estrangeiro que não confessava a religião oficial em um cenário em que a liberdade de culto era relativizada.

Apesar de assinalar o fim necessário da escravidão, que perdia definitivamente seus meios de reprodução, a lei teve o efeito de prolongá-la até o limite das possibilidades. Os senhores das mães dos “ingênuos” buscavam de todo modo fraudar os registros obrigatórios de nascimento que comprovassem sua condição de pessoas livres, omitindo ou falsificando datas. Além disso, a liberdade que era anunciada vinha a ser, no mínimo, duvidosa, pois até os oito anos de idade eles deveriam continuar sob a tutela dos proprietários de suas mães. Estes poderiam fazer opção por oferecê-los a asilos públicos em troca de indenizações de seiscentos mil-réis ou por mantê-los e usufruir de seus serviços até os 21 anos.<sup>184</sup>

Contudo, o artigo anteriormente referido também fala sobre o quanto a lei era defeituosa e incompleta, marcando posicionamento contrário à escravidão, é importante também dizer que nele é ressaltado que a lei honrava os sentimentos humanitários de seus autores, embora houvessem feitos e faltas que pouco abonavam sua perícia e providências políticas.

São talvez poucos, porém, os que não consideram a lei muito defeituosa. Ella satisfaz sómente na idéa capital de nascituros livres, e como principio do fim da

---

<sup>182</sup> *Imprensa Evangélica*, 07/10/1871.

<sup>183</sup> *Idem*.

<sup>184</sup> Ariza, *Ibidem* p. 174.

escravidão e index da futura sorte da instituição, senão das intenções do governo. Não poucos dos senadores que votaram pelo projecto pugnaram as suas disposições, e descobriram com proficiencia os seus defeitos. Se a lei honra os sentimentos humanitarios de seus autores, ha n'ella defeitos e faltas que pouco abonam sua pericia e providencias politicas.<sup>185</sup>

Ao falar de sentimentos humanitários, o artigo em questão parece ter o propósito de nos remeter aos sentimentos despertados por um tema que envolvia sofrimento humano. Da mesma forma, ele nos remete à humanidade e à desumanidade de forma proposital, provocando comoção social com o tema, o que é um apelo utilizado pelos abolicionistas, conforme falamos anteriormente.

No contexto da aprovação da Lei do Ventre Livre, poucos foram os que escolheram as indenizações e entregaram as crianças ao Estado. A maioria preferiu conservar a mão de obra que em alguns anos desempenharia serviços de adultos. Nas décadas de 1870 e 1880, momento em que os índices de alforria aumentavam, a lei gerava novos obstáculos para a emancipação das famílias dos “ingênuos”, especialmente para suas mães, pois mesmo que pudessem adquirir cartas de liberdade, essas mulheres viam-se forçadas a permanecer sob o domínio de seus senhores se quisessem continuar com seus filhos.<sup>186</sup>

No final da década de 1860 e início da de 1870, com o reconhecimento oficial de que o fim da escravidão era uma questão de forma e oportunidade, com a inclusão da emancipação entre as reformas pretendidas pelos radicais do Partido Liberal e a decretação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), abriu-se um momento caracterizado pela propaganda abolicionista propriamente dita. A princípio, esta foi desenvolvida na imprensa, em tribunais parlamentares e em conferências, restringindo-se praticamente aos limites da elite brasileira.<sup>187</sup>

Tendo como principais interlocutores os próprios senhores de escravos, a quem procuravam convencer da irracionalidade de seu regime de produção, os abolicionistas mais propagandeavam a abolição do que se posicionavam a respeito. Em algumas ocasiões, até mesmo assumiam propostas de emancipação gradual ou então de libertação com prestação

---

<sup>185</sup> *Imprensa Evangélica*, sete de outubro de 1871.

<sup>186</sup> *Idem*.

<sup>187</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX: Paz e Terra*. Rio de Janeiro, 1887. p. 88.

compulsória de serviços aos ex-senhores ainda por alguns anos.<sup>188</sup>

Ainda em 1871, no dia 21 de outubro, em artigo intitulado “Liberdade Religiosa na Rússia”, o jornal *Imprensa Evangélica* falou sobre a delegação de uma instituição chamada Aliança Evangélica Americana, que foi tratar da intolerância religiosa com o Czar da Rússia. No texto, ao tratar de uma petição apresentada pelos americanos ao Czar Alexandre II, é falado sobre os planos de emancipação dos servos do Império.

Considerando que o texto tratava especificamente de liberdade religiosa, o tema da emancipação pode ter sido usado oportunamente para tratar de outra questão além do foco principal (assim como pode ter sido oportuno ressaltar o bem-estar de todos e a estabilidade do governo americano).

Ha boas esperanças que os principios da liberdade religiosa sustentados pelos christãos americanos, serão estabelecidos na Russia, o maior imperio da Europa. A delegação da Alliança Evangelica Americana enviada para tratar com o Czar da Russia sobre a intolerancia exhibida pelas autoridades da orthodoxa igreja grega para com os lutheranos das provincias do Baltico de seu imperio, tem executado sua missão, e espera com animação uma resposta favoravel á sua petição.

O Czar, em sua visita ao imperador da Allemanha, disse á deputação que elle os receberia em Stuttgardt. Depois de sua chegada a S. Petersburg, elles foram bem recebidos e tratados com grande urbanidade e distincção.

A petição que elles apresentaram ao Czar, foi preparada com grande habilidade, e, por suas exposições claras dos principios e illustração dos promotores da tolerancia religiosa na America, foi calculado para impressionar o espirito d'um monarcha franco e illustrado como Alexandre II. Depois d'uma allusão graciosa á sua benevolencia exemplificada em seus planos, para a emancipação dos servos do Imperio, elles referem-se aos effeitos favoraveis da liberdade religiosa na experiencia nacional americana sobre o bem-estar de todos e a estabilidade do governo<sup>189</sup>.

Aqui nos chama atenção o fato de a emancipação dos servos do Império Russo ser chamada de exemplo de benevolência, na **colocação** textual do artigo. Tal **colocação** é acessória, fazendo pouca diferença seu uso no contexto de uma notícia que trata especificamente de liberdade religiosa.

Também percebemos na notícia os americanos sendo mais uma vez **vinculados** à liberdade, tolerância, estabilidade e ao bem-estar. Isto parece parte da estratégia de exaltar os Estados Unidos e os valores representados por tal nação por ela ser associada por sua

---

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> *Imprensa Evangélica*, 21/10/1871.



vez, ao protestantismo.

No artigo de título “Emancipação”, de 16 de dezembro de 1871, o *Imprensa Evangélica* chama atenção para o fato de os monges carmelitanos da corte terem alforriado os escravos da ordem com exceção daqueles que tinham seus serviços sujeitos a contratos feitos anteriormente, os quais não tinham sua natureza específica explicada no artigo.

Considerando que se tratava de um jornal com pouco espaço para trazer suas notícias, e que em meio a suas páginas tais notícias foram privilegiadas, somos levados a considerar que o artigo possa ter tido um propósito de divulgação, se tratando de uma forma de estimular outros líderes religiosos ou pessoas comuns a se inspirarem no exemplo carmelita e a adotarem postura semelhante.

Outro aspecto relevante de tal notícia é o fato de que, em um país de maioria esmagadoramente católica, o exemplo de religiosos ordenados possa ter tido um aspecto de modelo para os demais seguidores da religião, ainda que parte considerável desses fiéis tivessem uma relação com o catolicismo muito mais baseada em uma tradição do que em uma vivência religiosa genuína.

Os monges carmelitanos da cõrte, acabam de alforiar todos os escravos da ordem, como consta da seguinte carta dirigida pelo visitador da mesma aos jornaes diarios:

“O abaixo assignado, visitador apostolico da provincia carmelitana fluminense, tem o prazer de comunicar á redacção do Jornal do Commercio, que os religiosos carmelitanos libertaram todos os escravos de sua ordem, á excepção d’aquelles cujos serviços estão sujeitos a contractos anteriormente feitos. Rio, 8 de Dezembro de 1871. – Monsenhor Felix Maria de Freitas Albuquerque, visitador apostolico.”

### **2.3 Do “ventre livre” à abolição**

Após 1871, houve um refluxo do movimento antiescravista. Era como se o caminho da emancipação gradual tivesse agradado a todos e se confiasse no mesmo. Somente em 1879, no início da sessão parlamentar, o assunto voltou a ser discutido e foi levado por um deputado baiano, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e abolicionista, dr. Jerônimo Sodré. O sentido do discurso é a denúncia da lei de 1871 como “uma reforma vergonhosa e mutilada”. A sociedade brasileira viveria sobre um vulcão, e aos liberais caberia ir além do trabalho dos conservadores e proclamar à nação que todos os brasileiros

que eram cidadãos deveriam ser livres. O deputado conclui sua preleção com um apelo para a extinção total e rápida da escravatura.<sup>190</sup>

Um dos aspectos importantes para entendimento do tema é o fato de que, na virada das décadas de 1860 e 1870, os relatórios da polícia dirigidos aos presidentes de província expressavam uma crescente preocupação com as lutas dos escravos. De forma individual ou em pequenos grupos, premeditadamente ou não, eles se rebelavam e matavam, e em vez de simplesmente fugir, como era de costume, internando-se em quilombos nas matas ou mesmo em agrupamentos de leprosos à beira das estradas, estes começaram a se apresentar para a polícia, como se estivessem julgando ser seu direito matar quem os oprimia.<sup>191</sup>

As repetidas denúncias dos deputados provinciais em torno dos delitos de escravos apontavam para as crescentes dificuldades de se manter uma disciplina de trabalho e de vida sobretudo nas fazendas, em vista não só da grande concentração de negros, como também dos chamados “efeitos” da Lei do Ventre Livre. Embora não significasse mudanças concretas substanciais, pois os ingênuos continuariam a serviço dos senhores até a idade de 21 anos, ela decretara de qualquer modo o fim do caráter absoluto da instituição escravista, e os escravos, assim como os senhores, percebiam sua temporariedade.

Talvez por isso mesmo os escravos já se sentissem mais tranquilos para resistir no próprio espaço da produção, com ataques direcionados aos feitores e aos senhores, e por vezes entregando-se tranquilamente à polícia em vez de se embrenharem em fugas pelas matas.<sup>192</sup>

Matar senhores, feitores e administradores, para o escravo, era libertar-se de um desumano regime de trabalho e de vida, uma vantagem, mesmo que momentânea, para o criminoso. Além disso, na década de 1870, já havia a esperança de impunidade, ao menos no tocante à pena capital; escravos homicidas incorriam em penas temporárias, possivelmente devido à necessidade de braços por parte dos fazendeiros.<sup>193</sup>

É possível também que o descrédito generalizado em torno do regime escravista alimentasse a esperança de uma anistia dos escravos condenados de forma perpétua no

---

<sup>190</sup> MENEZES, *Ibidem*, p. 91.

<sup>191</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 80.

<sup>192</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 181.

<sup>193</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 192.

momento em que se extinguisse a escravidão. De fato, a propaganda abolicionista não poderia deixar de repercutir entre os escravos, que talvez assassinassem seus opressores esperando que esse ato de violência acabasse reconhecido como um direito de autodefesa por aqueles mesmos homens de elite que denunciavam a escravidão.<sup>194</sup>

Em matéria de 3 de outubro de 1874, intitulada “O futuro da escravatura no Brazil”, no jornal *Imprensa Evangélica*, é falado sobre o abalo industrial e social que a abolição causaria, sendo necessário o estudo dos meios de prevenir, diminuir e amenizar os males da inevitável reforma que viria a ser a abolição da escravatura. É dito também que é crido firmemente ou existem meios ao alcance dos possuidores de escravos que, se devidamente aplicados, poderiam amenizar não só os males aludidos, como harmonizar, talvez melhor do que as suas relações atuais, os interesses de senhores e escravos, garantindo ao país um futuro mais feliz e próspero, tanto material como moralmente. Contudo, o jornal diz que ninguém deve deixar de desejar ardentemente e estimular os possuidores de escravos a empregarem esforços sinceros e constantes nesse sentido.<sup>195</sup>

Chamamos a atenção de nossos leitores para a necessidade de se tomarem providencias para remediar os males que necessariamente acompanharão a execução dessa importante medida e para garantir os interesses materiaes e sociaes tanto dos libertos como de seus antigos senhores. Dissemos então: “Tamanha mudança no estado de um povo como a abolição da escravatura no Brazil, importa sempre n’um grande abalo industrial e social. O que convém estudar seriamente e sem perda de tempo, são os meios de prevenir, diminuir e amenisar, quanto for possivel, os males que necessariamente acompanham esta inevitavel reforma.”

Alguns destes males já principiaram a fazer-se sentir, e é claro a quem attenda ás circumstancias, que os grandes inconvenientes inherentes á uma mudança desta natureza hão de por força augmentar-se e aggravar-se progressivamente talvez por muitos annos, senão forem empregadas promptamente medidas prudentes para evitar taes resultados. Cremos firmemente que ha meios ao alcance de todos os possuidores de escravos, que, devidamente empregados, não só alliviarão em grande parte os males alludidos mas que poderão harmonisar, talvez melhor do que as suas relações actuaes, os interesses dos que agora se chamam senhores e escravos, e garantir ao paiz um futuro muito mais feliz e prospero tanto no que diz respeito ao material como ao moral.

O que agora escrevemos tem por fim demonstrar a praticabilidade de realizar isto, que ninguem póde deixar de ardentemente desejar, e de estimular os possuidores de escravos a empregarem esforços sinceros e constantes neste sentido.

Nessa altura, percebemos que, além de uma crítica que poderia ser chamada de sutil

---

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 03/10/1874.

em relação ao atraso moral do Brasil, vemos também o jornal fazer uma conclamação para que fossem estimuladas as práticas que culminariam no fim da escravidão.

Permittam-me, senhores, que esboce um plano. Os grandes fazendeiros têm em regra entre os seus escravos numero consideravel que lhes merece confiança: contratem com estes os serviços, dando-lhes liberdade immediata com a condição de trabalhar nas fazendas por cinco, seis ou sete annos. As condições têm de variar segundo o numero dos annos: e se estipular-se alguma quota para peculio do contratado, na razão do seu trabalho realisado, a execução dos contratos se tornará mais segura, os interesses dos ex-senhores assentarão em melhor base. Os escravos excluidos hão de procurar tornar-se merecedores de igual favor por seu melhor procedimento, e dentro de pouco a totalidade dos escravos estará libertada, seus serviços seguros ás fazendas, e mantido o trabalho da agricultura em grande, que é a mais sujeita á crise em que vamos entrar. E os escravos libertados e contratados servirão de intermediarios em favor dos excluidos, já então reformados<sup>196</sup>.

Contudo, cabe aqui fazermos algumas considerações sobre a matéria em questão. O texto fala em liberdade imediata, mas com a condição de que os escravos continuassem trabalhando por cinco, seis ou sete anos, o que automaticamente faz com que a liberdade de fato não fosse imediata. Existe também uma preocupação com o bom comportamento do escravo, que seria necessário como critério para a conquista de sua liberdade. A proposta apresentada no artigo também demonstra preocupação com a manutenção do trabalho na lavoura, que estava ameaçado.

Em matéria publicada com o mesmo título e no mesmo ano, no dia 6 de dezembro, o jornal *Imprensa Evangélica* mostra o exemplo do encomendador José Vergueiro<sup>197</sup>. Este abriu contas-correntes para os escravos que considerava merecedores, exigia formação de famílias por meio de casamentos regulares e legais, além de proporcionar instrução para seus escravos estabelecendo escolas, fornecendo livros e empregando meios adequados. Contudo, o interesse na manutenção da ordem em relação ao comportamento dos escravos é demonstrado por meio da recompensa pelo merecimento, isto é, só o bom escravo seria beneficiado.

Por fim, é recomendado aos demais possuidores de escravos que dessem atenção ao testemunho do sr. Vergueiro. É ressaltada a necessidade de fazer, o quanto antes, algo no sentido de salvaguardar os interesses dos senhores e o bem-estar dos futuros libertos,

---

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> José Vergueiro foi diretor da companhia de emigração Vergueiro & Cia. e filho do senador Vergueiro.

educando e preparando estes para seu novo estado e para as suas novas relações para com a sociedade.<sup>198</sup>

Commendador José Vergueiro está pondo em pratica em sua importante fazenda de Ibecaba, na provincia de S. Paulo, para o melhoramento da condição de seus escravos e para segurar seus proprios interesses [...]. Seu proposito ou o fundo de seu systema é tornar, em poucos annos, seus actuaes escravos seus colonos livres ou libertos. Para isto tem iniciado as medidas e mudanças nas relações entre si e seus escravos que elle julga mais tendentes a este fim. Tem aberto contas correntes com aquelles cujo character e procedimento os têm tornado mais merecedores de confiança e consideração: e alguns delles já têm um peculio considerável a seu credito. Outra medida louvavel e de grande alcance moral, é a que exige a formação de familias entre seus servos por casamentos regulares e legaes. Cremos que nisto o Sr. Vergueiro não é singular, havendo muitos outros fazendeiros que respeitam os laços domesticos entre a sua gente e procuram promover sentimentos de devida consideração ao matrimonio entre seus escravos [...]. É porém este um ponto de grande importancia, porque não é possivel elevar um povo, ou qualquer classe do povo, a um nivel moral que o habilite a gozar e aproveitar da liberdade, sem que haja entre elles ideas proprias sobre este assumpto e um devido respeito a uma vida domestica sagrada e pura. Outra parte do plano do Sr. Vergueiro é a instrucção de seus escravos. Para este fim tem estabelecido as escolas necessarias, fornece-lhes os livros e emprega os meios adequados. Pessoas que vão visitar a fazenda de Ibecaba ficam admiradas de vêr os negros aproveitando o tempo de descanso entre seus trabalhos no campo, estudando suas cartilhas e lendo seus livros, que levam com sigo para esse fim. Perguntámos ao Sr. Vergueiro qual o effeito destes esforços sobre a sua gente quanto ao trabalho. Respondeu que era optimo; que em lugar de estorvar por qualquer modo o serviço, seus trabalhadores têm-se tornado mais activos, diligentes e fieis. A instrucção religiosa não está esquecida neste plano. Um dos livros que o Sr. Vergueiro fornece para a leitura de seus escravos é a Escriptura Sagrada. Elle manda ensinar a doutrina christã por um compendio que é a fiel transcripção dos dogmas do Evangelho, que ensina a adorar a um só Deus verdadeiro e crêr em Jesus Christo como o um só Mediador entre Deus e os homens. Elle reconhece a importancia e necessidade da religião para aquelles que a Providencia tem entregue á sua influencia e direcção, e manda ensinar-lhes aquella que acha mais consoante com a rasão e o senso commum, mais adaptada á condição do homem e melhor calculada a promover seus verdadeiros interesses. [...]

Recommendamos á attenção dos possuidores de escravos o exemplo e a experiencia deste senhor eminentemente practico. [...] Não é possivel desconhecer a necessidade palpitante de fazer quanto antes alguma cousa no sentido de salvaguardar os interesses dos senhores e o bem-estar dos futuros libertos, educando e preparando este para seu novo estado e as suas novas relações para com a sociedade. Cremos que se poderá conseguir isto sem prejuizo, mesmo actual, para os senhores de escravos, ao passo que é a unica garantia pelo futuro. Tal é ao menos o testemunho do Sr. Vergueiro depois da experiencia feita. Elle diz, que faz tudo isto por simples calculo, palavras suas; e é conhecido como homem habil e perspicaz. Ha sem duvidas outros motivos que devem actuar mais poderosamente no espirito do patriota, do philanthropo e do christão, mas ainda mesmo debaixo do ponto de vista de simples calculo, este systema não póde deixar de recommendar-se a todo o homem prudente que saiba

<sup>198</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 06/12/1874.

e queira prevenir o futuro.<sup>199</sup>

Na matéria em questão, não vemos uma crítica clara à escravidão, mas também não podemos dizer que era proposta a manutenção do sistema escravista. O que se nota é um zelo pelo bem-estar dos cativos, aliado à manutenção do bom comportamento dos mesmos, que era interessante para o proprietário de escravos para que chegassem futuramente na condição de libertos com meios para sobreviver com relativa dignidade.

Aqui deve ser colocado que a suposta benevolência do dono de escravos possivelmente tinha relação também com a manutenção da ordem social no período posterior à abolição, que era uma preocupação social da época. Recursos materiais e pessoais aos escravos para quando fossem libertos eram maneiras também de auxílio para que não caíssem na marginalidade, o que traria malefícios para a sociedade de uma forma geral.

Os resultados positivos das medidas tomadas em relação aos escravos são descritos no próprio texto, no qual Vergueiro diz que seus trabalhadores têm se tornado mais ativos, diligentes e fiéis. É interessante também o uso da palavra “trabalhadores” para se referir aos escravos, possivelmente com o propósito de tirar a gravidade do termo.

O exemplo de educação de escravos ganhou também importância quando foi tratado pelo jornal presbiteriano devido ao fato de a leitura ser algo central na modalidade de culto prestado por esse grupo, que tem o livre exame das escrituras sagradas como algo fundamental.

O fato de haver preocupação com os interesses dos senhores não transforma a matéria em apologista da manutenção do sistema vigente. O que é feito nesse ponto é um diálogo com uma questão colocada na época, que era o futuro dos senhores de escravos após a abolição.

Em 1880, Joaquim Nabuco apresentou um projeto para extinção da escravidão. Dentre os pontos levantados, os mais relevantes são: *i)* a cessação imediata da compra e venda de cativos e, em consequência, o fim do tráfico interprovincial; *ii)* o recebimento de terras pelas associações organizadas para emancipar escravos com o intuito de estabelecer

---

<sup>199</sup> Imprensa Evangélica – Dia 06/12/1874.

colônias de libertos; *iii*) a proibição do afastamento das mães de seus filhos para serem alugadas como amas de leite, como criadas ou com outro fim; *iv*) a libertação imediata dos escravos mais velhos, doentes, cegos ou comprovadamente nascidos na África; *v*) a libertação dos irmãos mais velhos dos “ingênuos” em dois anos; *vi*) a proibição do uso de ferros e de correntes, bem como de qualquer forma de castigo corporal; e *vii*) o estabelecimento do ensino primário para os escravos em todas as vilas e cidades, com os proprietários sendo obrigados a enviar todos seus escravos e ingênuos para as escolas a fim de que adquirissem um conhecimento de leitura, escrita e de “princípios de moralidade”.<sup>200</sup> Nabuco fez um pedido de urgência para conseguir o debate de seu projeto ainda em 1880, mas este foi recusado e houve uma reação contrária. Nabuco também não conseguiu inserir alguns artigos antiescravistas na lei de orçamento. Derrotado, o movimento tomou o caminho da propaganda.<sup>201</sup>

Essa tentativa fracassada demonstrou a oposição do parlamento à ideia de abolição e levou Nabuco a aumentar seus esforços, procurando a mudança por meio da pressão popular. Duas semanas depois, ele presidiu a criação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, organização que foi vista como pioneira na consolidação das bases do movimento abolicionista brasileiro. Fundada em 7 de setembro de 1880, dia da Independência, a Sociedade publicou um jornal, *O Abolicionista*, que teve circulação mensal de novembro de 1880 a dezembro de 1881.<sup>202</sup>

Principalmente na década de 1880 apareceram grupos radicais que, não podendo atuar no Parlamento, acabaram agindo por meios ilegais. Nesse momento, em muitas regiões, diferentes grupos instigaram as fugas de escravos.<sup>203</sup>

O crescimento do número de grupos republicanos populares no início da década de 1880 no Rio de Janeiro também colaborou para a criação de uma arena política pública mais carregada, uma vez que os debates em torno da abolição estavam, para muitos,

---

<sup>200</sup> MENEZES, *Ibidem*, p. 91.

<sup>201</sup> *Idem*.

<sup>202</sup> COWLING; CASTILHO, *Ibidem*, p. 167.

<sup>203</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 37.

entrelaçados com a ideia da derrubada da monarquia.<sup>204</sup> A propaganda em oposição à escravidão se intensificou na década de 1880 com a maior pressão nas ruas e da imprensa, além do aumento da resistência dos escravos.<sup>205</sup>

A agitação dos escravos, os crimes que se avolumavam, as revoltas e as fugas, a perda de controle dos senhores sobre suas escravarias, que iam crescendo,<sup>206</sup> embora não fossem novas nos quadros da escravidão, ganharam nos anos 1880 novas conotações. Em um cenário em que existia a crescente perda da legitimidade da instituição, os movimentos de escravos se avolumavam dia após dia, projetando uma imagem que sinalizava a erosão dos mecanismos de controle social, alarmando as populações e assoberbando as instituições judiciárias e policiais.<sup>207</sup>

O movimento abolicionista tinha um aspecto predominantemente urbano, desaguando principalmente, mas não de forma única, no descontentamento difuso e da nova fermentação social que acompanharam nos anos 1870 e 1880 tanto o inchamento desordenado de certas cidades como a expansão das camadas médias.<sup>208</sup>

O populacho urbano, que era em sua maioria composto por libertos, pardos e crescentemente por imigrantes dedicados às mais ínfimas tarefas, com sua inquietude, que as péssimas condições de vida e moradia alimentavam, aumentava nas ruas e *meetings* abolicionistas o aspecto popular dos protestos que eram feitos contra a escravidão.<sup>209</sup>

Em seu conjunto, os profissionais urbanos, delimitando fazendeiros, poderosos negociantes e burocratas como os grandes beneficiários dos favores do Estado, condenavam a escravidão como o sustentáculo de uma proeminência econômica injusta e cerne da subvalorização do trabalho livre e do trabalhador nacional.<sup>210</sup> Como o movimento

---

<sup>204</sup> COWLING; CASTILHO, *Ibidem*, p. 168.

<sup>205</sup> MACHADO Humberto, *Ibidem*, 29.

<sup>206</sup> Planos e argumentos para efetuar a extinção do escravismo sempre entravam em pauta política quando a rebeldia escrava ganhava maiores dimensões e o medo das convulsões sociais se intensificavam. Albuquerque, Wlamira. Movimentos sociais abolicionistas. In: Schwarcz, Lília M.; Gomes, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*, 1 ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 2018, p. 328.

<sup>207</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. ver: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 98.

<sup>208</sup> MACHADO, *Ibidem* p. 138.

<sup>209</sup> MACHADO, *Idem*, p. 228.

<sup>210</sup> MACHADO, *Ibidem*, p. 139.



abolicionista tinha uma frente ampla, foi aberto espaço para tendências e atuações muito diversas. A crescente participação de pessoas simples e a radicalização de determinadas tendências empurravam os setores mais conservadores ao abandono de estratégias gradualistas e emancipacionistas.<sup>211</sup>

As aproximações entre as lutas abolicionistas e os nascentes movimentos operários, o extravasamento das inquietações políticas e sociais concernentes ao papel do trabalhador livre em um país escravocrata e a crescente onda de imigrantes e de ideias provenientes da Europa marcaram o discurso daqueles que identificavam, no movimento abolicionista, algo além da mera substituição do braço cativo pelo livre nas fazendas cafeeiras.<sup>212</sup>

Os fatos que ocorreram no início da década de 1880 indicam que a resistência escrava passava a seguir novos caminhos, saindo das fazendas. Buscava-se reivindicar certos direitos tradicionais com relação ao ritmo de trabalho e ao gozo de tempo livre para organizações sociais e econômicas autônomas. Nos anos 1880 os escravos começaram a reivindicar claramente a liberdade.<sup>213</sup>

Sobre a imigração chinesa, um artigo do jornal *Imprensa Evangélica* elogia, em um primeiro momento, Joaquim Nabuco, afirmando que ele fez o melhor discurso contra a imigração dos chins (chineses). Embora o jornal tenha vindo a discordar da opinião de Joaquim Nabuco, foi feita uma preservação de sua imagem, apreciando a sua franqueza e ressaltando a dificuldade do tema. Nabuco tinha receio de que os chineses fossem escravizados, e o jornal concordava com ele nesse ponto.

Cabe dizer que, considerando que na segunda metade do século XIX existia a visão de que a abolição aconteceria em breve, houve discussões em torno de qual seria a mão de obra mais adequada para substituir os escravos. Dentre as diversas opções, pensava-se na utilização de estrangeiros. Os imigrantes mais desejados eram os europeus, visto que eram brancos e contribuiriam, segundo a opinião pública, para o progresso na nação.<sup>214</sup>

Desde que começaram as discussões sobre o incentivo da imigração branca

---

<sup>211</sup> MACHADO, *Ibidem*, p. 154.

<sup>212</sup> MACHADO, *Ibidem*, p. 156-157.

<sup>213</sup> MACHADO, *Ibidem*, p. 97.

<sup>214</sup> Carula, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, pp. 208-209.

européia, foram debatidas outras possibilidades, por ser necessário pensar em opções para a falta de mão de obra. Nesse contexto, uma das alternativas defendidas por alguns foi a utilização dos imigrantes chineses, que entrou na pauta de discussões na segunda metade do Oitocentos com contundentes posicionamentos. A camada dominante analisou e discutiu muitas possibilidades relacionadas à mão de obra entre 1870 e 1880, sendo que a imigração chinesa foi minoritária, embora o tema tenha estado presente em conferências e cursos públicos.<sup>215</sup>

Um dos melhores discursos que temos lido dos pronunciados na camara, contra a immigração dos chins no Brazil, é o do sr. deputado Joaquim Nabuco: e apreciamos nelle a franqueza com que elle colocou a difficuldade do problema no seu verdadeiro ponto. Em vez de deprimir os chins, como fazem os adversarios desta colonisação, que ignoram os factos que facilmente podiam vir averiguar aqui nos Estados-Unidos, o sr. Nabuco mostra-se receioso do proprio brasileiro. Elle crê que sim o chim pôde vir livremente a nosso paiz, assenhorear-se em breve do paiz lado a lado com as suas raças mestiças. Do outro lado elle receia que nossos fazendeiros os escravisem<sup>216</sup>.

É dito também no referido artigo que, a respeito da migração dos chins, provavelmente passariam muitas leis, mas estas não seriam respeitadas pois eram os grandes fazendeiros mais abastados que nomeavam juizes municipais e promotores. Estes, segundo o jornal, foram criados e estavam imbuídos com todos os males da escravidão.

O governo provavelmente passará muitas leis (nós somos proficientes nisso), nomeará juizes especiaes, etc. Mas quem não sabe que tudo isso não passará do papel? Si os proprios fazendeiros mais abastados são os que nomeam os juizes municipaes e promotores, - si estes mesmos foram criados e estão imbaídos com todos os males da escravidão, com que garantias poderemos defender a liberdade destes tão desejados colonos?<sup>217</sup>

No final do artigo fala-se sobre tentar sempre obter caucasianos e sobre o caráter protetor e senhorial do brasileiro, que teria sido formado em duas pestes: o catolicismo e a escravidão.<sup>218</sup> Nesse contexto, o imigrante branco europeu era o mais desejado, pois além de resolver o problema da mão de obra, servia também para embranquecer o país.

Por outro lado, a inferioridade racial de chineses, índios e negros era “cientificamente” constatada, com tais grupos sendo tratados como raças diferentes por

<sup>215</sup> CARULA, *Ibidem*, p.211-212.

<sup>216</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 16/01/1880.

<sup>217</sup> *Idem*.

<sup>218</sup> *Idem*.

meio de diferentes critérios de definição, como cor da pele, nação e grupo étnico.<sup>219</sup>

Entretanto não esmoreçamos em tentar sempre obter caucassianos, - apesar do facto que estes nos olham com o mesmo desprezo com que nós agora queremos olhar para os chins.

O perigo, repetimos, não está nos chins, - está em nós mesmos, - no nosso caracter “protector e senhorial” formado em duas péstes - o catholicismo romano e a escravidão.

O referido artigo denomina a escravidão uma instituição que contém males, uma peste junto à religião oficial do império. A opinião negativa que tinham da escravidão, portanto, não é abrandada, conforme já foi demonstrado em outros comentários sobre o *Imprensa Evangélica*.<sup>220</sup>

Em “A actualidade”, publicado no jornal *Imprensa Evangélica* no dia 8 de maio de 1880, ao falar sobre o futuro do Brasil, E. Carlos Pereira afirma que a escravidão é uma questão palpitante cuja solução exigia os interesses do Brasil, ressaltando o seu caráter de urgência.<sup>221</sup>

A Igreja e o Estado, a escravidão, a grande naturalização, são questões palpitanes, cuja solução exigem os interesses do país. [...]. Será o tempo oportuno para se tractar dessas urgentes questões? Ou profundas considerações políticas impedirão os atores representantes da nação de cuidarem desses assumptos transcendentaes?<sup>222</sup>

É interessante considerar aqui o fato de o referido artigo demonstrar preocupação com a celeridade do processo em direção ao fim da escravidão no Brasil, sugerindo que as considerações políticas não deveriam colocar impedimento no que dizia respeito aos escravos.

No dia 20 de novembro de 1880, o *Imprensa Evangélica*, em matéria com título “Sermão abolicionista”, reproduziu um folheto enviado de Pelotas, intitulado “Emancipação dos escravos”, com o final do discurso do Reverendo sr. dr. Augusto J. de Siqueira Canabarro (vigário colado de Pelotas), pronunciado na festividade de Nossa Senhora do Rosário. No discurso, o povo é convidado a direcionar súplicas à Virgem

---

<sup>219</sup> CARULA, *Ibidem*, p. 229-230.

<sup>220</sup> *Idem*.

<sup>221</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 08/05/1880.

<sup>222</sup> *Idem*.

Maria, pois a alegria não poderia ser completa vendo filhos, amigos, esposas e irmãos envoltos nas cadeias da escravidão. O discurso prosseguiu dizendo para confiarem na providência divina, que suscitaria a cada ângulo do império um Joaquim Nabuco que restituiria a liberdade.<sup>223</sup>

Na referida matéria vemos uma propaganda abolicionista na qual católicos são citados de forma positiva, o que era difícil de ser visto no *Imprensa Evangélica*. Talvez essa citação positiva buscasse demonstrar que poderiam haver consensos em questões políticas, embora houvesse ferrenho conflito no campo religioso.

Também é interessante chamar atenção para a demasiada simpatia em relação a Joaquim Nabuco, sendo esse líder abolicionista citado mais de uma vez pelo jornal presbiteriano, que lhe forneceu um *status* de herói ao dizer que deveriam se levantar homens como ele por todo o Império.

Porém, irmãos da veneravel irmandade de Nossa Senhora do Rosario, enquanto não chegar esse dia, sem dúvida o primeiro para o Brazil, dirigi vossas supplicas á Virgem Mãe de Deus, servido-vos para isso das mesmas amas que ella por intermédio da Igreja colocou em vossas, o santo rosário. Eu bem sei que a vossa alegria não pode ser completa, vendo vossos filhos, vossas esposas, vossos irmãos e amigos envoltos nas cadeias da escravidão: porém levanta e vossos olhos para o céu, confie na Providencia Divina, que por certo suscitará em cada ângulo do império um Joaquim Nabuco, que com a autoridade de suas palavras, com sua admirável eloquência nos restituirão a verdadeira liberdade

E em 17 de dezembro de 1880, o jornal *Imprensa Evangélica*, na matéria intitulada “Abolição da escravidão”, faz referência ao rei Metsa, que emancipou seus escravos, os quais estavam em número de quinhentos mil. Refere-se também ao rei de Mendeh de Shos, que proibiu o tráfico de escravos porque disse: “sou cristão e quero venerar a Deus respeitando o meu semelhante.”<sup>224</sup>

O rei Metsa, na Africa, emancipou todos os seus escravos, que montam ao considerável numero de 500,000; e o rei Mendeh de Sho prohibiu o trafico em escravos «porque, disse, sou christão e quero venerar a Deus respeitando o meu semelhante».<sup>225</sup>

No texto são levantados aspectos do cristianismo em relação à forma de lidar com a

---

<sup>223</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 20/11/1880.

<sup>224</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 17/11/1880.

<sup>225</sup> Idem.

escravidão, sendo esta uma das bases da argumentação daqueles que questionavam a condição dos escravos no Brasil, conforme dito anteriormente.

É enfatizada a fala do rei, que relaciona sua prática cristã com a atitude de proibição do tráfico de escravos, como se acreditasse existir uma incompatibilidade entre o cristianismo, que preza pelo respeito ao próximo, e o tráfico de escravos.

Cabe dizer que no Rio de Janeiro, enquanto o governo nacional resistia à abolição durante a década de 1880, fundos locais de emancipação, mesmo quando pretendidos moderados ou conservadores, tornaram-se espaços visíveis e ativos de oposição política abolicionista.<sup>226</sup>

Em abril de 1881, na matéria intitulada “Os ingênuos”, o jornal *Imprensa Evangélica* chamou atenção para o fato de a Lei do Ventre Livre ter criado uma classe especial de pessoas para as quais seria necessário também que houvesse uma legislação especial. Os ingênuos deveriam ser educados, e para isso, deveria haver empenho de cada um, não esperando tudo do governo. Tal educação seria para a própria defesa da sociedade, segundo a revista, pois sua ignorância e depravação seriam problemas vitais.<sup>227</sup>

Entretanto, alguma cousa a mais do que esses esforços geraes faz-se urgentemente necessária pela lei de 28 de setembro de 1871. Libertando os nasciturnos de escrava, depois dessa data a lei creou uma classe especial no seio da sociedade, para a qual fez-se necessário mister legislação também especial. [...] Porem, não devemos esperar tudo do governo, que afinal de contas, nada fará sem o nosso concurso. É de nós mesmos que se deve partir a iniciativa e o trabalho pesado da educação dos ingênuos.<sup>228</sup>

Vemos mais uma vez a preocupação com a educação dos ingênuos, sendo tal medida importante para o propósito proselitista do jornal presbiteriano, conforme dito anteriormente. O método de fazer oposição ao catolicismo passa fundamentalmente pela leitura, pois é por meio da apresentação da bíblia como portadora da verdade e dela, por sua vez, em contradição com o catolicismo, que os presbiterianos procuravam ganhar seguidores.

Um aspecto do artigo que pode estar também vinculado à identidade presbiteriana é a independência em relação ao governo. Sugere-se que esta, parecendo um aspecto da

<sup>226</sup> COWLING; CASTILHO, *Ibidem*, p. 176.

<sup>227</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 04/1881.

<sup>228</sup> *Idem*.

mentalidade dos Estados Unidos, era a nação de origem dos presbiterianos que controlavam o jornal, conforme falado anteriormente.

Entre aqueles que tinham esperanças de que os nacionais e ex-escravos pudessem interiorizar a necessidade de trabalhar além das necessidades de sobrevivência, duas eram as sistemáticas comumente propostas: a coerção jurídica e policial ao trabalho e a persuasão moral via aprendizado profissional.<sup>229</sup>

Com isso aumentariam os braços e seria facilitada a substituição do trabalho escravo pelo livre, além de reduzir os crimes, pois “os ociosos, vendo-se obrigados a procurar trabalho, deixariam de ser matéria-prima para o crime.” Nessas justificativas podemos ver um propósito de enquadramento dos nacionais livres à sociedade, conduzindo os escravos ao trabalho de modo que eles trocassem sua autonomia e controle do tempo por um regime disciplinar de prestação de serviços. As vantagens e os favores mencionados seriam formas de internalizar a disciplina do trabalho e fazer esquecer aos “ex-ociosos” a autonomia perdida.<sup>230</sup>

Em matéria intitulada “O trabalho”, assinada como “Do Sergipe” no jornal *Imprensa Evangélica*, foi feita uma crítica à ociosidade do brasileiro, que considerava desonroso ter que trabalhar ao lado de um escravo em um canavial. O escravo, na referida matéria, era chamado de pobre cativo de além-mar, arrancado da pátria e da família pela ambição sem nome dos primeiros traficantes de carne humana. Pelo fato de o brasileiro considerar desonroso trabalhar ao lado de cativo, o autor conclui que a escravidão foi um mal para nossa lavoura.<sup>231</sup>

Ordinariamente pensa-se entre nós, com manifesto prejuízo da produção nacional, que o trabalho, sobretudo o do campo, só foi feito para o escravo africano e para os descendentes d’essa raça de pariahs.

O brasileiro tem negação completa, ou antes, repugnância formal, para hobrear na faina productora da agricultura com o pobre cativo de além-mar, arrancado á pátria e á familia pela ambição sem nome dos primeiros traficantes de carne humana.

Nesta matéria é possível perceber um apelo emocional ao chamar o escravo de

---

<sup>229</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p.130.

<sup>230</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p.131.

<sup>231</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 12/1881.

pobre cativo. Referir-se a ele como alguém arrancado da pátria também parece ser uma forma de trazer à mente do leitor o caráter bárbaro da escravidão, que separa o indivíduo daquilo que ama.

O movimento social fora do Parlamento aumentou cada vez mais, e em novembro de 1882 houve uma grande revolta de escravos em São Paulo. Iniciou-se um movimento pela abolição nas províncias do Norte e do Nordeste no Brasil. No Ceará, os jangadeiros fecharam o porto, em greve, impedindo a permanência do tráfico de escravos para o Sul, em 1880. Conflitos constantes se davam diante de tentativas de exportar escravos para o Sul, até que, em 1883, tem início um programa sistemático de libertação no Ceará, com a presença de José do Patrocínio, culminando na declaração de que “no Ceará não havia mais escravos”, feita em 25 de março de 1884. Processos parecidos se passam no Amazonas e em muitas cidades do Rio Grande do Sul, além de ser tentado, mas sem êxito, na cidade do Rio de Janeiro, onde se fez uma grande comemoração dos acontecimentos ocorridos no Ceará.<sup>232</sup> Segundo Humberto Machado, com a abolição do Ceará ocorreu um “verdadeiro carnaval” nas ruas centrais do Rio de Janeiro, com destaque para a Uruguaiana, palco das manifestações cheias de alegria.<sup>233</sup>

Nesse momento, o abolicionismo tem grande prestígio, tendo Patrocínio sido eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro. Patrocínio se candidatou, em 1886, a uma cadeira de vereador na Câmara municipal da corte. Sua campanha tinha como plataforma a eliminação do trabalho escravo com propósito de intensificar a propaganda abolicionista. Patrocínio se elegeu em quarto lugar com 207 votos.<sup>234</sup>

No dia 12 de abril de 1884, o *Imprensa Evangélica* publicou um artigo extraído do jornal *O Apostolo*, convergindo em sua visão positiva em relação à abolição da escravidão no Ceará. O texto chama atenção também para o fato de ser difícil existir algo no jornal católico a que se pudesse dizer “amém”, ou seja, com o que se pudesse concordar.

Folgamos sempre quando nas columinas do Apostolo achamos alguma cousa a que podemos dizer - Amen. Neste caso está o que se segue, extrahido do seu

---

<sup>232</sup> MENEZES, *Ibidem*, p. 92.

<sup>233</sup> HUMBERTO MACHADO, *Ibidem*, p. 109.

<sup>234</sup> *Idem*.

artigo editorial de 30 de Março do anno corrente. Diz ahi:

“Não ha ainda muitos dias que em uma provincia foi abolida a escravidão, pelo que ainda enchem os ares da patria as expansões de regosijo de um povo inteiro, e bem longe echoarão para atestarem a energia e o heroismo dos brasileiros. Está dado o primeiro passo no caminho da emancipação, e hoje é impossivel recuar-se. Estão contados os dias de escravidão no Imperio de Santa Cruz, assomando no horizonte a estrella refulgente da liberdade que illumina a todos; entretanto, ao pé desta estrella brilhante descobrimos um ponto escuro que poderá transformar-se em nuvem tempestuosa e empane o brilho desse fôco luminoso que esperançoso nos mostra; ouvimos um murmurio ao longe como que de fêras que se revoltam na jaula. E todos vem, todos ouvem. E a escravidão no Brazil depois dessa resolução, heroica do Ceará.

A emancipação do Ceará foi o grito vibrante que vem despertar o leão que preso dorme: mas despertando não romperá as cadêas? Não julguemos de tão pouca importancia a redempção do Ceará. Não embriaguemo-nos com a gloria de uma provincia e nem embalemo-nos em seus triumphos, esquecidos do muito que temos a fazer a favor dos escravos e do verdadeiro termo aonde deveremos chegar.<sup>235</sup>

Ao trazer a notícia sobre o que havia ocorrido no Ceará, o jornal, além de informar, trouxe o debate sobre a escravidão à tona com uma visão positiva do que havia ocorrido. Esse recurso é, então, uma forma de propagandear as vitórias do movimento abolicionista, dando uma notícia sobre a qual o periódico poderia até mesmo se calar por não ter como foco a política, e sim a religião.

Cabe dizer que, naquela altura temporal, um jornal que tivesse uma visão extremamente positiva em relação à abolição já não possuía nada de extraordinário, pois como o próprio texto diz, já parecia impossível recuar em relação ao tema e, portanto, uma defesa clara da liberdade dos escravos já não tinha a mesma importância que poderia ter em um momento anterior. Contudo, é necessário reconhecer que naquele momento o *Imprensa Evangélica* foi mais um a fazer coro com outros jornais em prol dos escravos.

No mesmo ano, no dia 21 de junho de 1884, o *Imprensa Evangélica* publicou um artigo denominado “Negra Ilustre”, homenageando uma negra abolicionista americana que também era protestante. A mulher em questão era Sojourner Truth, que teria nascido escrava no condado de Ulster (Nova York). Emancipada em 1817, a mulher veio a falecer em Battle Creek, no Michigan, após dedicar a vida à causa dos negros.

As folhas estrangeiras noticiam a morte de uma velha negra que soube tornar

---

<sup>235</sup> *Imprensa Evangélica*, 12/04/1884.



illustre o nome extravagante de Sojourner Truth, de que usava. Sojourner morreu ultimamente em Battle Creek, no Michigan; ignorava-se a sua idade precisa, mas é certo que tinha mais de cem annos. Nascida escrava no condado de Ulster (Nova-York), foi emancipada em 1817 e tomou o nome de Soujourner Truth por ordem do céo, pensava ella.

O clero methodista, admirado da eloquencia natural, verdadeiramente extraordinaria, de que era dotada a ex-escrava, enviou-a como missionaria para prégar entre a gente de côr; porém ella abandonou ao fim de pouco tempo esta seita religiosa pela dos milleritas que julgavam proximo o fim do mundo. Quando viu que a terra continuava a mover-se, dedicou-se de corpo e alma á idea de abolicionista, de que foi um dos apostolos mais activos e mais eloquentes até ao dia da emancipação.

Durante longos annos Sojourner Truth percorreu os Estados-Unidos em todos os sentidos e reclamou a abolição da escravatura em grande numero de conferencias que fizeram sempre a mais profunda impressão nos auditorios. Os seus improvisos eram obras primas de eloquencia popular e apaixonada. Alta, direita, os olhos brilhantes como os de uma loba, quando com a sua voz estridente de prophetisa lançava as suas maldições á escravatura e accumulava os epithetos, o effeito era irresistivel.

Depois da proclamação da emancipação, a velha Soujourner Truth foi apresentada ao presidente Lincoln e recebeu delle as suas felicitações. Era esta a recordação mais gloriosa da sua vida. Lembrava-se perfeitamente das primeiras experiencias do navio a vapor Fullon; tinham-se gravado na sua memoria por causa da colera dos holandezes blasphemavam contra esta invenção diabolica, boa para metter medo aos peixes e afugenta-los do rio.

Sojourner Truth deixa uma pequena fortuna em propriedades em Battle Creek e nos arredores. Instituiu herdeiros universaes tres filhos que habitavam com ella.<sup>236</sup>

O artigo se ocupa da representação positiva de uma mulher negra que tem seus aspectos intellectuais ressaltados, tendo, segundo o texto, uma eloquência capaz de causar profunda impressão em auditórios, além de ser dito que seus improvisos eram obras-primas. A grandeza de Soujourner Truth é afirmada ao ser ressaltado que ela foi apresentada ao presidente Lincoln, recebendo dele as suas felicitações.

Assim como havia feito anteriormente com Joaquim Nabuco, o jornal parece querer criar em Soujourner um mito que se relacionasse à questão abolicionista, sendo este um recurso importante para o avanço de determinado anseio político. Ao construir heróis, determinadas causas passam a ter representantes nos quais a militância pode ter como referência.

Em setembro de 1884, o jornal *Imprensa Evangélica* trouxe a notícia de emancipação dos escravos no município de Porto Alegre, ocorrida no dia 7 de setembro. É interessante pontuar a utilização da palavra “libertação” em vez de “emancipação”,

---

<sup>236</sup> *Imprensa Evangélica*, 21 de junho de 1884.

parecendo querer com isso um apelo mais emotivo do que técnico. Em tal ocasião, foram emancipados aproximadamente três mil escravos no município de Porto Alegre e mais de dez mil em toda a província.

Perante a camara municipal, em sessão solemne foi proclamada a libertação total dos escravos do município de Porto-Alegre, em numero aproximado de tres mil. A camara votou unanimemente uma moção de louvor ao coronel Joaquim Pedro Salgado e ao Dr. Joaquim de Salles Torres Homem<sup>237</sup>. Calcula-se em mais de dez mil o numero de escravos hoje libertados na provincia. Enthusiasmo e festas indescriptiveis. Celebrou-se Te Deum.

Mais uma vez temos nas páginas do jornal presbiteriano uma notícia descolada do foco religioso. É feita apenas uma propaganda do triunfo de anseios abolicionistas, mostrando seu avanço em mais uma região do Brasil.

Sob clima de tensão, o projeto de emancipação dos sexagenários foi apresentado à Câmara pelo Ministério Souza Dantas. Apesar das limitadas consequências desse projeto, o qual visava emancipar escravos com mais de sessenta anos, que tinham em sua maioria pouca valia como força de trabalho, este provocou grande resistência por parte dos que eram donos de escravos e seus representantes no Parlamento.<sup>238</sup>

Em 1884 aconteceu o mesmo que em 1871. A agitação e a mobilização da opinião pública colaboraram para a aceleração do processo abolicionista, provocando, ao mesmo tempo, uma reação violenta dos escravistas. Assim, apesar dos esforços do Ministério para que fossem vencidas as eleições, o resultado foi desapontador.<sup>239</sup>

Rui Barbosa, autor do parecer favorável ao projeto Dantas, não foi reeleito, e Joaquim Nabuco teve sua votação questionada. Em Minas Gerais, um membro do Gabinete foi vencido e em seu lugar foi eleito um defensor dos interesses escravocratas. Com o Ministério não contando com condições de se manter, foi derrubado por 52 votos contra 50. Foi formado, então, um outro Ministério Liberal, e um novo projeto foi apresentado. Este conseguiu ser aprovado, transformando-se, em 1885, em lei, a qual ficou conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários.<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> MACHADO, *Ibidem*, p.84.

<sup>239</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 86.

<sup>240</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 87-88.

Contudo, dentro do referido cenário de agitação política, no dia 16 de agosto de 1884, o *Imprensa Evangélica* usou suas páginas para propagandear um novo jornal abolicionista que começava a circular com o título de *Lincoln*. No texto, o periódico se refere à escravidão como uma chaga viva, em alusão claramente negativa ao sistema vigente.

Com este titulo appareceu em Maceió, Alagoas, um novo jornal de propaganda abolicionista, para distribuição gratuita. E' evidente, pois, que a idéa da emancipação, de uma ou outra forma, está fazendo cada vez mais progresso no paiz, e muitos signaes parecem indicar que em poucos annos a chaga viva da escravidão terá inteiramente desaparecido entre nós. Os verdadeiros autores das revoluções não são os que as fazem, mas os que as excitam e lhes dão causa<sup>241</sup>.

Nesse momento, ao fazer propaganda de um jornal abolicionistas com todas as letras, a folha da igreja presbiteriana parece ter abraçado claramente as ideias abolicionistas. Se até o momento era contestável o posicionamento do *Imprensa Evangélica* sobre o tema da escravidão, aqui parece haver um apoio mais claro ao movimento pela abolição dos escravos.

O texto diz que os verdadeiros autores das revoluções não são os que as fazem, mas os que as excitam e lhe dão causa. Nesse momento, mesmo em um espaço reduzido, por não serem as questões políticas o foco principal do jornal, que já contava em si com poucas páginas, parece haver um propósito cada vez mais claro de incitar os seus leitores em relação ao destino dos escravos.

Dentro dos debates que aconteceram no Parlamento e mobilizaram a opinião pública desde 1884, dando impulso à campanha pela abolição, ficou claro que alguns setores da lavoura já estavam convencidos de que não tinha como evitar a abolição. A única apreensão desse grupo era garantir a transição do trabalho escravo para o livre sem prejudicar a lavoura, além de assegurar que a abolição não acontecesse sem a indenização dos proprietários.<sup>242</sup>

Segundo Emília Viotti da Costa, o único grupo que resistiu no Parlamento até o último minuto foi o dos representantes dos fazendeiros das antigas áreas cafeeiras, para quem os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas. Estes, em maio de

---

<sup>241</sup> *Imprensa Evangélica*, 16 de agosto de 1884.

<sup>242</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 89.

1888, votaram contra a lei que aboliu a escravidão no Brasil.

Os estudos sobre o fim da escravidão no Brasil costumam enfatizar os seus últimos anos, basicamente de 1885 a 1888, quando os escravos já empreendiam revoltas de muito vulto, fugiam em massa das fazendas e sobretudo tinham o apoio popular e uma propaganda favorável formulada por uma elite de abolicionistas urbanos.<sup>243</sup>

No dia dez de abril de 1886, o jornal *Imprensa Evangélica* trouxe em “Um sacerdote capitão do matto” a notícia de um padre que teria feito papel de capitão do mato, chamando tal posição de degradante. O padre teria perseguido um cidadão honesto e trabalhador que dava o nome de escravo fugido.

No artigo, que anteriormente fora publicado na folha *Diario da Parahyba*, era dito que o sacerdote deveria ser um dos propagadores da liberdade e da emancipação dos cativos, baseado nas santas doutrinas. O artigo fala, ainda, sem poupar tal atitude sobre peso de suas palavras, que o padre deveria se enforcar se ao menos tivesse a consciência de Judas Iscariotes, parecendo rebuscar palavras para o insulto mais vil que fosse possível para atingir um religioso.

"Hontem, ás 11:30 horas do dia, em plena rua do Conde d'Eu, fomos testemunhas de uma scena tristissima e indigna de quem a promoveu, pelo cargo nobilissimo de que se acha revestido. Vimos um padre arvorado no degradante papel de capitão de campo, perseguindo um cidadão honesto e trabalhador a quem dava o nome de escravo fugido e como tal acha-se preso na cadeia d'esta cidade.

A batina agitada pelo vento e pela carreira que dava o sacerdote, parececeu-nos mais azas de um corvo famulento, do que a sagrada estribeira de um ministro de Christo.

O que devia ser um dos propagadores da liberdade, da emancipação dos captivos, baseado nas santas doutrinas do Martyr do Carvario, não passou hontem de protagonista de um drama negreiro, que fez córar a todos os que prasencearam-o. Padre, se ao menos tens a consciência de Judas Iscariote, enforca-te na primeira figueira que encontrares."<sup>244</sup>

Muito tinha evoluído desde 1871, quando qualquer menção à emancipação dos escravos causava tremenda resistência. Homens que em 1871 combatiam a legislação emancipadora, como Silveira Martins, pronunciavam em 1884 discursos em favor da emancipação. A Lei dos Sexagenários foi uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter o rumo do processo. Mas já era tarde demais. O povo arrebatara das mãos das elites a condução do movimento. A abolição tornara-se uma causa

---

<sup>243</sup> AZEVEDO, Idem, p.175.

<sup>244</sup> *Imprensa Evangélica*, 10/04/1886.

popular e tinha o apoio de amplos setores das camadas populares, como também de importantes setores das classes médias e até mesmo de alguns representantes das elites. A causa tinha também o respaldo da princesa e do imperador. O movimento era incontrolável.<sup>245</sup>

Em janeiro de 1888, mesmo que houvesse o desejo de fazer durar mais a escravidão, esse regime de trabalho não seria mais possível. As fazendas já estavam despovoadas, muitos municípios proclamavam a emancipação e, agora, diante desse “não quero” generalizado dos escravos, só restava aos políticos brigar por uma saída simultaneamente ordeira e honrosa: a decretação legal da abolição.<sup>246</sup>

Segundo Humberto Machado, os abusos e os “tristes episódios” do período eram retratados sob diversas formas nos jornais abolicionistas com crônicas, notícias de crimes cometidos contra escravos, poemas e tudo que pudesse contribuir para acelerar o fim do escravismo. A maioria desses escritos tinha alto nível de sentimentalismo, com o objetivo de comover os leitores das agonias dos escravos.<sup>247</sup>

Vemos o recurso do apelo emocional em uma matéria do jornal presbiteriano. No artigo “O escravo resgatado”, publicado no jornal *Imprensa Evangélica* no dia 7 de janeiro de 1888, T. J. Bernardo contava a história de um escravo que tinha juntado dinheiro durante toda a sua vida para comprar a sua liberdade, fazendo uma comparação com o escravo do pecado, que não poderá comprar sua própria liberdade. No texto foram ressaltadas as emoções do escravo ao ouvir o pregoeiro gritar pedindo ofertas por ele, que temia que alguém ofertasse mais do que ele tinha para oferecer por sua liberdade. Era descrito como o coração do escravo palpitava e como as lágrimas escorriam do seu rosto, levando o leitor a ter empatia pela situação do cativo e, logo, repulsa pela escravidão. O texto também fala da abolição que tinha ocorrido nos EUA e de como antes dela vendiam-se escravos em leilão da mesma maneira como se vende gado, apontando, dessa forma, para a barbaridade intrínseca da escravidão.<sup>248</sup>

O coração do pobre velho palpitava violentamente, seus olhos cheios de lágrimas.

---

<sup>245</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 90.

<sup>246</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 213.

<sup>247</sup> MACHADO, *Ibidem*, p. 201.

<sup>248</sup> IMPRENSA EVANGÉLICA, 07/01/1888.

Elle tinha juntado um pouco de dinheiro, e esperava resgatar-se e morrer em liberdade. Os lances em leilão quase tinham chegado a quantia que ele possuía. Finalmente com voz que a esperança tornava firme e vibrante, gritou: - Sessenta e seis!...<sup>249</sup>

Mais uma vez, nesse texto, percebemos um claro propósito de sensibilização em relação à escravidão. As emoções do escravo diante de uma oportunidade que poderia ser única despertam empatia por ele e até mesmo certa angústia diante da transformação de um ser humano em mero objeto a ser comprado, vendido e usado como um animal.

No início de maio de 1888, os políticos dos três partidos (Liberal, Conservador e Republicano, aos quais se filiavam escravistas, emancipacionistas e abolicionistas indistintamente) se uniram em um consenso quase absoluto e votaram a favor da Lei de Abolição, bradando em meio a loas e hinos à pátria pela conciliação, o que queria dizer esquecimento dos conflitos passados e sobretudo não revanchismo.<sup>250</sup> O projeto é apresentado no dia 8 e aprovado no dia 13 de maio. Durante a sua **tramitação**, a Câmara foi sitiada pela população do Rio de Janeiro. A **tramitação** foi feita em regime de urgência, levando três dias na Câmara e dois no Senado.<sup>251</sup> Em 13 de maio de 1888 a princesa assinou a **lei** que acabava com a escravidão em todo o país. A **lei** vinha, como bem observou o presidente da província de São Paulo, “selar um fato consumado”.<sup>252</sup>

Diante do exposto, temos algumas considerações a fazer em relação ao posicionamento do jornal *Imprensa Evangélica* no que se refere à escravidão no Brasil, considerando em nossa análise a escassez de espaço para abordar temas políticos em um periódico que tinha como proposta principal a temática religiosa.

Ainda antes da Guerra do Paraguai terminar, o jornal *Imprensa Evangélica* abordou o tema da emancipação dos escravos, chamando atenção para a abolição em outros países.

A escravidão também foi tratada como atraso civilizacional brasileiro, mesmo com o ônus do constrangimento de ser um jornal idealizado por estrangeiros e também relaciona benefícios dados juridicamente aos escravos com sentimentos humanitários e exemplo de benevolência.

---

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, p. 214.

<sup>251</sup> MENEZES, *Ibidem*, p. 95.

<sup>252</sup> COSTA, *Ibidem*, p. 125.

Vemos que o exemplo de religiosos que alforriaram seus escravos apareceram de forma positiva no jornal, parecendo querer com isso estimular outros a fazerem o mesmo, principalmente os que tivessem religiosos como referência de comportamento para suas vidas, além de questionamentos morais em relação à escravidão, em sintonia com os questionamentos morais que existiam em torno do tema na época.

É percebida no jornal a preocupação com o abalo industrial e social que seria provocado pela abolição da escravatura com desejo expresso de harmonizar interesses de escravos com os de senhores de escravos, deixando claro que ninguém deveria deixar de desejar ardentemente e estimular os possuidores de escravos a empregarem esforços sinceros e constantes no sentido da abolição.

Vemos o jornal chamando atenção para o zelo pelo bem-estar dos cativos aliado à manutenção do bom comportamento dos mesmos, que era interessante para o proprietário de escravos, para que chegassem futuramente na condição de libertos com meios para sobreviver com relativa dignidade. Tais considerações têm relação com a manutenção da ordem social no período posterior à abolição, para que não caíssem na marginalidade, trazendo prejuízo social.

O *Imprensa Evangélica* colocou em evidência a figura de Joaquim Nabuco, que é citado de forma positiva e respeitosa nas vezes em que foi referenciado no jornal.

Vemos, a partir da década de 1880, o fim da escravidão sendo colocado como questão palpitante e urgente. Levanta-se a necessidade de lidar com a escravidão levando em conta os aspectos cristãos, sugerindo a existência de uma incompatibilidade entre a escravidão e o cristianismo. São usados também aspectos emocionais para tratar da questão da escravidão.

O recurso de expor exemplos de lugares onde teve fim o regime escravista é utilizado com exemplos nacionais a partir do momento que estes passaram a existir, como foi o caso do Ceará e de Porto Alegre.

## Capítulo 3 – Antagonismo entre presbiterianos e católicos

### 3.1 Cenário que envolvia o catolicismo na segunda metade do século XIX

Segundo Maria Helena Capelato, o profissional da imprensa é, antes de mais nada, polemista, e sabe, como nenhum outro, criar, instigar e tirar o melhor proveito da contraposição de ideias obre qualquer tema. A imprensa é também objeto de polêmicas, sendo que alguns a desprezam, outros a exaltam.<sup>253</sup>

Considerando tal colocação sobre o profissional de imprensa, vamos analisar uma intensa polêmica que existiu no campo religioso e que teve como palco a imprensa, em que se contrapuseram o jornal protestante *Imprensa Evangélica* e o católico *O Apóstolo* ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX.

Ainda segundo Capelato, a leitura dos discursos dispostos nos jornais permite acompanhar as ideias que circulam no ideário e na prática política dos representantes da imprensa e revelam a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se afastam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a concretização dos diferentes projetos se inserem em uma luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.<sup>254</sup>

No caso a ser analisado, temos um conflito desencadeado para a efetivação de dois diferentes projetos, estando, em linhas gerais, de um lado os protestantes, especificamente de linha presbiteriana, buscando sua inserção em um país católico, e de outro, católicos, que tinham o propósito de manutenção de sua hegemonia em terras brasileiras, ambos usando a imprensa para circulação de suas ideias.

Ao longo da história, a Igreja Católica influenciou a sociedade ocidental com valores, tradições e referências culturais. Pelos séculos de sua existência, o catolicismo

---

<sup>253</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988, p.27.

<sup>254</sup> CAPELATO, Ibidem, 34.



entrou em diversos conflitos, e no século XIX estava em constante ataque. Os embates provocados pela modernidade contribuíram para que ela propusesse uma reação e a busca de reordenamento da cristandade católica.<sup>255</sup>

Na segunda metade do século XIX, a Igreja pelejava contra movimentos que ameaçavam os domínios dessa instituição no mundo. O crescimento do liberalismo na Europa, como também de outras correntes de pensamento, foi responsável pelo crescimento da crítica à hegemonia católica em territórios europeus. Esses movimentos chegaram ao Brasil e motivaram o clero brasileiro a integrar-se na disputa pela sobrevivência do catolicismo no país.<sup>256</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica no Brasil, seguindo uma tendência internacional, começou um processo de reorganização interna que ficou conhecido como romanização do clero católico. Tal processo significou a condenação da maçonaria, do protestantismo, do espiritismo e dos cultos de origem africana por parte da Igreja Católica, tentando estabelecer as concepções ultramontanas no que se referia à sua organização interna e à sua ascendência sobre a sociedade.<sup>257</sup>

Segundo Nelson Werneck Sodré, o desenvolvimento do país foi marcado, exteriormente, pelo crescimento da vida urbana, pelo avanço da classe média e pelo esboço de burguesia que passava a se fazer sentir. Isso permite a ampliação das atividades culturais vinculadas à imprensa, sendo o livro e o jornal seus representantes.<sup>258</sup> Nesse contexto, tanto católicos quanto protestantes utilizaram a imprensa, marcando sua participação em tais atividades.

Juarez Bahia chama atenção para o fato de que a imprensa, de 1808 a 1880, compreende uma etapa de marcante atividade panfletária, talvez a de maiores consequências em toda nossa história, refletindo com precisão os atos políticos

---

<sup>255</sup> KLAUCK, Samuel. *A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX*. MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, Rio Grande do Norte. 2011. p. 132-133.

<sup>256</sup> MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica: D. Macedo da Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século*. Revista de História Regional, 2012 p. 73.

<sup>257</sup> BARATA, Ibidem, p. 100.

<sup>258</sup> SODRE, Nelson Werneck, *A História da Imprensa no Brasil*. 4 edição: Mauad. Rio de Janeiro. 1999, p. 206.

revolucionários que viabilizam a Independência, pacificaram o país e preparam a república. É um momento em que a influência de um jornal não é medida pelo seu tamanho, pela sua qualidade ou pelo seu prestígio. O que faz a medida é a força da opinião.<sup>259</sup>

Nos anos de 1870, em virtude dos embates entre a Igreja e o poder secular, “foram criados muitos jornais que procuravam defender o prestígio e as prerrogativas da Igreja Católica Romana”. Como resultado disso, periódicos como *O Apóstolo* penetraram em diversas regiões do país, tomando para si o papel de defensores das causas religiosas católicas, da sociedade e do país.<sup>260</sup>

Durante o século XIX, o clero europeu encarava novos “inimigos”. Nessa época, os conflitos dirigiam-se contra os que questionavam a soberania de Deus e do papa no mundo contra os que não concordavam com a infalibilidade do Sumo Pontífice. A Igreja não lutava somente no campo espiritual, mas também pelo domínio das fronteiras nacionais dos Estados Pontifícios da Itália desde que os liberais progrediram nas províncias em luta pela unificação italiana. Nesse sentido, a unificação espiritual dependia da conquista do espaço com suas populações.<sup>261</sup>

O combate da Igreja Católica ao liberalismo estabeleceu uma profunda desconfiança de maçons e de liberais. O Concílio Vaticano I trouxe, com a declaração da infalibilidade pontifícia, um aumento de temor ou reserva. A condenação doutrinária contra a maçonaria vinha atingir a sociedade política e patriótica que se identificava com os anseios das classes mais cultas desde a independência.<sup>262</sup>

Em terras brasileiras, os católicos ultramontanos também tentavam aumentar seu espaço na política e ampliar seu domínio territorial, formulando projetos voltados para a reestruturação da sociedade e para a expansão física da Igreja Católica, sendo que isso esbarrava no avanço do protestantismo, com suas variadas denominações no Brasil.

Basicamente, os ultramontanos do Brasil defendiam os seguintes pontos: a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal, que no caso brasileiro estava

---

<sup>259</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da imprensa Brasileira*: Editora Atica. 4 edição. São Paulo, 1990. p. 84.

<sup>260</sup> MARTINS, *Ibidem*, 76.

<sup>261</sup> MARTINS, *Ibidem*, 76-77.

<sup>262</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Zahar editores Rio de Janeiro, 1975, p. 54.

vinculado ao beneplácito imperial; a Monarquia como melhor forma de governo; cidadania vinculada a confessar o catolicismo; defesa da estrutura familiar patriarcal e o combate contra a educação laica.<sup>263</sup>

O jornal católico *O Apóstolo* foi publicado na cidade do Rio de Janeiro entre 1866 e 1901. Em seus editoriais, tinha a missão de ensinar a boa doutrina, divulgar o movimento religioso no mundo, particularmente no Império, e amparar a ordem pública e a propriedade, deixando claro que suas funções se projetavam para além das de cunho espiritual.<sup>264</sup>

Considerando tais missões do jornal *O Apóstolo*, não seria espanto para ninguém que provavelmente viesse a existir um embate religioso com o *Imprensa Evangélica*, que tinha como propósito ensinar uma doutrina que confrontava necessariamente com a católica e que visava modificar a ordem pública para ganhar espaço de ação no Brasil católico.

Nos anos finais do século XIX, *O Apóstolo* tinha sua sede na Rua dos Ourives, uma das que compunham o quarteirão da Rua do Ouvidor, que se tratava de um palco dos debates que agitavam a vida nacional, sendo lá que os padres, seus prováveis redatores, empreenderam suas acirradas batalhas contra os “inimigos da Igreja”.<sup>265</sup>

Outro dado a ressaltar sobre o *O Apóstolo* se refere à origem de seus recursos, sendo que, para que venhamos a compreender sua ação, é fundamental entendermos de onde proveio a verba que o financiou. No período de sua fundação, o jornal mantinha-se com os valores pagos por seus assinantes. Entretanto, após a década de 1870, em que, em decorrência da Questão Religiosa, o jornal tornou-se um instrumento maior de combate, carecendo de um novo fôlego, inclusive financeiro, abriu-se espaço na última de suas quatro páginas para propagandas comerciais. Sempre voltadas ao público religioso, anunciavam ali lojas de paramentos e alfaias litúrgicas, lojas de imagens e demais objetos devocionais e outros produtos de interesse do público católico.<sup>266</sup>

---

<sup>263</sup> BARATA, *Ibidem*. p. 103.

<sup>264</sup> ABREU, Martha Campos. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, Campinas. p. 349.

<sup>265</sup> NEVES, Flávio Rodrigues. *A voz e a pena a serviço da Igreja: a imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX*. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. p. 8.

<sup>266</sup> NEVES, *Idem*, p. 9-10.

Principalmente na segunda metade do século XIX existiu um movimento reformador da prática católica, que buscava retomar as determinações tridentinas, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos que estavam organizados nas irmandades.<sup>267</sup>

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas do século XIX, intensificaram-se as discussões travadas sobre os vínculos entre o Estado e a Igreja, nas quais dois pontos se projetaram: o monopólio da religião católica e a necessidade de uma Igreja oficial, sendo que os estadistas do Império estavam desejosos de conservar um clero neutro e instrumental, queriam aproveitar-se de sua configuração burocrática, excluindo o conteúdo autorreflexivo do catolicismo.<sup>268</sup> Para o regalismo português, os interesses da Igreja coincidiam com os da coroa; caso contrário, eles eram simplesmente desatendidos, como foi o caso das primeiras concessões a cultos acatólicos.<sup>269</sup>

Nesse período, a Igreja Católica enfrentou ataques vindos de correntes ideológicas que a Igreja compreendia originarem-se no liberalismo.<sup>270</sup> O racionalismo, o positivismo e o materialismo ameaçavam não somente as crenças religiosas, mas também o poder temporal da instituição católica.<sup>271</sup>

Como resultado das transformações ideológicas, estruturou-se o anticlericalismo, formado por sistemas com características ideológicas e teóricas diferentes, que se organizaram em períodos históricos distintos, entre o final do século XIX e início do XX, aparecendo inicialmente nos movimentos políticos liberais mais radicais, como o anarquismo, para depois ganhar espaço na maçonaria, com quem os protestantes se aliaram, e no espiritismo. O anticlericalismo tornou-se uma matriz da qual surgiram proposições e

---

<sup>267</sup> ABREU, *Ibidem*. p.350.

<sup>268</sup> DOMINGOS, SIMONE TIAGO. *Ordens religiosas e política imperial: a polêmica parlamentar sobre as concessões ao padre Janrard (1864)*. XXVII Simposio Nacional de História. Natal. Julho-2013.

<sup>269</sup> HAUCK, João Fagundes. *História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX*. 4ed: Vozes. Petrópolis, 2008. p. 237.

<sup>270</sup> O período do Império é caracterizado pelo regalismo, aniquilamento das ordens religiosas, o desprestígio do clero, a reação enérgica mais efêmera do episcopado e do elemento católico contra as usurpações do poder público, o racionalismo e o cepticismo das classes dirigentes. Maria, Júlio. *A Igreja e a república*, Vol. 9: Editora Universidade de Brasília, 1981. p.67.

<sup>271</sup> ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. França, 2011. p. 39.

ideias políticas que pragmaticamente manifestaram-se nas mais variáveis aparências, como por exemplo na imprensa, na literatura e com grupos e associações de livre pensadores.<sup>272</sup>

A sociedade moderna passou por um remanejamento social e ideológico, no qual as referências do passado que tinham solidez acabaram se esvaindo e tornando o futuro incerto. Nesse contexto, a Igreja Católica, autoproclamada como a única detentora e guardiã das tradições cristãs, vivenciou o abalo na capacidade que tinha de garantir que fosse feita a transmissão de experiências para as gerações vindouras. Os mecanismos e as estratégias que haviam sido utilizados pela Igreja até então não se mostravam eficientes. O fantasma que havia da Revolução Francesa era alimentado pelo laicismo, racionalismo, voltairianismo, anticlericalismo e pela maçonaria, e, assim, as percepções relacionadas aos “fins últimos” do homem e o tempo histórico se inverteram. As concepções sobre o Divino e sobre o tempo iam sofrendo profundas alterações.<sup>273</sup>

A Igreja se articulou para desqualificar as novas visões de sociedade que se apresentavam, e para montar trincheiras firmes de defesa, encastelou-se numa postura ultraconservadora, antiliberal e contrarrevolucionária com o catolicismo ultramontano.<sup>274</sup>

Nesse contexto, é inegável que o protestantismo era um inimigo a ser vencido. Embora nas últimas décadas do século XIX fosse ainda um movimento pouco expressivo no Brasil, era um inimigo com grande potencial, e que, quando observada a experiência internacional, podia dar uma ideia de sua capacidade, que poderia assustar a liderança da Igreja Católica, assim como seus membros mais bem informados e participativos.

A propaganda protestante, que na segunda metade do século XIX atingiu a América Latina, em poucos países encontrou uma aceitação tão fácil como no Brasil, com esse fato se explicando, ao que parece, devido às próprias características religiosas do país, como a fraqueza do catolicismo.<sup>275</sup>

A escassez de padres, combinada a um desejo de expressão religiosa nas camadas populares, havia dado lugar a determinados tipos de devoção leiga que combinavam com a

---

<sup>272</sup> Rosa, *Ibidem*, 39-40.

<sup>273</sup> Rosa, *Ibidem*, 41-42.

<sup>274</sup> Rosa, *Ibidem*, 43.

<sup>275</sup> HAUCK, *Ibidem*. p. 237.

crença do sacerdócio universal pregada por protestantes, na qual a figura do padre era perfeitamente prescindível.<sup>276</sup>

O papel do padre era relativamente pouco importante nesta religiosidade embasada sobre instituições e lideranças leigas; rezadores, benzedores, imagens milagrosas e objetos protetores tinham poder suficiente para resolver quase todas as situações dentro da crença popular.<sup>277</sup>

Cabe dizer que mesmo estando concentrada na capital federal grande parte da população leitora brasileira, ainda era hábito a leitura oral, feita nas casas e nas ruas, tornando, desta forma, a informação, assim como a formação, acessível mesmo àqueles brasileiros que não tinham acesso à leitura.<sup>278</sup>

O Rio de Janeiro foi penetrado pela ideologia do progresso, que iguala a ideia do novo à civilização, comparando-a com atitudes europeias, notadamente francesas. A cidade não se cobriu só de cenários de concreto que anunciaram o novo tempo, como também dos ecos de jornais e revistas que difundiram pelos quatro cantos o discurso da modernização<sup>279</sup>

Caberia, portanto, à Igreja Católica entrar de cabeça neste combate ou se permitir ser destruída pela modernidade científica. Não fugindo à luta, lançaram-se clero e fiéis católicos nesta batalha utilizando-se de uma respeitável arma no jogo político daquele momento, que era a construção de uma opinião pública favorável, em que o jornal *O Apóstolo* teria um propósito fundamental.<sup>280</sup>

*O Apóstolo* tornou-se um dos mais significativos do país nessa perspectiva, conseguindo, inclusive, ter circulação diária entre 1875 e 1878 (na maior parte do tempo foi publicado três vezes por semana). Sua penetração era expressiva em diversas regiões do país, "onde mantinha agentes e correspondentes", mostrando uma certa articulação

---

<sup>276</sup> HAUCK, *Ibidem*. p. 238.

<sup>277</sup> HAUCK, *Ibidem*. p.112.

<sup>278</sup> NEVES, *Ibidem* p. 4.

<sup>279</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X 2010. p.119.

<sup>280</sup> NEVES, *Ibidem* p. 5.

nacional. Em geral, apresentava editorial, comunicados diversos, traduções, artigos especiais – com ou sem assinaturas – e anúncios católicos.<sup>281</sup>

Diante de tais informações sobre o jornal *O Apóstolo*, podemos ter em mente que, dentro do conflito religioso protagonizado pelo jornal católico e pelo protestante pela formação da opinião pública, o *Imprensa Evangélica* estava em desvantagem por ter menor circulação e por não ter em momento nenhum circulado mais de uma vez por semana.

Por outro lado, temos que considerar que, em seu embate com o jornal católico, ao ser citado constantemente, pode ter colhido bons frutos. Ao citar o *Imprensa Evangélica*, *O Apóstolo* pode ter chamado atenção para a existência do protestantismo no Brasil, que devia ter sua presença pouco notada pela população majoritariamente católica. Ao ouvir falar de uma igreja cristã que não fosse a Católica Romana, algumas pessoas podem ter tido sua curiosidade aguçada diante de uma crença religiosa exótica.

*O Apóstolo* noticiava nas suas páginas, em seus próprios termos, os dilemas que vinham a ser enfrentados pelos católicos quando eram desafiados pela “modernidade” liberal do século XIX. Contudo, é necessário apontar que esses dilemas se encontravam ligados a um nível de definição política mais ampla e teriam que ser enfrentados e encaminhados, de alguma forma, por todas as lideranças dos jovens países independentes da América, que eram os herdeiros do catolicismo colonial ibérico, ao longo do século XIX.<sup>282</sup>

Com importantes líderes do pensamento liberal assumindo posições de governo, foi dado início a uma série de medidas chamadas de “reformas liberais” (um nome próximo das reformas protestantes do século XVI), e aprofundaram suas concepções em direção ao final do século XIX.<sup>283</sup>

Na percepção de alguns liberais, a Igreja Católica colonial era vista como o maior obstáculo à prosperidade econômica, social e política pretendida. A prosperidade associava-

---

<sup>281</sup> ABREU, *Ibidem*, p. 350.

<sup>282</sup> ABREU, *Ibidem*, p. 353.

<sup>283</sup> ABREU, *Ibidem*, p. 356.

se à imigração e à liberdade de culto, ao protestantismo e ao progresso, tendo como principal miragem a “materialista” civilização norte-americana.<sup>284</sup>

Além de controlar, em muitos países, grande parte da área produtiva, deter privilégios especiais e impedir a educação leiga e científica, a Igreja, enquanto corporação, assim como a própria religião católica, era acusada de dificultar a imigração de europeus que não fossem católicos, cuja capacidade contribuiria para a construção de uma economia moderna no Brasil. Também existia a acusação de os católicos serem responsáveis pelo atraso, pelo analfabetismo, pela ignorância, pelo fanatismo e por comportamentos supersticiosos das populações.<sup>285</sup>

Cabe dizer que os protestantes associavam propositalmente a sua imagem, por meio do *Imprensa Evangélica*, a países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, de onde veio o fundador do presbiterianismo no Brasil. Com isso, construía-se para o protestantismo uma ideia de modernidade e de progresso.

Tendo em vista os problemas enfrentados pela Igreja Católica no Brasil, os bispos, alinhados aos ideais ultramontanos, planejaram ações contundentes para que pudessem ter seus anseios atendidos. Colocavam-se, assim, no conflito político como os demais grupos que disputavam o espaço público, defendendo suas ideias e seus valores, e também disputando um lugar favorável na opinião pública. As armas utilizadas não seriam diferentes das utilizadas pelos intelectuais da Rua do Ouvidor, que eram os seus discursos e a imprensa.<sup>286</sup>

Um aspecto importante de ser ressaltado é que, ao lado dessas disputas políticas, o clero católico, especialmente a alta hierarquia, que havia recebido fortes ataques dos liberais, começaria a procurar uma maior aproximação com Roma, sem jamais deixar de alardear suas habilidades internas para manter a ordem social.<sup>287</sup>

Nessa atmosfera, a união da Igreja com o Estado no Brasil não mais trazia a antiga proteção e privilégio aos assuntos católicos, e acirrando as ambiguidades do lado conservador, começou a ser possível pensar na opção pela liberdade religiosa, embora

---

<sup>284</sup> ABREU, *Ibidem*, p. 357.

<sup>285</sup> *Idem*.

<sup>286</sup> NEVES, *Idem*. p. 06.

<sup>287</sup> ABREU, *Ibidem*, p. 359.



continuasse sempre difícil para o clero abrir mão dos privilégios e da proteção legal. Entre a proteção do Estado, com a exclusividade da religião católica, oficial e nacional, e a completa separação do espiritual e secular, para garantir a autonomia e a autoridade da Igreja sobre o mundo religioso, podemos situar os dilemas dos católicos conservadores.<sup>288</sup>

### 3.2 - Debate entre *O Apostolo* e *Imprensa Evangélica*

Quando analisamos o jornal católico *O Apóstolo* percebemos que durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XIX existiram ataques ao *Imprensa Evangélica* e ao protestantismo de forma geral (abrangendo as mais variadas denominações que existiam na época), assim como é verdade dizer que nas páginas do jornal evangélico também houve ataques ao catolicismo e ao *O Apóstolo*.

Um dos pontos que vale ressaltar é que seria natural haver embates teológicos por parte dos dois jornais, considerando que o protestantismo nasceu de críticas ao catolicismo e que, por sua vez, o este passou a se defender das críticas que lhe eram lançadas.

Contudo, o que percebemos é que nas páginas do *O Apóstolo*, assim como no *Imprensa Evangélica*, existiram bem mais do que ataques doutrinários, havendo também embates pessoais e acusações que chegam ao pedido de interferência de autoridades judiciais diante das posturas do jornal protestante, que empreendia golpes constantes a nada mais nada menos do que a religião oficial do Império, que também era a confessada pela maioria esmagadora da população brasileira.

Presentes na arena política, os periódicos encenam seus conflitos verbais numa espécie de palco, onde personagens em lados opostos fazem seus movimentos. O jornalismo se transforma num teatro performático, em que temas da atualidade são discutidos e debatidos entre periódicos. Dessa forma, os responsáveis pelas publicações ganham notoriedade, produzida pelas artimanhas letradas. Os insultos verbais presentes nesses periódicos fazem parte de uma linhagem narrativa, em que a quebra da normalidade

---

<sup>288</sup> Idem.

presumida, a inclusão de temas sensacionais e o apelo às fórmulas retóricas são necessários para conquistar o público.<sup>289</sup>

É importante, porém, ressaltar que, mesmo no século XIX, se dizer pertencente a uma religião católica não significava necessariamente praticá-la com frequência em suas reuniões e afirmação da totalidade dos seus dogmas, estando muitas vezes a afirmação de pertença ao catolicismo ligada a uma tradição familiar e cultural, assim como vemos nos dias atuais.

Um forte traço do cenário religioso do Império foi a existência de um catolicismo popular em que as relações do homem com o sagrado se tornam diretas, segundo João Fagundes Hauck.<sup>290</sup>

As igrejas protestantes vieram, pelo menos parcialmente, ao encontro de aspirações da sociedade brasileira daqueles dias. A reclamação de autonomia para as igrejas nacionais, o desprestígio do clero, o esvaziamento da Igreja como instituição, a proliferação das devoções populares e o nascente interesse pela leitura da bíblia são aspectos que unem o Brasil Imperial à Europa que antecedeu a Reforma Protestante.<sup>291</sup>

Durante o período em questão, percebemos que o *Imprensa Evangélica*, como se espera de um jornal protestante em um país católico, atacou muitas doutrinas e práticas do catolicismo, o que deve ter despertado furor por parte dos católicos, que tinham preocupação com a pureza doutrinária.

As críticas proferidas pelo jornal protestante poderiam não só atrair católicos para as fileiras de suas igrejas, como também agregar elementos ao catolicismo popular, que não era visto com muita afinidade pelo episcopado brasileiro na segunda metade do século XIX.<sup>292</sup>

A escassez de sacerdotes e o pouco respeito que o povo lhes dava enquanto portadores de um ideal religioso tornavam a Igreja extremamente vulnerável à penetração de ideias consideradas heréticas. As inovações regalistas no Brasil, sendo preponderantemente administrativas, não haviam produzido renovação no conteúdo, sendo

---

<sup>289</sup> BARBOSA, *Ibidem*, p. 49.

<sup>290</sup> HAUCK, *Ibidem*, p. 113.

<sup>291</sup> MATOS, *Idem*, p. 214-215.

<sup>292</sup> MATOS, *Ibidem*, p. 131.

lógico que as almas sedentas de uma espiritualidade autêntica se sentissem cada vez mais desiludidas com os métodos da igreja oficial.<sup>293</sup>

Uma das polêmicas entre os jornais *O Apostolo* e *Imprensa Evangélica* foi em relação uma das principais e mais comumente referidas divergências entre católicos e protestantes, que é o culto às imagens empregadas no catolicismo, não aceito pelos presbiterianos e constantemente criticado em seus arraiais.

Cabe dizer que o catolicismo era visto pelos missionários protestantes como um desvio do verdadeiro cristianismo. Não tinham como propósito reformar a religião existente, mas apresentar uma alternativa religiosa e a partir daí chegar a uma mudança nos costumes, abraçando padrões morais que consideravam mais evangélicos. Condenavam o sincretismo religioso encontrado no Brasil, que seria a causa de práticas religiosas desfiguradas, nominais e superficiais, sem coerência e autoridade, mais baseadas em festas do que em reais compromissos.<sup>294</sup>

No dia 3 de março de 1866, o *Imprensa Evangélica*, em matéria denominada “Culto de imagens e a sensualidade”, como já sugere o título, defendeu existir uma relação daqueles que praticam o culto a imagens com a sensualidade, causando reação por parte dos católicos.

Vimos por uma ligeira apreciação de factos, demais evidentes para se poder negalos, que todo o povo dado no culto de imagens tem forte propensão para costumes relaxados. A' sombra dos templos em que venerão objectos visiveis com um culto todo symbolico e exterior, esmorece o que ha no homem de espiritual, e as suas paixões mais ignobeis reinão infrenes.<sup>295</sup>

Um facto desta ordem não póde ser accidental. Ha de haver uma lei, ligando duas cousas que assim sempre coincidem. Desempenharemos o prometido, explicando de que modo são relacionados o culto de imagens e actos licenciosos na vida privada dos que rendem semelhante culto.<sup>296</sup>

No dia 18 de março de 1866 a folha católica fez uma defesa às imagens, confrontando o artigo contra o culto das imagens publicado pelo periódico protestante, que é chamado de adversário, dizendo que embora estivesse de acordo que não deveria existir preponderância do visível sobre o invisível, sendo isso uma desordem na vida do espírito.

---

<sup>293</sup> HAUCK, *Ibidem*. p. 238.

<sup>294</sup> MATOS, *Ibidem*, p. 214.

<sup>295</sup> *Imprensa Evangélica*. 3 de março de 1866.

<sup>296</sup> *Idem*.

Contudo, foram levantados os prejuízos da poesia, das artes e até da natureza humana que não teriam uma noção do invisível sem ter primeiramente apoiado o espírito sobre um facto sensível.

A gazeta protestante entende que a preponderancia do visível sobre o invisível é uma desordem na vida do espirito. Estamos de perfeito accordo. Mas entendera o nosso adversario que symbolisar o invisível é estabelecer esta preponderancia? Ai da poesia, ai das artes, ai da natureza humana, que não tem uma só noção do invisível sem ter primeiramente apoiado o espirito sobre um facto sensível!<sup>297</sup>

O jornal católico defendeu, ainda, com base na experiência, a relação do espírito com o mundo sensível (material) como primeira condição para o desenvolvimento da razão das noções do mundo suprassensível (espiritual).

O que a experiencia nos diz é que nem só a relação do espirito com o mundo sensível é a primeira condição para o desenvolvimento da razão das noções do mundo supra sensível; mas que ainda continuamente o espirito deste desenvolvimento superior necessita o refresco sensível, e que se este refresco lhe falta ou se o espirito rejeita, perde-se nas funestas consequencias do quietismo.<sup>298</sup>

No dia 17 de março de 1867 *O Apostolo* resumiu em suas próprias páginas os embates constantes que vinha tendo com o *Imprensa Evangélica*, ainda em 1866. O periódico católico, apesar de reconhecer a boa fé rival protestante, não lhe poupou críticas, chamando-o de campeão da heresia e acusando-o de dar respostas a seus artigos combativos de maneira trocada. Na matéria existe respeito e reconhecimento misturado com ironia e vocabulário belicoso.

A Imprensa Evangelica está se tornando cada vez mais interessante. Ha uma boa fé neste periodico que realmente edifica os corações mais endurecidos. Os nossos leitores sabem, que o anno passado a combatemos, citando sempre por extenso seus mesmos trechos; e tiveram occasião de observar, que este gentil campeão da heresia respondia-nos de uma maneira trocada.

No artigo em questão também foram feitas acusações de desonestidade intelectual, por parte do *Imprensa Evangélica*, como se houvesse uma espécie de malemolência argumentativa para sustentar seus pontos em uma espécie de malabarismo lógico, que fica mais claro quando continuamos lendo o próprio texto.

O jornal católico também chama a atenção dizendo que em meio a reviravoltas, o órgão protestante deixava escapar proposições do mais escandaloso naturalismo, que

---

<sup>297</sup> O Apostolo. 18/03/1866.

<sup>298</sup> Idem.

deveria ser olhado de forma negativa, dentro de uma atmosfera religiosa que lida com o sobrenatural.

Quando lhe apresentavamos um texto claro, elle em vez de combater as conclusões que d'ahi tiravamos, hia buscar outro menos explicito para poder estender os seus commentarios à vontade; em vez de atacar os pontos fundamentaes da discussão, lançava-se com todo o furor a qualquer idéa accessoria para perturbar a ordem das idéas e a clareza da discussão: umas vezes negava e outras admittia o mesmo principio. Nenhuma condescendencia podia satisfazer: pedia-nos que argumentassemos com factos; argumentavamos com factos: o adversario não queria mais os factos, pedia-nos que argumentassemos com principios; e nós argumentavamos com principios; novos desejos, ella pedia-nos então sómente argumentação sobre os textos da Escriptura: faziamos-lhe a vontade, argumentavamos com os textos da Escriptura; ahi voltava ella de novo para a argumentação de principios; e nestas viravoltas escapavam-lhe sem cerimonia algumas proposições do mais escandaloso naturalismo.

Outro aspecto da gazeta protestante que incomodava o jornal católico era seu sistema de propaganda por meio da publicação de novelas, dizendo que o protestantismo deveria se fazer sobressair com fatos históricos, parecendo sugerir que não seria capaz de tal feito.

Em 16 de novembro de 1872 o jornal protestante questionou o ensino da existência do purgatório, dizendo não ser doutrina da religião de Cristo, e sim uma ideia tirada da filosofia pagã e enxertada no romanismo.

O evangelho nos ensina, que o sangue de Christo o Filho de Deus purifica de todo o peccado; que junto com o arrependimento, o Salvador sempre dá a remissão do peccado; que quem crê no Filho, tem a vida eterna. Quem morre, pois, sem ser purificado, de todos os seus peccados, não pode ser discipulo de Christo, nem poderá jámais alcançar a vida eterna.

O purgatorio não é doutrina da religião de Christo.

A idéa foi tirada da philosophia pagã, e enxertada no romanismo. Os embusteiros são, pois, os que sustentam esta doutrina tão repugnante aos principios e ensino do evangelho.<sup>299</sup>

Além de atacar teologicamente os católicos, o órgão presbiteriano também fez ataque aos que ensinam tal doutrina, chamando-os de embusteiros além de despropositadamente, a não ser que tenha tido um propósito de agressão, saindo da esfera teológica, chama a doutrina católica de repugnante.

No dia 5 de fevereiro de 1870 o jornal *Imprensa Evangélica* atacou a Igreja Católica, criticando o discurso que faziam sobre a unidade da Igreja Católica, que era um

---

<sup>299</sup> Imprensa Evangélica. 16 de novembro 1872.

dos argumentos utilizados contra o protestantismo, que teria, na ótica católica, dividido a Igreja.

Uma das pretensões que os sectários do romanismo mais alardeiam, é a da unidade.

Deixado á parte o testemunho da história e do estado actual de outras nações, apreciemos o assunto pelo que se passa em nosso paiz.

Se o que vemos entre nós é admitido como prova de unidade da igreja official, é forçoso confessar que a unidade pode existir sem harmonia, que a união official e exterior pode consistir com a mais profunda e funesta discórdia interna.

O artigo lançou mão dos conflitos internos do catolicismo para questioná-lo e se defender de ataques feitos não somente no período em questão, mas desde a ruptura de Lutero até os dias atuais. Cabe dizer que estava em andamento quando o artigo foi escrito, momento este em que os ânimos internos da Igreja Católica podem ter sido percebidos de forma mais evidente.

No dia 4 de janeiro de 1873 o jornal *Imprensa Evangélica* acusou os católicos de não darem à bíblia o tratamento adequado:

O interesse e zelo que temos pela palavra divina, e o desejo de vermos que ella seja respeitada e obedecida pelos homens, nos movem a levantar um brado.

No primeiro numero da *Imprensa* deste anno, contra o menoscabo e desprezo com que ella é tratada por aquelles que se tem como únicos guardas e depositários das verdades divinas.

Magoa-nos o coração de vermos a pouca consideração, e o nenhum respeito que presta aquelle livro santo cuja leitura foi tão recomendada por Jesus Cristo e seus Apostolos.<sup>300</sup>

O início do culto protestante no Brasil foi grandemente influenciado pela distribuição de bíblias e pela formação espontânea de grupos leigos de estudos bíblicos, que tiveram pouca ou nenhuma formação e pastores formados.<sup>301</sup>

O princípio de *Sola Scriptura* adotado pelas igrejas reformadas deu à bíblia centralidade no culto, enquanto os católicos se baseavam na Tradição da Igreja e no assim chamado Santo Magistério em questões doutrinárias. Nesse cenário, os protestantes acreditavam que ao trazer a bíblia para o centro do debate teológico, teriam vantagem sobre os católicos.

<sup>300</sup> *Imprensa Evangélica*. 5 de fevereiro de 1870.

<sup>301</sup> HAHN, Carl Joseph, *História do culto protestante no Brasil*: ASTE. São Paulo 1989 p. 243.

Sobre a unidade da Igreja Católica Romana, a folha protestante lançou questionamento do dia 7 de março de 1874, procurando mostrar, como exemplo, divergências internas do catolicismo no que dizia respeito à infalibilidade papal.

É quasi impossível hoje em dia conversar-se com um catholico romano sem que este traga para a arena da discussão as divisões entre os protestantes.

Escrevendo este artigo não é nosso fito mostrar que as divisões que ha entre os protestantes são muito semelhantes ás diferenças que ha entre os franciscanos e dominicanos, mas sim provar que se ha religião que esteja mais dividida e que menos possa fallar das divisões entre as outras é sem duvida a igreja romana.

Seria um nunca acabar se fossemos a dar por ordem a serie das divisões que ha entre os catholicos romanos, por isso só daremos aquellas que ha sobre a simples doutrina da infallibilidade, e cremos que essas mostrará ao candido leitor a futilidade da tão decantada unidade romana.

Ha quatro seitas entre os catholicos romanos sobre a infallibilidade. O primeiro partido colloca a infallibilidade na igreja virtual ou do papa. O segundo colloca-a na igreja representativa ou num concilio geral. O terceiro põe a infallibilidade no concilio geral presidido pelo papa. O quarto partido, rejeitando os outros systemas, persiste em attribuir a infallibilidade só á igreja collectiva ou dispersa, comprehendendo todo o corpo cathedratico tanto padres como leigos.<sup>302</sup>

Mais uma vez temos a folha protestante atacando o catolicismo ao afirmar a existência de grupos dentro da Igreja com posições divergentes no que dizia respeito à infalibilidade, querendo dizer que a existência de tais posições divergentes era semelhante a ramificações protestantes como presbiterianas, batistas e metodistas. Contudo, os grupos internos da Igreja Católica estavam submetidas a Roma.

Em 3 de julho de 1875 vemos um ataque proferido pelo órgão protestante ao celibato sacerdotal, que é chamado de doutrina inteiramente anticristã e também de monstruoso ao longo do texto, que também considera tal prática baseada no misticismo oriental misturado aos da filosofia pagã.

Promettemos em nosso ultimo numero tratar da doutrina romana do celibato. A igreja romana prohibe o matrimonio a todas as ordens de seu clero; isto é, impõe-lhes uma castidade theorica, porém não real, como attestam a historia e o actual estado desta igreja sempre e em toda a parte.

Esta doutrina é inteiramente anti-christã. E' a perversão dos instinctos naturaes e dos sentimentos mais nobres do homem e do ensino claro e santo da palavra de Deus. Ella teve a sua origem nas antigas seitas hereticas dos manicheos ou gnosticos, os quaes ensinaram que o mal é inherente á materia; que o peccado tem a sua séde e origem no corpo; que a santidade se consegue só pelo ascetismo e descuido do corpo; que sendo a vida angelica superior á dos homens aqui na terra, o matrimonio é portanto uma degradação. Esta doutrina é derivada de principios do mysticismo oriental misturados com os da philosophia pagã. Ella pressuppõe que Deus não é o autor da materia; e que elle não creou o homem

---

<sup>302</sup> Imprensa Evangélica. 07 de março de 1874.

puro, quando o revestiu de um corpo, que, sendo material, por força o contaminou. A natureza e a religião revoltam-se igualmente contra doutrina tão monstruosa.<sup>303</sup>

Ao analisar o artigo, percebemos que os católicos são acusados também de hipocrisia ao afirmarem que a prática do celibato não era real, insinuando indiretamente os casos conhecidos de sacerdotes católicos que mantinham práticas sexuais.

Em sua seção intitulada “Chronica”, da semana de 8 de novembro de 1868, o jornal *O Apóstolo* se referiu ao *Imprensa Evangélica* dizendo que sua doutrina matava (provavelmente se referindo à morte no sentido espiritual, mas podendo também estar sugerindo conflitos violentos de ordem religiosa entre católicos e protestantes), no contexto em que apresentava a visão católica a respeito da bíblia, considerando-a um livro venerado, mas que não contém todas as verdades, embora esteja cheio de muitas delas.

A Bíblia é um livro venerado, cheio de muitas verdades, mas não contém todas nem está ao alcance de todos. Esta contradição só basta para nos tornar impossível qualquer disputa com a Imprensa, cuja doutrina mata.<sup>304</sup>

Se for entendido que ao falar sobre a “doutrina protestante matar”, o jornal católico estava querendo se referir à morte no sentido físico, provocada em conflito violento entre grupos religiosos, poderia ser gerado no leitor católico o medo de que estivesse aos poucos crescendo no Brasil uma religião que poderia futuramente gerar conflitos armados em um país que desconhecia conflitos religiosos.

No dia 7 de março de 1869, o *O Apóstolo* publicou um artigo repleto de adjetivos negativos em que confrontava o *Imprensa Evangélica*, chamando sua discussão de sempre arguciosa e agressora, e afirmou, ainda, que não era sincera nem convincente. Referindo-se a uma série de artigos que haviam sido publicados anteriormente no *O Apóstolo* e que o *Imprensa Evangélica* pretendeu responder, a gazeta católica fez críticas pesadas ao próprio Martinho Lutero, chamando-o de frade sem vocação e de orgulhoso, provavelmente considerando que a motivação de Lutero para não se submeter a Roma foi o orgulho, sendo essa uma crítica comum dos católicos em relação aos protestantes.

---

<sup>303</sup> O Apóstolo. 03 de julho de 1875.

<sup>304</sup> O Apóstolo. 8 de novembro de 1868.



O artigo asseverou ainda que Lutero tinha a lascívia de um rei e criticou também os aderentes do protestantismo, que, segundo o texto, teriam ambições desmedidas. As qualidades dos fautores do protestantismo seriam a contradição, o absurdo e a calúnia, armas com as quais teriam, segundo a folha católica, combatido a igreja.

A Imprensa Evangelica é notavel em seu genero de discussão sempre arguciosa, sempre agressora, sem ser sincera e convincente.

Provamos esta asserção com a resposta, que pretendeu dar, em sua gazeta de 20 de Fevereiro, á uma série de artigos sobre o protestantismo, que publicamos.

E' verdade que quanto dissemos naquelles artigos devia encommodar bastante á Imprensa Evangelica, por isso que tudo ali manifesta a origem pouco digna do protestantismo: um frade sem vocação, e orgulhoso, a lacivia de um rei, as ambições desmedidas dos adherentes, eis as qualidades dos fautores do protestantismo; a contradição, o absurdo e a calunnia, eis as armas, com que sua origem e em todos os tempos combateram a Egreja.<sup>305</sup>

Na mesma matéria, ainda foi dito que os protestantes escolheram o Brasil para teatro de suas façanhas e que usavam um vocabulário bélico para falar da forma como os protestantes chegavam aos lares brasileiros enganando os incautos. O jornal católico deixava também transparecer um certo medo ao dizer que os chefes de família deveriam empregar toda a sua solícitude para obstar o protestantismo, como se este se tratasse de uma ameaça.

O Brazil foi pelos protestantes escolhido para theatro de suas façanhas e ahi andam a atacar a nossa crença, invadindo nossas casas, e com suas lamurias enganando os incautos.

Os chefes de familia devem empregar toda a sua solícitude para obstar uma propaganda de nova especie, que em sua ausencia se faz em suas casas.<sup>306</sup>

É interessante chamar atenção para o fato de que, conforme o tempo ia passando, também ficavam mais pesadas as críticas feitas por ambos os jornais em relação a seus antagonistas, e que cada termo utilizado para detratar os adversários deve ser analisado tendo em vista que se tratavam de religiosos dos quais se espera ponderações em seus dizeres.

Conforme diz Marialva Barbosa, produtos dos conflitos entre grupos situados no mesmo lugar social são quase sempre repetitivos. Os mesmos insultos partiam de um jornal para o outro, fazendo uma espécie de teia de significações impressas.<sup>307</sup>

---

<sup>305</sup> O Apostolo. 07 de março de 1869.

<sup>306</sup> Idem.

Quando lemos religiosos fazendo comentários em que parecem perder ou estar à beira de perder a compostura, passamos a ter uma ideia da alta temperatura em que estavam os embates religiosos entre católicos e protestantes, travados por meio da imprensa, através dos jornais que representavam cada um dos grupos.

No dia 27 de fevereiro de 1870, *O Apóstolo*, fazendo uma comparação irônica entre a Ásia, a África e a América desde o século XVI com o que chamou de antigos povos cristãos da Europa, disse terem sido os primeiros convertidos pelos missionários católicos, e os segundos pervertidos pelos ministros protestantes, sendo esses também, de acordo com o jornal, esfarrapados em seus dogmas, sujos em sua moral e mirrados em seu cultos.

Passo e repasso o mappa mundi, passeio com a vista todos os paizes do globo; percorro a Asia, a Africa, e a America desde o seculo 16º e pergunto ás christandades desses continentes: Quem vos converteu? - e respondem-me todas á porfia: Os missionarios catholicos.

Faço depois uma visita aos antigos povos christãos da Europa, e vejo-os apegados a um christianismo todo esfarrapado em seus dogmas, todo sujo em sua moral, todo myrrado em seu culto, e pergunto-lhes: Quem vos perverteu assim? - e respondem-me desalentados: Os ministros protestantes.<sup>308</sup>

No dia 13 de junho de 1875 o jornal católico questionou as celebrações feitas em edifícios que tivessem forma exterior de templo, assim como os cultos realizados publicamente em qualquer lugar, citando o código criminal e sua pena para tais atitudes, que eram consideradas juridicamente delitos.

O art. 276 do Código Criminal diz expressamente:

“Celebrar em casa ou edificio que tenha ALGUMA fôrma exterior de templo ou PUBLICAMENTE em qualquer lugar, o culto de outra religião que não seja a do Estado.

Penas - de serem dispersos pelo juiz de paz os que estiverem reunidos para o culto, da demolição da fôrma exterior, e da multa de dous a doze mil réis que pagará cada um.”

Não é de notoriedade publica a existencia de templos protestantes com fôrma exterior e até com a inscripção de Egreja Presbyteriana, como se vê aqui na corte do Imperio? A imprensa catholica não tem reclamado constantemente contra a propaganda publica e escandalosa da seita, que serve-se até do tablado dos theatros para fazer conferencias e tem tido a ousadia de reclamar o auxilio da força publica para garantil-a no exercicio da prédica, que ella reputa um direito seu?<sup>309</sup>

---

<sup>307</sup> Barbosa, *Ibidem*, p.51.

<sup>308</sup> O Apóstolo. 27 de fevereiro de 1870.

<sup>309</sup> O Apóstolo. A Propaganda Protestante 13 de junho 1875.

Aqui vemos o jornal católico elevar seu tom ao acusar os presbiterianos de crime por terem templos com forma exterior que indicassem ser uma igreja, e até mesmo inscrições em sua fachada, o que era crime previsto no Código Criminal, conforme expresso no próprio artigo. A Igreja Presbiteriana foi chamada de escandalosa seita, possivelmente devido ao fato de se colocar de forma veemente na esfera pública. O termo “seita” vem do latim *secta*, que significa partido ou facção, sendo essa uma forma pejorativa dos católicos se referirem aos protestantes, considerando negativa e pecaminosa sua separação da Igreja Católica, que seria a única Igreja verdadeira.

Ainda citando o código criminal, o jornal citou o artigo que tratava sobre abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Império por meio de papéis impressos, expondo também a pena que seria de prisão, e questionava se não seria isso o que era feito por meio do jornal *Imprensa Evangélica* em ataque contínuo contra a religião católica apostólica romana.

Diz ainda o Código Criminal:

“Art. 277. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Império, por meio de papéis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuírem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na ocasião e lugar em que o culto se prestar.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.”

Não publica a seita protestante a Imprensa Evangelica que é um ataque continuo á Religião Catholica Apostolica Romana, que é a religião official, e os oradores da seita não se fazem ouvir por toda a parte do modo por que fica exposto?

Restará alguma duvida sobre a existencia e criminalidade de taes actos? <sup>310</sup>

Tal questionamento, visando acusar criminalmente a outra religião, talvez demonstre que os debates – que com o tempo se transformaram aos poucos em trocas de acusações – chegaram ao ponto do desejo de ver os protestantes atrás das grades e seus templos demolidos por parte dos católicos, que se apegavam à lei do Império do qual eram a religião oficial. O problema ultrapassou questões religiosas para chegar à esfera criminal.

Como não fazia efeito condenar o conteúdo do que era pregado pelos protestantes, a estratégia católica foi de usar a lei a favor de si, e, nesse caso, ela estava amparada. Mas

---

<sup>310</sup> Idem.

parece, pelo teor de suas reclamações, que as autoridades faziam “vista grossa”, o que pode tê-los deixado mais enfurecidos.

Aqui se faz necessário lançar a reflexão do quão marginalizado era o culto protestante no Império, em um ambiente no qual não eram aceitos, mas tolerados, tendo que se enquadrar a algumas condições, como a que se refere ao aspecto externo dos locais de culto. Isso também demonstra a audácia de um grupo irrisório no que diz respeito ao número de adeptos, e em condições peculiares do ponto de vista constitucional, enfrentando de forma constante a Igreja Católica no coração do maior país católico do mundo.

No mesmo sentido de atacar a legalidade das ações protestantes de uma forma geral, em matéria intitulada “Ataque à Constituição do Império”, de 11 de outubro de 1876, o jornal católico voltou a citar a legislação no que diz respeito ao aspecto externo dos locais de culto e questionou o formato exterior da Igreja Presbiteriana da Corte.

O jornal católico disse também que não poderia haver violação mais flagrante da Constituição e se referiu ao governo espanhol que, embora, segundo o jornal, fosse todo pela liberdade, não tolerava nem anúncios de cultos protestantes.

O que convém é lembrar o governo brasileiro o Art 5 da constituição que é de teor seguinte:

A religião catholica apostolica romana continuara a ser a religião do Imperio. Todas as outras religiões serão permittidas com seu culto domestico ou particular, em casas para isso destinadas, Sem fôrma ALGUMA exterior de templo.

A Egreja Presbyteriana da côrte será uma, casa sem forma alguma exterior de templo?

E depois clamam que somos intolerantes!

Não pôde haver mais flagrante violação da Constituição do Imperio. O governo hespanhol que é todo pela liberdade dos cultos não tolera nem os annuncios do culto protestante, quanto mais que os seus sectarios ergam templos paiz, como tem feito entre nós.

Cumpra-se a lei, eis o que queremos.<sup>311</sup>

Em 30 de janeiro de 1878 o jornal católico questionou o catarinense *O Conservador* por tecer elogios ao *Imprensa Evangélica*, que teria prestado relevantíssimo trabalho à santa religião e, portanto, era digno de ser lido. O órgão católico chamava atenção para o fato de a religião que o jornal chamava de “nossa religião”, ser a católica e que estranha essa recomendação ao menos que tal jornal fosse de fato protestante e previne de forma

---

<sup>311</sup> Idem.

irônica os leitores para que o catolicismo do jornal *O Conservador* não fosse igual ao da *Imprensa Evangélica*.

Accusando o recebimento deste ORGAO PROTESTANTE, assim se exprime o Conservador, de Santa Catharina:

“A Imprensa Evangélica existe ha 14 anos, em cujo espaço de tempo tem prestado relevantissimos serviços d nossa santa religiao.”

“E digna, portanto, de ser lida por todo o bom christão que, no remanso da paz, deve de inspirar-se nas palavras do Evangelho tão sabiamente ali preconizado.”

A nossa santa religião é a catholica apostolica romana e não a protestante, por isso extranhamos a recommendção do Conservador, a menos que não pertença elle á seita de Lutherero.

Fiquem prevenidos os leitores do Conservador, de que o seu catholicismo igual ao da Imprensa Evangelica.

Parece incrível.<sup>312</sup>

No dia 11 de julho de 1883, em “Ódio antigo”, o jornal *O Apostolo* acusou o *Imprensa Evangélica* de calúnia no que dizia respeito a um bispo de Cordova, chamado Monsenhor Esquiú, ao dizer que ele teria morrido envenenado, sendo que, segundo a autópsia, teria dado resultado diferente. A autópsia que teria dado como resultado o envenenamento teria sido um boato que se propagou, e do qual, segundo o jornal católico, o *Imprensa Evangélica* teria se aproveitado.

A Imprensa Evangélica, em seu n. 12 do mez de Junho, com o titulo Envenenado, diz o seguinte:

Segundo se provou pela autopsia que se fez no cadaver do Bispo de Cordova. Monsenhor Esquiú, a sua morte foi produzida por envenenamento. Andaria mão jesuitica?

Não andou, não, Sra. Imprensa. Sentimos dizer-lhe que anda mal informada, pois que tambem recebemos jornaes do Rio da Prata e nelle lêmos que a autopsia do cadaver do dito Exm. Sr. Bispo Esquiú deu resultado contrario ao que publicou. Declaram solemnemente os medicos, nao ter havido envenenamento algum. Foi um boato falso que se propalou, e do qual Imprensa Evangelica logo aproveitou para accusar e calumniar o jesuíta cujo nome tem sempre feito tremer o protestantismo.<sup>313</sup>

No dia 18 de dezembro de 1885 o jornal católico fez duras críticas ao protestantismo de forma geral, sem especificar uma denominação determinada. Segundo o periódico, as opiniões do protestantismo eram mudáveis e duráveis como as modas e sucedem umas às outras, às vezes sem deixar traços, senão lembrança vergonhosa. No mesmo texto, os protestantes eram chamados de caprichosos e pouco justificáveis diante da

---

<sup>312</sup> O Apostolo. 30/01/1878.

<sup>313</sup> O Apostolo. 11 de julho 1883.

sã razão quanto ao que se chama “os caprichos da moda”. Também dizia o texto que são sujeitos a todas as paixões e que se aproveitam de ocasiões que sejam oportunas para enganar tolos e derramar heresias, erros e mentiras.

As opiniões do protestantismo, isto é, da incredulidade, são tão mudáveis e tão pouco duráveis quanto as modas. Se sucedem prontamente umas às outras, algumas vezes sem deixar traços senão uma lembrança vergonhosa para elles. Verdadeiramente quando se estuda essas variações dos protestantes e é necessário responder-se-lhes, é preciso um verdadeiro esforço para tomal-os ao serio, porque são tão arbitrarios, tão caprichosos, tão pouco justificaveis diante da sã razão, quanto o que se chama os caprichos da moda. É o que succede com os protestantes; mudam a cada passo e acompanhando as circumstancias, sujeitando se a todas as paixões dos homens aproveitam a occasião que julgam opportuna para enganar os tolos e derramar suas heresias, seus erros e suas mentiras.<sup>314</sup>

Diante do exposto, percebemos que houve um ataque por parte do *Imprensa Evangélica* às doutrinas e práticas do catolicismo em um país majoritariamente católico e que tinha o catolicismo como religião oficial, sendo que, devido às suas origens, é difícil separar o protestantismo do questionamento ao catolicismo, além de tais questionamentos serem também uma forte arma em termos de proselitismo.

Nesse período, os católicos, em meio a uma série de questionamentos sociais, tinham o protestantismo como mais uma frente de batalha e não poupavam esforços para não permitir que o protestantismo florescesse no seio do Império brasileiro, recorrendo, inclusive, a recursos de ordem jurídica e penal para conter a disseminação de tal crença religiosa.

---

<sup>314</sup> O Apostolo. 18 de dezembro de 1885.

### Considerações finais

Diante das análises feitas ao longo da pesquisa, podemos fazer a afirmação de que o jornal *Imprensa Evangélica* teve um posicionamento modesto em relação ao tema da escravidão, fazendo confrontos diretos ao sistema escravista de forma mais enfática na medida em que a libertação dos escravos se tornava mais iminente, embora ao longo dos anos o jornal tenha marcado posição pelo fim da escravidão, utilizando de estratégias para tratar do tema por vezes de forma sutil e sem criar polêmica, mas também endurecendo o discurso em determinados momentos.

O propósito inicial do jornal, conforme manifesto em sua primeira edição, era meramente religioso e não político, sendo também escasso o seu espaço para tratar explicitamente de temas que saíssem de sua arena especificamente religiosa.

Devemos considerar o fato de o jornal presbiteriano ter sido idealizado por estrangeiros que também eram redatores, pela maior parte do tempo, e que esses não confessavam a religião oficial do império. Além de não confessarem o catolicismo, os missionários presbiterianos mantiveram constante polêmica com a Igreja Católica por meio da imprensa, usando o jornal *Imprensa Evangélica* enquanto os católicos utilizavam o jornal *O Apostolo*.

1Em meio a essa polêmica, percebe-se até mesmo a cobrança de providências judiciais das autoridades competentes, por parte do jornal católico, diante de determinadas ações de protestantes no Brasil, mostrando o ambiente hostil que o Império Brasileiro significava para os herdeiros da reforma religiosa do século XV, os quais tinham sua liberdade religiosa relativizada pela própria constituição de 1824.

Sendo inegável, apesar de tímida em termos enfáticos, a postura contrária à escravidão do jornal *Imprensa Evangélica*, podemos questionar se o tema não exigia um posicionamento mais duro ao longo dos anos de existência do jornal, sendo que ao se indispor com a poderosa Igreja Católica, trazer para si também a inimizade dos que defendiam a manutenção do sistema escravista. Isso poderia criar uma situação

insustentável para os presbiterianos em terras brasileiras, onde fazendo um paralelo com relato bíblico de Davi e Golias, não enfrentariam apenas um gigante, mas dois, sendo o primeiro a Igreja Católica e o segundo os proprietários de escravos, que poderiam identificar no jornal Imprensa Evangélica um inimigo a ser combatido.

O embate com a Igreja Católica era indissociável do discurso protestante e a reboque do presbiteriano, devido ao fato do próprio movimento de reforma protestante ter nascido de questionamentos feitos ao catolicismo, sendo o embate com católicos algo necessariamente vinculado a busca por novos féis, o que não era o caso dos questionamentos feitos ao sistema escravista, que podiam ser facilmente desvinculados do discurso religioso.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## Livros

ABREU, Martha Campos. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, Campinas.

ARIZA, Marília B.A. Crianças/Ventre livre. In: Schwarcz, Lília M.; Gomes, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*, 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*: Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1887.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da imprensa Brasileira*. 4 edição. São Paulo: Editora Atica, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*: Mauad X. Rio de Janeiro, 2010.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na Igreja espia pela banda de fora: protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, Século XIX*. Revista inter-legere. Janeiro a junho de 2013.

CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *Estado igreja e liberdade religiosa na na “constituição poítica Império do Brasi” de 1824*. Fortaleza : Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CAVALCANTI, H. B. *O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista*. Revista de Estudos da Religião. Nº 4, 2001.

COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9.ed: Editora Unesp. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 364.

CRUZ, K. J. C. *Cultura Imprensa protestante no Oitocentos: um diálogo luso-brasileiro*. Convergência Lusíada, n. 32, 2014.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CARDOSO, Douglas Nassif. *Protestantismo & abolição no segundo império: a pastoral da liberdade*. Revista Caminhando, São Paulo, v. 14, n. 1, 2009.

DOMINGOS, SIMONE TIAGO. *Ordens religiosas e política imperial: a polêmica parlamentar sobre as concessões ao padre Janrard (1864)*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal. Julho de 2013.

FONSECA, Andréa Braga. *A imprensa evangélica no Brasil do século XIX e XX: um olhar sobre a questão da escravidão e o progresso*. Encontro Regional de História – ANPUH: História e Biografias, 10, 2002, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos do X Encontro da ANPUH. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2002.

HAHN, Carl Joseph. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989.

HAUCK, João Fagundes. *História da igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX*. 4ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

KLAUCK, Samuel. *A imprensa como instrumento defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX*. Revista de humanidades, Rio Grande do Norte. 2011.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *História e Imprensa: A importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico*. XIV Encontro Regional de História. Paraná, 2014

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. Revista de História Regional, 2012.

MARTINS, Mario Ribeiro. *Missionários Americanos e Algumas Figuras do Brasil Evangélico*. Goiânia: Kelps, 2007.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 1, Período Colonial. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

\_\_\_\_\_. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 2, Período Imperial e transição republicana. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

\_\_\_\_\_. *Pelo progresso da sociedade: a imprensa protestante no Rio de Janeiro imperial (1864-1873)*. 2014. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. *Abolição no Brasil: A construção da liberdade*. Campinas, Revista Histedbr, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009

MORAIS, Leo Jaime de Freitas de. *A luta entre a maçonaria e a igreja católica no Brasil do Século XIX*. Juiz de Fora.

NEVES, Flávio Rodrigues. *A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX*. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

RODRIGUES, C. *Nas Fronteiras do Além: A secularização da Morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/RJ, 2005. v. 1.

RODRIGUES, C. *Os cemitérios como uma questão de (Conselho) de Estado no Segundo Reinado*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891)*. Dialogos (Maringá), v. 13, p. 119-142, 2010.

\_\_\_\_\_. *Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889)*. Revista de História Regional, vol. 13, p. 23-38, 2008.

\_\_\_\_\_; CORDEIRO, G. C. *E nós andamos em procissão até o túmulo?: sepultamentos, estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh*. Recôncavo Revista de História da UNIABEU, v. 3, p. 15-46, 2013.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. França, 2011.

ROSI, Bruno Gonçalves. *Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países*. 2009 (mestrado em Relações Internacionais) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SANTOS, Sérgio Ribeiro. *O Protestantismo e a Construção do Estado Laico Brasileiro: Uma breve abordagem do processo histórico*. Fides Reformata, nº 1, 2016.

SANTOS, Silas Daniel dos. *Jornal Imprensa Evangélica e as origens do protestantismo no Brasil*. Tese (Doutorado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

SILVA, Hélio de O. *A Igreja Presbiteriana do Brasil e a escravidão: Breve análise documental*. Vox Faifae: Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama. Vol. 3, No. 2, 2011. Fascículo Crer é Pensar.

SCHWARCZ, Lília Morítz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SODRE, Nelson Werneck, *A História da Imprensa no Brasil*. 4 edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

## Leis e Documentos Oficiais

BRASIL. Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição Política do Imperio do Brasil. 25 mar.1824.

## Lista de Fontes Primárias

A Reforma

Constitucional.

Correio Mercantil.

Imprensa Evangélica.

O Apostolo.